

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ANDRÉ JOSÉ SANTOS POMPEU

Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)

Belém-PA

2016

ANDRÉ JOSÉ SANTOS POMPEU

Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (PPHIST/UFGA).

Belém-PA

2016

ANDRÉ JOSÉ SANTOS POMPEU

Monções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1683-1706)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Orientador: Prof. Dr. Rafael Chambouleyron (PPHIST/UFPA).

Data da Aprovação: __/__/____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Chambouleyron
(Orientador – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Roberto Zahluth de Carvalho Júnior
(Examinador Externo – UFBA)

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz
(Examinador Interno – PPHIST/UFPA)

Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos
(Membro Suplente – UFPA)

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Pompeu, André José Santos, 1990-
Mcnções Amazônicas: avanço e ocupação da fronteira
noroeste (1683-1706) / André José Santos Pompeu. - 2016.

Orientador: Rafael Chambouleyron.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2016.

1. Amazônia-história-fronteiras. 2.
Jesuítas-missões-Amazônia. 3. História social.
I. Título.

CDD 22. ed. 981.1

“Aprendemos desde cedo que liberdade mesmo, só no sertão”

Cláudio Villas-Bôas

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a CAPES, por ter financiado essa pesquisa. Assim como, agradecer a LÍlian e a Cintia, sempre extremamente solícitas na secretária do PPHIST-UFPA e no Laboratório de História. Gostaria de agradecer a minha família, minha mãe, minha irmã e meu pai, por todo apoio que recebi ao longo desses anos – certamente, sem o apoio familiar nada poderia ser possível, minha gratidão sempre vai ser eterna para minha família. Gostaria de agradecer todo o apoio de pessoas como a Yana Neves, Natália Alfaia e Camila Vieira, que sempre acreditaram que tudo ia terminar bem – mesmo quando eu não tinha tanta certeza.

Gostaria de agradecer aos meus amigos de todas as horas; ao Caio Santos, Lucas Santos, Renan Carvalho, Madson Silva, Claro Gato, Leonardo Martins, Murilo Quaresma, Manoel Caracol, JV Serique, Tayse Brito, Edrian Biagi, Lucas Fernandes, Rennan Silva, Camisa 33, Leão da TL, Minhoca BJJ, enfim. Todos os que participaram desses momentos de muita luta e aqueles que tiveram que ser privados da convivência para poder chegar até aqui.

O meu percurso com relação ao noroeste amazônico começou com uma conversa nos corredores do EIHC em Belém, com o Prof. Fernando Torres Londoño, a quem também sou muito grato por me indicar esse caminho dentro da historiografia. Igualmente sou grato ao Prof. Sebastián González, da Universidade de Antioquia, que em várias conversas fez sugestões ao percurso com relação ao noroeste amazônico.

Agradeço aos professores que ministraram as disciplinas durante o curso de mestrado, pois, foram fundamentais para a minha formação nesses primeiros passos de pesquisador. Os professores: Pere Petit, Leila Mourão, Serge Gruzinski, Oscar de La Torre e Mauro Coelho, sendo esse último, alguém que gostaria de fazer um agradecimento especial, pois, foi em sua linha de pesquisa que desenvolvi e abri os horizontes de forma que este trabalho nunca seria da forma que é se não fosse o auxílio do Prof. Mauro Coelho. Agradeço também ao Prof. Décio Guzmán, que gentilmente me convidou para cumprir o estágio obrigatório em sua turma de História da América Colonial. Tenho muito respeito e consideração pelo Prof. Décio, que além de um

excelente historiador, também é uma pessoa sempre disposta a ajudar, conversar, dar orientações e muito do que aprendi sobre historiografia foi com o Prof. Décio.

Gostaria de agradecer aos meus amigos de PPHIST: Fred Matos, Wania Viana, Vinicius Zuniga, Roberta Lobão, Roberta Sauaia, Laura Moraes, Andres Bolaños, Raul Aguilera, Marinelma Martins, Elias Abner, Fernanda Jaime, João Antônio Lima, Leonardo Torii, Raimundinho Neto, Anndrea Tavares, Allan Andrade e todos os que me ajudaram a formar o historiador que sou, deixo o meu muito obrigado. Assim como, aos amigos do grupo HINDIA, que também ajudaram sobremaneira.

Gostaria de agradecer a Prof.^a Camila Loureiro Dias, que gentilmente aceitou participar de minha banca de qualificação e me aceitou como ouvinte em uma disciplina ministrada pela mesma no PPHIST. Foram dicas e conselhos valiosos, assim como, uma visão atual e bastante crítica sobre a historiografia, no que eu só posso agradecer. Gostaria de agradecer também ao Prof. Karl Arenz, que me acompanha desde a graduação, tendo sido meu professor em várias disciplinas, tendo participado de minha banca de monografia e minha banca de qualificação. O Prof. Karl é uma das pessoas mais eruditas e bondosas que conheço e só tenho a agradecer por toda a ajuda que tem me dado até o presente momento, tanto que novamente aceitou gentilmente fazer parte da banca para defesa desse trabalho. Certamente, sempre vai ter os meus agradecimentos.

Agradeço também aos professores presentes na banca final. O Prof. Roberto Zahluth de Carvalho Júnior, Prof. Carlos Bastos e novamente o Prof. Karl Arenz. Todos com comentários precisos e instrutivos, certamente, proporcionaram que a qualidade do trabalho fosse acrescida com os seus conhecimentos sobre o mundo colonial da Amazônia. Serei imensamente grato pela disponibilidade de participar da banca e pelos apontamentos sempre certos, muito obrigado.

Por último, e certamente, não menos importante, quero deixar o meu agradecimento ao meu orientador, Prof. Rafael Chambouleyron. Sem a menor sombra de dúvida, essa dissertação não encontraria um caminho para se guiar se não fosse a orientação paciente do Prof. Rafael, com quem já trabalho há alguns anos e sempre traz informações preciosas, comentários instigantes e puxões de orelha quando são necessários. Tenho uma enorme dívida de gratidão com o Prof. Rafael por me emprestar seu tempo e seu conhecimento – seus livros muitas vezes – para que o trabalho pudesse

ter o mínimo de qualidade. Se um dia conseguir ser metade do historiador que o Prof. Rafael é, certamente, estarei satisfeito com o caminho que escolhi. Por fim, muito obrigado a todos que contribuíram de forma direta ou não, nada seria possível sozinho. Muito obrigado.

Resumo

A presente pesquisa versa sobre a ocupação e construção da fronteira noroeste da Amazônia, durante o final do século XVII e início do século XVIII. Partindo da ideia de que o noroeste amazônico se caracteriza como uma “fronteira-zona”, onde diferentes atores – índios, portugueses, espanhóis e holandeses – tiveram a oportunidade de trocar experiências sociais e culturas com a finalidade de obter a supremacia na região em destaque. Objetivando que o noroeste amazônico foi muito mais fruto das relações de poder na esfera local, como o caso das monções portuguesas e da missão jesuítica de Maynas, do que um empreendimento imperial. Levando uma experiência a partir da colônia para ser reafirmada na metrópole.

Palavras-chave: Fronteira, Noroeste Amazônico, Monções, Maynas, Maranhão Colonial.

Abstract

This research is of the occupation and construction of the Northwest border of the Amazon, during the end of seventeenth and early eighteenth century. Starting from the idea that the Northwestern Amazon is characterized as a "border zone" where different actors - Indians, Portuguese, Spanish and Dutch - had the opportunity to exchange social experiences and cultures in order to get the supremacy in that region. Aiming to the Northwest Amazon was more the result of power relations at the local level, as in the case of Portuguese monsoons and the Jesuit mission of Maynas than an imperial enterprise. Taking an experience from the colony to be reaffirmed in the metropolis.

Keywords: Border, Northwest Amazon, Monsoons, Maynas, Maranhão Colonial.

Lista de Abreviaturas:

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino*

ABN – Anais da Biblioteca Nacional

CCU-PEDRO II – Consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II

* Quando, no texto, não for apresentado o código da referência, todas as fontes com essa abreviatura são oriundas da sessão de “Avulsos” do Arquivo Histórico Ultramarino.

Índice de Palavras

Achaques – Malária.

Bexigas – Varíola.

Brigantina – Dinastia de Bragança, iniciada por D. João IV.

Metalismo – Sociedade baseada na acumulação de metais preciosos para identificar a riqueza.

Principais – Lideranças indígenas, não necessariamente chefes das tribos, mas que serviam de interlocutores aos europeus, forjando alianças e mantendo contatos.

Sertanejos – Homens práticos no trato e na vida do sertão, termo relacionado aos europeus ou mestiços que faziam a vida no trato com o sertão.

Sumário

Introdução	13
Capítulo I: O espaço da Fronteira	19
Madeira, Solimões e Negro: o espaço em si.	23
O espaço na virada do século XVII-XVIII.....	30
O espaço e as fortificações	45
Conclusão	51
Capítulo II – Sobre a ocupação da Fronteira	53
Missão como Instituição de Fronteira	58
As monções ao sertão	79
Monções e as <i>drogas</i>	84
Tropas de apaziguamento e de resgate de índios no sertão	89
Conclusão	92
Capítulo III – Os conflitos na fronteira	97
Organização militar	98
Defesa da Fronteira	106
Conflitos no noroeste amazônico	110
Conclusão	132
Considerações Finais	135
Fontes	139
Bibliografia	141

Introdução

À primeira vista, o título deste trabalho parece remeter ao trabalho clássico – clássico aqui remetendo à qualidade denotada do trabalho durante os anos – de Sérgio Buarque de Holanda, um dos primeiros a dar caráter historiográfico aos rincões mais distantes do Brasil atual e buscar, em sua obra *Monções*¹, a participação do encontro entre índios, portugueses e os territórios de Castela na América do Sul. A bem da verdade, a proximidade é proposital. No início desta pesquisa, ela tinha um título diferente do que hoje estampa a capa, naquele momento, pensava muito mais em pesquisar a vida do padre Samuel Fritz, frente a alguns conceitos historiográficos, do que ter como personagem principal da narrativa a fronteira em si.

Felizmente, no decurso da pesquisa a fronteira me chamou atenção em uma analogia com o percurso do livro “*Monções*” e de “*Capítulos de Expansão Paulista*”², e adotei o mesmo termo. Mas não apenas baseado no livro de Holanda, mas pelas reiteradas vezes que o Conselho Ultramarino faz referência a esta terminologia, principalmente, na figura de Gomes Freire de Andrade – um dos principais artífices das políticas colônias portuguesas para o Maranhão no final do século XVII. Sem falar também, que por meio de Holanda tive contato com outro trabalho clássico, de autoria de David Davidson, que também se remetia às fronteiras amazônicas, desta feita, a fronteira do Rio Madeira no século XVIII³.

Ao pensar sobre fronteiras, é notável que se trate de um tema já bastante estudado na historiografia, pelo menos na historiografia fora do Brasil. Se pensarmos que um dos trabalhos pioneiros na temática das fronteiras, de autoria de Frederick Jackson Turner, foi publicado em 1893, sendo seguido por uma série de outros trabalhos que se coadunam em uma espécie de “Escola de Turner”. Sendo que, as ideias de

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*; SOUZA, Laura de Mello e. (org). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³ DAVIDSON, David Michael. *River and Empire: The Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west (1738-1808)*. Tese de doutorado, Faculty of Graduate School, Yale University, New Haven, 1970.

Turner seriam refutadas nos anos 1930 e 1940 por Herbert Bolton⁴, veremos que a temática de fronteira já permeia a historiografia há mais de um século.

Vale a pena frisar que no Brasil, os estudos envolvendo fronteira são recentes, ou melhor, dizendo, os pesquisadores em torno da temática de fronteira tem se organizado muito recentemente. Como prova disso, temos a primeira proposta de um Grupo de Trabalho sobre a temática de fronteiras apenas no Simpósio Nacional de História de 2015 – ocorrido em Florianópolis. Enquanto do percurso sobre as fronteiras amazônicas, percebi que o século XVII havia sido visto como incipiente pela historiografia, podendo citar trabalhos clássicos como o de Arthur Cezar Ferreira Reis, que em dois volumes analisa as fronteiras com a América espanhola e as fronteiras com a França, nos interessando muito mais a sua visão sobre a fronteira com a América espanhola, o autor destaca em apenas um capítulo todo o desenrolar amazônico do século XVII, para seguidamente no livro demonstrar que a fronteira amazônica depende exclusivamente do período pombalino⁵.

Apesar da significativa quantidade e qualidade de trabalhos versando sobre a Amazônia do século XVII, poucos debatem sistematicamente a sua fronteira. Os trabalhos pensados a respeito da fronteira como, por exemplo, de Carlos Bastos⁶, Sebastián González⁷ e Ione Pereira⁸ tratam basicamente do século XVIII. Aqui é preciso fazer a menção e a distinção à tese de Tadeu Rezende⁹, que abarca a Amazônia dos séculos XVII e XVIII. O quadro encontrado então era bastante desfavorável ao século XVII, como nas palavras de Elisa Garcia, que enquanto pesquisa as questões indígenas

⁴ WEBER, David J. "Turner, the Boltonians and the Borderlands". In: *The American Historical Review*, vol. 91, Nº 1, 1986, pp. 66-81.

⁵ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira: A fronteira com as colônias espanholas*. Belém: SECULT, 1993.

⁶ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, 2013.

⁷ GONZÁLEZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Estudios Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2008.

⁸ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo, uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

⁹ REZENDE, Tadeu. *A conquista e a ocupação da Amazônia no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ao sul do Estado do Brasil, percebeu que a maior quantidade de trabalhos sobre a fronteira – e principalmente, sobre os índios – naquela região eram basicamente tratados a luz de grandes feitos nacionais das demarcações do século XVIII¹⁰, a exemplo de Arthur Cezar Ferreira Reis, que no seu capítulo sobre o século XVII exalta o capitão Pedro Teixeira.

Parto do entendimento de que o século XVII é mais interessante para se conhecer a fronteira noroeste¹¹ da Amazônia, do que outros interlocutores creditavam. Talvez a obsessão com o século XVIII, venha do fato de que foi nesse período que o Brasil superou as outras possessões lusas como fonte de receita¹², se tornando assim, um chamariz para a análise historiográfica. Não nego a importância do período pombalino para as fronteiras, tanto que foram criadas até comissões com essa finalidade. Mas, como pretendo demonstrar aqui, desde o momento do impulso inicial da conquista da boca do rio Amazonas pelos portugueses, o alargamento da fronteira não cessou mais no período colonial, o que compreende boa parte do século XVII. Utilizo aqui o mesmo mote de Camila Loureiro Dias, que em sua tese de doutorado, procura demonstrar que existem muitas considerações a serem feitas sobre a história da Amazônia antes do período pombalino, sobretudo, com relação ao tráfico de escravos – índios ou não – e sobre os contornos do seu território, que merecem mais atenção da historiografia¹³.

Do mesmo modo que Dias, tenho convicção que existem muitos caminhos a serem explorados a respeito da Amazônia antes de Pombal, sobretudo, no que tange ao seu território e ocupação/construção de suas fronteiras. Falando em temporalidade, destaco aqui o período que compreende esta dissertação. Apesar de ter interesse em me aventurar mais profundamente no início do século XVII, o tempo exíguo que uma dissertação tem para ser concluída fez com que optasse por uma temporalidade bem menor, compreendendo de 1683 a 1706.

¹⁰ GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

¹¹ Em alguns momentos desta pesquisa o termo “noroeste” e “oeste” vão ser utilizados, mas principalmente, demonstrando uma modificação na perspectiva de visão da colonização lusitana.

¹² FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 35-36.

¹³ DIAS, Camila Loureiro. *L’Amazonie avant Pombal: Politique, Économie, Territoire*. Tese de doutorado, Histoire et Civilisations, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.

Aqui se faz necessário explicitar o motivo da escolha. Primeiro, compreende naturalmente o reinado de D. Pedro II em Portugal, conhecido também como “o pacificador” por ter estabilizado as questões com a Espanha e ter dado um ponto de equilíbrio à dinastia brigantina na Europa. Outro fator interessante é que esses anos correspondem à chegada do padre Samuel Fritz na Amazônia (1686) e ao início da Missão dos Omágua, que compreendia o território entre os rios Napo e Negro – ou seja, o território em litígio entre as coroas. A chegada do padre Fritz é importante, pois vai ser a sua viagem de descida até Belém (1689-1691) que vai eclodir o sentimento de temor por uma aproximação espanhola com o Maranhão.

Portanto, também compreendeu os anos da instalação da missão carmelitana contígua à missão de Fritz, com o objetivo de frear as investidas espanholas e possivelmente também qualquer investida holandesa – que não faz parte desta análise. A pesquisa encerra em 1706 por dois motivos, primeiro por se tratar do fim do reinado de D. Pedro II, já com notícias sobre as riquezas auríferas no Estado do Brasil, que eclodiram no período do seu sucessor, D. João V. O outro motivo é relacionado ao hiato existente no diário do padre Fritz, que não compreende os anos entre 1703-1707, mas que através das relações carmelitanas conseguimos ter uma noção de um importante encontro entre o frei Vitoriano Pimentel e o padre Samuel Fritz, considerado pelo primeiro como uma feliz ação que interrompeu a ação missionária do segundo.

O espaço – que também é o ator preponderante da narrativa – é a fronteira noroeste¹⁴ amazônica. Mesmo que por ventura, algumas vezes sejam apresentados outros lugares como forma de comparação, o noroeste amazônico é o local por excelência desta análise, perpassando pelos rios Madeira, Negro, Solimões e Napo. Os capítulos se executam da seguinte forma: o primeiro capítulo trata sobre o espaço amazônico da fronteira e algumas mudanças espaciais provocadas pela ação, sobretudo, dos europeus colonizadores; o segundo capítulo discorre sobre as formas de ocupação da fronteira, desde os grupos nativos, até a ocupação de caráter militar provocada pelos europeus, as monções que singravam o sertão amazônico e a missão religiosa como instituição de fronteira. Basicamente, todos os tipos de ocupação foram utilizados por todos; por último, o terceiro capítulo trata basicamente de possíveis focos de conflito no

¹⁴ Quando destaco “noroeste”, passo pelo ponto de vista da colonização portuguesa do vale Amazônico.

noroeste amazônico, indo desde a organização militar, a defesa exercida pelos europeus na fronteira e por fim, o conflito propriamente dito, ou as suas tentativas.

Sobre as fontes nesta pesquisa, elas envolvem desde cartas, diários, crônicas, relações de viagens e demais tipo de fontes publicadas sobre o período, sobretudo, no que tange a colonização castelhana. É preciso aqui explicitar da dificuldade no trato tanto documental, quanto bibliográfico com relação ao mundo hispânico. As fontes em sua grande maioria não estão disponíveis de forma digital, o que faz com que o pesquisador deva se deslocar até as referidas localidades, por isso, muitas das fontes utilizadas são fontes publicadas. Por outro lado, as fontes portuguesas em sua grande maioria são provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino, com grande ênfase a sua sessão de Avulsos. É preciso salientar também que no percurso da pesquisa acabei por utilizar menos algumas fontes religiosas, como a crônica do Padre Bettendorff, que pouco aparece arrolada, por acreditar que outras fontes dão uma boa visão de situações explanadas pelo padre.

Desta feita, a hipótese de trabalho está baseada na ideia de que as situações envolvendo a fronteira noroeste amazônica se desenrolaram através das relações sociais entre os sujeitos da própria colônia¹⁵. Tendo em vista que a região de expansão da missão do padre jesuíta englobava justamente a principal região fornecedora de mão-de-obra indígena na Amazônia desde meados do século XVII, os poderes locais do Maranhão se viram em uma situação de rearticular de qualquer forma a posição de predominância de Portugal no vale amazônico, impedindo que Fritz tomasse aquelas terras para Castela e quem sabe, em um futuro, não houvesse verdadeira tensão militar envolvendo as partes.

As redes locais do Maranhão, formadas por sertanejos como Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Hilário de Sousa de Azevedo e André Pinheiro de Lacerda foram preponderantes para formar a política portuguesa com relação à fronteira noroeste amazônica, assim como, as intervenções de Gomes Freire de Andrade na Corte, alguém muito bem preparado e que havia passado pelo Maranhão recentemente, em um momento de grande tensão. Do mesmo modo que, Samuel Fritz foi à figura que

¹⁵ HESPANHA, António Manuel. "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188. HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal (século XVII)*. Lisboa: Almedina, 1994.

deu voz aos anseios de expansão do mundo castelhano na Amazônia, sobretudo, para fazer frente à colonização portuguesa, considerada danosa pelo missionário. Vai ser através de Fritz que os principais argumentos sobre a soberania espanhola na Amazônia tomaram forma e encontraram o seu apogeu no mapa produzido pelo jesuíta em 1707. Sendo assim, façamos a análise. De forma alguma eu pretendo sugerir que Fritz agiu sozinho nas demandas envolvendo a Missão dos Omáguas, apesar de ser a figura mais recorrente na documentação, mas certamente, havia um grupo forte de espanhóis e jesuítas aos quais ele representava e que também tinham interesses firmemente arraigados na região, não podendo ser creditado tudo ao padre Samuel Fritz.

Capítulo I – O espaço da Fronteira

Amazônia¹, um espaço limítrofe através da historicidade que os seus habitantes lhe deram, já que desde o período colonial tem sido a conexão entre projetos coloniais portugueses, franceses, espanhóis, holandeses e britânicos. Assim como, atualmente, o seu território é dividido entre nove países. O caráter extranacional apresentado por essa longa faixa de terra de floresta úmida, requer uma análise que extrapole os campos de um só Estado colonial, pois, ela é a fronteira entre projetos coloniais andinos e litorâneos. A análise precisa ir além do tradicional Estado do Maranhão e procurar observar as interações possíveis com os vizinhos – neste caso, os espanhóis.

O espaço fronteiro desta pesquisa envolve, principalmente, o noroeste amazônico. Uma região de conexão entre as possessões lusitanas e castelhanas pelos rios Negro, Solimões e Madeira, principalmente. Não excluindo outros rios que também propiciam essa conexão. Esse território era densamente povoado por grupos indígenas que falavam um número significativo de línguas, se destacando em alguns momentos os Omágua – também chamados pelos portugueses de Cambeba² – que pareciam estar em constante aliança/conflito com os europeus, vivendo um processo de resistência à colonização e encontrando formas de se adaptar às constantes mudanças da entrada de europeus no seu espaço e, também, nas suas relações de poder³.

¹ Apesar de saber do anacronismo que recaia sobre o termo “Amazônia” para o período colonial, acredito que seja o termo mais apropriado para nomear a porção de floresta nas adjacências do rio Amazonas, principalmente, pelo fato de nesta pesquisa tratar de uma faixa de fronteira onde se misturam as terras ocupadas por grupos indígenas de várias etnias, assim como, conquistas castelhanas e portuguesas que recebem denominações distintas pelos seus governantes (seja no caso indígena ou europeu), como também, são regiões de permanente transição como as regiões do Piemonte andino-amazônico se difere das cercanias das cidades de Belém e São Luís. O termo também é uma boa correspondência se pensar no espaço da Pan-Amazônia que atualmente abrange territórios de países como: Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e França, ou seja, um espaço de fluidez e trânsito como no período colonial em análise.

² A nomenclatura utilizada pelos portugueses faz referência ao termo “Cabeças Chatas”, derivado do costume difundido entre os índios de criarem uma deformação no crânio dos membros da etnia desde pequenos, amassando uma placa na testa dos indivíduos.

³ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2013.

Ao definir isso, o primeiro passo que deve ser adotado é dar as noções e entendimento do que é “fronteira” para esta pesquisa. Apesar de ter conhecimento de que existem correntes teóricas que apontam ser impossível enquadrar a fronteira em uma categoria⁴ e que “fronteira” na Época Moderna pode significar nada mais do que palavras, conceitos ou figuras creditadas a elas pelo seu interlocutor⁵, acredito que é necessário delimitar o conceito. Inicialmente gostaria de elencar uma passagem de Carlos Bastos em sua tese de doutoramento:

No que diz respeito ao vale amazônico no período em questão, sua condição de espaço fronteiro era evidente para as autoridades coloniais luso-espanholas, tendo em vista o desconhecimento reinante sobre boa parte de seu espaço, o isolamento ou frágil conexão com outras áreas das possessões coloniais no continente, e a dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de exercer controle sobre significativa parcela de seu território e habitantes. Tais desafios para os poderes constituídos, de fato, prosseguiriam na região para além do período colonial, sendo possível considerar mesmo hoje a Amazônia como área de fronteira.⁶

Apesar de tratar de um período posterior ao da pesquisa em curso, Carlos Bastos faz uma observação que se encaixa de forma bastante clara com a Amazônia da virada do século XVII para o XVIII, sobretudo, por se tratar basicamente da mesma fronteira. As autoridades tinham absoluto conhecimento de se tratar de uma área de fronteira com as características levantadas por Bastos.

Em sua tese, Bastos define a fronteira não como um espaço de delimitação político-administrativa, mas sim como uma zona de interações culturais, sociais, econômicas e políticas baseadas em uma área de definições incertas ou sujeitas à contestação de sua posse.⁷ Acredito compartilhar o ponto de vista de Bastos com relação à fronteira, não obstante, definindo a região estudada como uma “fronteira-zona”, que segundo o autor seria um espaço de trocas comerciais, culturais e humanas, sendo o contraponto da ideia de “fronteira-linha”, ou seja, basicamente uma linha que defina a

⁴ BALIBAR, Étienne. “Una mirada histórica, teórica e historiográfica sobre la frontera”. In: *Historia critica*, nº 59, Enero-Marzo 2016, pp. 13-18.

⁵ NORDMAN, Daniel. “La frontera: nociones y problemas en Francia, siglos XVI-XVIII”. In: *História Crítica*, nº 32, Bogotá: jul-dez 2006, pp. 154-171.

⁶ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, 2013, pp. 28-29.

⁷ Idem, p. 29.

jurisdição de controle dos estados nacionais⁸ – algo até os dias de hoje difícil de imaginar para região amazônica.

Essa situação de “fronteira-zona” é bastante evidente ao pensarmos no quanto é incerto o território tanto do Estado português, quanto do Estado espanhol nessa bacia hidrográfica, pensando sempre que a grande maioria da população era composta por índios com interesses próprios sobre a região e em sua grande maioria alheios às possíveis demarcações feitas pelos europeus, mantendo a sua fluidez e o seu trânsito pelas áreas de influência disputadas pelos dois lados. O caso típico nesta pesquisa é dos Omágua que se mantiveram em aldeias em toda a zona de fronteira, ora fazendo alianças com espanhóis em suas missões, ora fazendo alianças com os sertanejos lusitanos, propiciando um intrincado sistema de alianças e trocas.

Sobre esse processo adaptativo dos grupos indígenas, Maria Regina Celestino de Almeida aponta que, o contato com os europeus e o comércio com os mesmos, acabou intensificando as contendas entre os grupos nativos e contra os europeus. Segundo a autora, o processo de colonização intensificou as disputas entre os grupos nativos pelo acesso ao comércio e aos itens trazidos pelos europeus. Outra medida também foi que, os próprios índios perceberam os conflitos entre os europeus e se beneficiaram das alianças e suas reconfigurações em troca de mais vantagens, não ficando, de modo algum, alheios as situações que se desenvolviam⁹.

Exatamente por essa razão, se faz necessário na fronteira uma mediação entre os interesses metropolitanos – extremamente distantes geograficamente – dos distintos interesses da própria zona. Bastos salienta que é preciso um olhar forte para as articulações locais e imperiais que são desenvolvidas nessas zonas de fronteira.¹⁰ Ou seja, além do espaço imperial que a zona amazônica está inserida, ela precisa atender aos interesses das redes locais dos que vivem de fato nela, assim como, aos interesses de circulação das redes que existem entre os habitantes espanhóis, indígenas e portugueses em permanente contato na região, sendo assim, é preciso obedecer a três esferas de influência.¹¹

⁸ Idem, pp. 29-30.

⁹ ALMEIDA, Op. Cit. 2013, pp. 60-61.

¹⁰ Bastos, Op. Cit. 2013, pp. 30-31.

¹¹ Sobre essa interação em diferentes níveis administrativos como o local e o imperial, sobretudo no Império português, ver: HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de

Ainda tratando sobre a definição de fronteira, John Russell-Wood destaca a Fronteira como uma área de interação de diferentes culturas. Para Russell-Wood, no mundo português uma palavra exprimia de forma visceral a situação das fronteiras, a palavra seria “sertão”. Russell-Wood exprime que, para os habitantes da colônia, sertão, por si só, era algo com ausência de definições:

Por muito que se entrasse no sertão, este mais ainda se prolongava, assumindo a vaga designação de interior do sertão. O sertão não era contínuo nem podia ser domado, tampouco tinha um princípio ou um fim exatos. Não era uma fronteira no sentido político ou geográfico, mas, antes, um estado de espírito.¹²

Por diversas vezes, o termo “sertão” vai aparecer nesta pesquisa associado a “fronteira”, por isso é importante ter em mente a explicação de Russell-Wood para fazer a devida associação. O sertão para os colonos portugueses era exatamente onde os portugueses ainda não estavam. Lugares onde haveria a falta de lei e de ordem, prevalecendo às barbaridades dos gentios.¹³ Resumindo, o sertão era o ponto onde acabava a civilização e iniciava a desordem.¹⁴ Rafael Chambouleyron apresenta uma visão sensivelmente diferente do que traz Russel-Wood, segundo Chambouleyron, é primeiro necessário delimitar que existem vários “sertões”, como por exemplo, a associação do termo sertão ao local de vivência de uma determinada etnia. Assim como, a ausência de “civilização” que prega Russel-Wood, na visão de Chambouleyron, se dá em grande medida, pela ação desenfreada dos próprios portugueses em suas atividades no sertão¹⁵. Acredito que o sertão era o lugar distante e o mais próximo da “fronteira” que existia no mundo colonial, seja uma fronteira interna ou externa. Até por isso, concordo com

alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188. RUSSELL-WOOD, John. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, pp. 303-366. RUSSEL-WOOD, John. “A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (org.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 13-44.

¹² RUSSEL-WOOD, John. “Fronteiras do Brasil colonial”. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, p. 280.

¹³ GONZALÉZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Estudos Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma do México, Cidade do México, 2008, pp. 5-6.

¹⁴ RUSSEL-WOOD, John. “Fronteiras do Brasil colonial”. Op. Cit. 2014, pp. 279-280.

¹⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. In: *Outros Tempos*, vol. 10, nº 15, , 2013, pp. 87-90.

Chambouleyron, também, ao pensar na multiplicidade de sentidos do sertão e em como os agentes coloniais o transformaram.

Russell-Wood exprime também, seguindo a lógica de seu raciocínio, que os brancos portugueses faziam apenas incursões no sertão, algo que não exatamente praticava a dilatação das fronteiras.¹⁶ Os habitantes naturais desse sertão são os gentios, “bárbaros” por natureza, seguidos por pessoas que desejavam fugir das obrigações com as leis do rei e da igreja e procuravam habitar esses lugares distantes.¹⁷ Esse sertão só pode ser incorporado – como anexação da fronteira política – a partir do momento em que essas incursões – e aqui Russel-Wood destaca as bandeiras paulistas – conseguem reduzir os índios à vassalagem e amizade. Portanto, um espaço de disputa pelos índios amigos em um território não constituído por Portugal.

Por fim, não podemos entender a fronteira como uma linha civilizatória em constante expansão, como apontava Frederick Jackson Turner a respeito do oeste americano, mas sim, pensar a fronteira como um espaço imaginado, instável e atravessado pela circulação constante de indivíduos, saberes e produtos.¹⁸ Essa constante circulação e fluidez podem ser entendidas também, seguindo o pensamento de Descola, como uma resposta do homem que enxerga na fronteira um vazio que precisa ser ocupado rapidamente¹⁹, portanto, algo que necessita de movimento.

Madeira, Solimões e Negro: o espaço em si.

Antes de dar seguimento à análise, é preciso destacar que, ao tratar desses rios – que são o espaço por excelência desta pesquisa –, utilizarei quase que exclusivamente fontes de origem europeia. Ou seja, os relatos aqui vislumbrados são em sua maioria de testemunhos não-índios, sobretudo, levando em conta que os grupos nativos da

¹⁶ RUSSEL-WOOD, John. “Fronteiras do Brasil colonial”. Op. Cit. 2014, p.280.

¹⁷ Idem.

¹⁸ GUZMÁN, Juan David Montoya. “Mestizaje y frontera en las tierras del Pacífico del Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII”. In: *Historia crítica*, nº 59, Enero-Marzo 2016, p. 42.

¹⁹ DESCOLA, Philippe. “Existen acaso paisajes amazónicos?”. In: ROSTAIN, Stéphen. (org.). *Amazonía: memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: EIAA, 2014, pp. 19-30.

Amazônia utilizavam uma forte tradição oral, o que diminui sensivelmente os relatos sobre a experiência e a vivência entre os rios acima mencionados.

Não se trata de falta de conhecimento de pesquisas que vislumbrem esse espaço a partir da ótica indígena, com o auxílio da arqueologia, como é o caso de William Denevan ao tratar dos terraços para agricultura na região de Mojos²⁰ – naturalmente acessada pela bacia do rio Madeira. Ou então de trabalhos como os de William Balée, principalmente, sobre a agricultura itinerante dos grupos nativos amazônicos, como ponto fundamental do seu desenvolvimento em grandes sociedades na várzea²¹. Mas me atendo às viagens e descrições de europeus da área destes rios e de como os mesmos entendiam a sua paisagem, não lançando mão do recurso da arqueologia nesta pesquisa, o que a torna sensivelmente diferente dos trabalhos listados.

Os primeiros europeus a singrar os três rios – talvez em menor quantidade os seus tributários – foram os espanhóis que conquistaram os Andes centrais e começaram a espalhar o seu domínio para as terras baixas da floresta em busca de lugares como o *El Dorado* e o *Gran Mojo*²² que prometiam tantas riquezas aos conquistadores, quanto os Incas já haviam cedido. Cruz Neto aponta que, durante o século XVI, várias foram as entradas hispânicas no território amazônico. Algumas dessas entradas foram feitas em busca de riquezas, como cidades feitas de ouro, ou até mesmo os resquíços dos Incas na floresta. Outra explicação que Cruz Neto levanta é a utilização dessas entradas por parte do Estado castelhano com o objetivo de mandar em missões de conquista a massa ociosa de espanhóis que causava agitações e transtornos nas cidades já conquistadas. Seria uma válvula de escape para os distúrbios sociais mandar essas pessoas em busca sempre de novas conquistas²³, movimento que impulsionou as viagens pelos rios supracitados.

²⁰ DENEVAN, William M. *Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes*. Oxford: Oxford University Press, 2001, pp. 135-151.

²¹ BALÉE, William. “Transformação da paisagem e mudança da língua: Um estudo de caso em ecologia histórica amazônica”. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 45-46.

²² PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo, uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

²³ CRUZ NETO, Raimundo Marques da. *Em busca das províncias grandiosas: As entradas espanholas quinhentistas na fronteira oriental dos Andes centrais (1538-1561)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A penetração portuguesa no sentido leste-oeste na América meridional teve início logo após a expulsão dos franceses que habitavam a ilha de São Luís (1615) e a conquista do promontório de terra onde posteriormente se daria início ao núcleo citadino de Belém (1616). Desde esse primeiro impulso, com a transferência de parte do mundo luso- pernambucano para o Maranhão, as monções começaram a se dirigir ao interior do vasto território amazônico. Podemos caracterizar como fez Alírio Cardoso, esse avanço para o sertão como uma forma de encontrar honras e mercês que já começavam a minguar no norte do Estado do Brasil²⁴. Principalmente se tivermos em mente a importância das mercês reais no mundo português do Antigo Regime²⁵.

Se pudermos definir um ponto de partida para as investidas lusitanas no sertão, dando início ao alargamento de suas fronteiras, talvez a revolta Tupinambá de 1617 seja esse momento. Segundo análises feitas por Pablo Bonillo, à revolta Tupinambá que teve início em 1617, foi uma reação orquestrada por vários líderes Tupinambá, contrários à ocupação portuguesa e, em um primeiro momento, aliados dos franceses expulsos em 1615. Para Bonillo, os líderes Tupinambá nunca estiveram totalmente sob a influência do governo lusitano, propiciando a ofensiva iniciada em 1617, ofensiva essa, que durante muitos anos foi o principal entrave as pretensões portuguesas, assim como, também foi o motor de sua expansão, já que, segundo o autor, o sucesso inicial da revolta pode ser ter sido assegurado pelo conhecimento do espaço amazônico que os índios tinham, diferentemente dos portugueses recém chegados.²⁶

Segundo Alírio Cardoso, a revolta dos Tupinambá começou em Cumã, na capitania do Maranhão, se estendendo também pela capitania do Pará – na época, as duas capitanias ainda estavam atreladas ao Estado do Brasil. Cardoso demonstra as disputas internas entre os grupos lusitanos envolvidos nessa revolta. De um lado Bento Maciel Parente e do outro a família de Jerônimo de Albuquerque. Ao que tudo indica, Bento Maciel Parente foi o grande vencedor destas disputas, sendo nomeado Capitão-de-Guerra e ficando responsável por apaziguar os problemas entre portugueses e Tupinambás, o que fez penetrando de forma bastante ríspida todos os rios possíveis no

²⁴ CARDOSO, Alírio. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no Antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, pp. 44-61.

²⁵ RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

²⁶ BONILLO, Pablo Ibáñez. “Desmontando a Amaro: una re-lectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 31, 2015, pp. 465-490.

redor das duas capitâneas.²⁷ Dessa forma, sendo o princípio das expedições de alargamento da Amazônia colonial que vão se coadunar com a invasão holandesa ao Maranhão, estopim do movimento de conquista da bacia amazônica.

A exemplo de um tipo de marco inicial da conquista do sertão amazônico, exposto através de Bento Maciel Parente e sua guerra contra os Tupinambá, podemos destacar que a mais importante entrada lusitana no noroeste amazônico vai ser a viagem de Pedro Teixeira até Quito. Sem a menor sombra de dúvida, a viagem exploratória de Pedro Teixeira é a evocação da conquista do sertão amazônico. Em todos os momentos de tensão entre Portugal e Castela nas fronteiras amazônicas, a viagem de Teixeira é rememorada como o argumento lusitano em prol de um pretense domínio colonial da região.

Pedro Teixeira esteve presente no Maranhão desde a conquista de São Luís, sendo inclusive um dos alferes enviados junto com Castelo Branco com a missão de reconhecimento da foz do grande rio, que viria a dar origem à cidade de Belém. O capitão Pedro Teixeira combateu os holandeses no rio Xingu em 1625 e no ano seguinte foi em busca de reduzir os Tupinambá no rio Tapajós.²⁸ Apesar de sua longa folha de serviços prestados à coroa portuguesa, Pedro Teixeira é igualmente notável por ter sido o primeiro lusitano a percorrer toda a extensão do rio das Amazonas – isso, tratando de sua parte navegável. Segundo Cardoso, as guerras holandesas na Amazônia, durante os anos de 1630, acabaram abrindo os caminhos para os sertanejos desbravarem os rios da porção oeste do território, sendo a viagem de Teixeira até Quito o seu ápice²⁹, que culminou com a implantação do marco fronteiro das duas coroas nas proximidades do rio Napo. Esse marco vai ser o evocativo lusitano para todas as pretensões territoriais a partir daquele momento, apesar de nunca se ter encontrado o referido marco.

A jornada de Pedro Teixeira partiu de Belém – ou melhor, de Cameté – em 1637, levando consigo quarenta e cinco canoas e uma infinidade de gente e mantimentos. A viagem de retorno de Quito até Belém é narrada pelo jesuíta espanhol Cristobal de Acuña, que editou em 1641 – um ano após o término da viagem – uma relação endereçada ao Conselho de Índias sobre o ocorrido. Segundo Cardoso, a viagem de Pedro Teixeira suscitou vários embaraços às autoridades castelhanas, que apesar da

²⁷ CARDOSO, OP. Cit. 2002, pp. 91-104.

²⁸ SALVADOR, Vicente do. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889.

²⁹ CARDOSO, Op. Cit. 2002, pp. 212-213.

vigência da União Ibérica, se sentiam extremamente desconfortáveis com a possibilidade de abertura de uma rota segura entre o Peru e o Maranhão. Cardoso aponta em diversos momentos que as questões relativas aos índios residentes no que se acreditava ser o território de Castela são o assunto que mais toma as missivas dos administradores coloniais.³⁰

Em seu relato da viagem do capitão Pedro Teixeira, Cristobal de Acuña faz importantes colocações a respeito do território que viria a se tornar a fronteira noroeste amazônica. Em uma dessas argumentações, o jesuíta afirma que as sociedades indígenas estabelecidas na região amazônica, habitando a calha de rios como Madeira, Negro, Napo, entre outros, “se concentram nas grandes povoações, onde, tal como os venezianos e os mexicanos, todo o se tráfico se faz por água, em pequenas embarcações”³¹. O que se atesta o nível de desenvolvimento das sociedades encontradas, fazendo referências aos venezianos e mexicanos.

Ao tratar especificamente do rio Negro, Acuña já destaca a presença de inúmeras aldeias que fazem comércio entre e si e das ligações existentes no Negro com regiões controladas por espanhóis – quando ele afirma que a vestimenta de um grupo específico tem relação com os do Peru – assim como, a relação de índios com terras ocupadas pelos holandeses. Acuña também relata sobre a fertilidade dos pastos no Negro, possíveis de abrigar várias cabeças de gado. O que talvez fossem os famosos “capoeirões” que os índios abrem, já que em território de floresta densa é difícil imaginar pastos.³²

O jesuíta também salientou que o Negro tinha excelentes embocaduras onde seria possível construir fortalezas para a proteção de invasões estrangeiras, além do que, havia muitas pedras que poderiam ser utilizadas na construção.³³ O interessante é pensar que se o memorial é escrito em 1641, ou seja, após a restauração Brigantina e, sendo endereçado ao Conselho de Índias esses inimigos que as fortalezas do rio Negro deveriam barrar seriam tanto os holandeses, quanto os portugueses. Sobre esse momento do rio Negro, Décio Guzmán aponta que, durante o século XVII, as narrativas sobre o Negro apontam para o comércio de índios, sobretudo, pela relação desses índios

³⁰ Ibidem, pp. 212-230.

³¹ ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 97.

³² Ibidem, p. 138.

³³ Ibidem, p. 139.

com possíveis minas de ouro na região. Assim também, Guzmán aponta sobre o receio de espanhóis e portugueses com o contato dos grupos nativos da região com os holandeses, devido à presença desse ouro.³⁴

O rio Negro voltou a ser palco das devassas portuguesas em 1649, em uma tropa enviada pelo governador Luiz de Magalhães, que se baseando nos relatos colhidos por Cristobal de Acuña, enviou o capitão Bartolomeu Barreiros de Ataíde em busca das propaladas riquezas da região. Segundo Guzmán, ao voltar a Belém em 1650, Barreiros de Ataíde salientou que as informações de Acuña não eram de todo verdade, mas que o rio Negro era a principal fonte de mão-de-obra escrava, devendo se organizar de maneira sistemática a sua redução em favor dos portugueses do Maranhão.³⁵ Após o relato de Barreiros de Ataíde, houve a primeira entrada dos portugueses em direção ao Negro, sob a chefia de Vital Maciel Perante. Dessa vez contando com a presença dos missionários da Companhia de Jesus.³⁶ A partir desse momento, as entradas vão se tornar cada vez mais comuns com a captura de índios no Negro.

Em conexão com o rio Negro, temos o rio da Madeira, chamado assim pelos portugueses devido às excelentes espécies encontradas na sua margem. Segundo o relato do padre Acuña, que esteve em contato com os Tupinambá da expedição, era através do rio Madeira que se podia chegar diretamente até às terras de Potosí no Peru.³⁷ Uma informação que provavelmente chamou muita atenção do religioso, pois, em Potosí se encontravam as mais rentáveis minas de prata do Novo Mundo; uma possível conexão direta através do rio Madeira que pudesse ligar os portugueses ao bem mais precioso do Peru devia ser encarada com cautela. Lembrando ainda, que se tratava de um território rico em madeira, o que podia facilitar a construção de embarcações para o transporte de metais preciosos, assim como o próprio Acuña aponta a presença de índios Urubutingas, tidos pelo religioso como grandes artífices em madeira.

Existe a possibilidade de o comércio entre aldeias ter comunicado o rio Negro até o rio Madeira, como aponta Décio Guzmán. Segundo o autor, a partir da segunda metade do século XVII, as narrativas jesuíticas dão conta da presença de missionários adentrando o rio Madeira – possivelmente já no último quartel do século. Baseado na

³⁴ GUZMÁN, Décio de Alencar. “Encontros circulares: guerra e comércio no rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 5, t. 1, 2006, pp. 141-243.

³⁵ GUZMÁN, Op. Cit. 2006, pp. 144-145.

³⁶ Idem.

³⁷ ACUÑA, Op. Cit. 1994, p. 147.

crônica do padre Bettendorff, Guzmán relata a viagem do padre Jódoco Peres até o Madeira, em 1683, quando na oportunidade se escreveu que os Aizuares não faziam grande caso das ferramentas que os portugueses desejavam trocar com eles, pois, vinham do rio Negro outras muito melhores que os índios daqueles lados lhes traziam, que por sua vez eram conseguidas através de “estrangeiros”.³⁸ Ou seja, além do comércio de ferramentas entre os grupos nativos, existe um ponto de partida desse comércio com os “estrangeiros”, que, nesse caso, possivelmente eram os holandeses em conexão do Essequibo para o Negro, fazendo diminuir o poder de convencimento dos portugueses pelas trocas, restando a saída das guerras.

Sobre o rio Solimões, assim como aponta Robert Zahluth de Carvalho Júnior, não havia uma entrada sistemática de portugueses na região, sendo as missões carmelitanas de finais do século XVII o primeiro empreendimento português sólido na região, motivo até que facilitou a atuação dos jesuítas espanhóis junto aos grupos indígenas do referido rio.³⁹ Evidentemente, podemos dizer que houve entradas de sertanejos em busca de índios na região do Solimões antes da missão carmelita ser edificada, principalmente, se pensarmos que, desde meados do século XVII, o noroeste amazônico já era a principal região fornecedora de mão-de-obra indígena do Pará. No entanto, muitas dessas tropas, que podiam ser (i)legais não deixaram rastros, a não ser suposições.

No entanto, sobre o Solimões, temos as entradas espanholas no princípio do século XVII. Os castelhanos chamavam o rio de Marañon e, desde o início do século, os jesuítas trabalhavam na missionação dos autóctones. Segundo o jesuíta Manuel Rodriguez, os espanhóis chegaram à região através do rio Napo, que passa nas proximidades da cidade de Quito. Através da relação do mesmo religioso, sabemos que o rio é onde estacionou a armada portuguesa de Pedro Teixeira com a intenção de fixar o marco fronteiro – lembrando que efetivamente nunca houve um empreendimento português no local.⁴⁰

³⁸ GUZMÁN, Op. Cit. 2006, p. 146.

³⁹ CARVALHO JR, Roberto Zahluth. “*Dominar homens ferozes*”: missionários carmelitas no Estado d Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, pp. 46-50.

⁴⁰ RODRIGUEZ, Manuel. *El Marañon y Amazonas*. História de los descubrimientos, entradas y reduccion de naciones. Trabajos malogrados de algunos conquistadores, y dichosos de otros, assi temporales, como espirituales en las dilatadas montañas y mayores rios de la America. Madri: Imprensa de Antônio Gonçalves de Reys, 1684, pp. 122-125.

O padre Rodriguez aponta a região, cerca de 80 léguas abaixo do Napo, como sendo a morada de uma das mais dilatadas nações, chamadas de Aguas, ou Omáguas, pelos espanhóis. Segundo o religioso, em seu auge, a província dos Omáguas se estendia por cerca de duzentas léguas. Os Omáguas já eram tidos como belicosos e comerciantes de escravos pelo religioso que escreve a sua relação em 1684⁴¹, ou seja, em um espaço de tempo muito curto com relação à evangelização dos Omáguas que começaria apenas em 1686, com a chegada do padre Samuel Fritz. Sobre algumas características peculiares aos grupos nativos dessa região é questão que deixo para tratar no próximo capítulo. Portanto, aqui temos o quadro do local principal de ação da fronteira noroeste amazônica, que conecta os territórios em disputa por Portugal e Espanha e inúmeras nações indígenas.

O espaço na virada do século XVII-XVIII

Refletindo sobre o momento histórico que compreende esta pesquisa, de virada dos séculos XVII para o XVIII, encontramos o desenrolar das situações iniciadas com a viagem de Pedro Teixeira e as tropas/missões que começaram a pontilhar o vasto território amazônico. Assim como, do controle do espaço por parte dos espanhóis, que embora tenham chegado em menor número à região, tiveram grande habilidade de trato com os nativos, sobretudo, com o auxílio da Companhia de Jesus ao longo da calha do rio Amazonas, em missões que compreendiam o território desde Quito até o rio Negro.

a) A associação do espaço amazônico aos impérios ibéricos

O espaço amazônico tem uma característica interessante. Como uma espécie de “laboratório colonial” – nas palavras de Serge Gruzinski⁴² – o espaço amazônico recebeu as cargas culturais que os europeus já traziam de outros empreendimentos. O próprio nome “Amazonas” é retirado de uma lenda helênica. Não obstante, mais importante que isso, a Amazônia viveu uma eterna busca por reencontrar maravilhas vistas em outros lugares, como o *El Dorado* que seria uma cidade de ouro como o México e Cusco. Não é à toa que tantos conquistadores singraram os rios com esse

⁴¹ Idem.

⁴² GRUZINSKI, Serge. *A Amazônia e as origens da globalização: da história local à história global* (Sécs. XVI-XVIII). Belém: Estudos Amazônicos, 2014.

objetivo de encontro com riquezas inimagináveis. O próprio padre Samuel Fritz comenta em seu diário que os portugueses ainda buscavam pelo *Dorado* naquela região por ter tido contato com índios que usavam algumas argolas de ouro.⁴³

Ainda na esteira dessa situação, Alírio Cardoso aponta que, na primeira metade do século XVII, havia um grande movimento por parte dos lusitanos em tomar como parâmetro as especiarias da Índia para as *Drogas* do Maranhão. Segundo o autor, existia uma busca pelo cravo, canela e outros produtos que fossem semelhantes e pudessem substituir os produtos da Carreira da Índia que já se encontrava em declínio durante o século XVII.⁴⁴ Dessa forma, uma das primeiras visões do espaço amazônico seria em contrapartida com o espaço indiano, em uma ligação feita basicamente através dos insumos que a floresta garantia. A reflexão de Cardoso se volta para o espaço amazônico como um todo, sem distinção entre suas capitânicas; se pensarmos somente no noroeste amazônico, também vamos encontrar essa tópica relacionada ao espaço.

Em uma carta datada de dezembro de 1683, o então governador do Maranhão, Francisco de Sá e Meneses, escreve ao monarca lusitano sobre os descobrimentos que mandou fazer no sertão do Estado. O governador disserta que levou consigo para o Maranhão algumas cascas – provavelmente das que vinham da Carreira da Índia, como árvore da Quina, Cravo, Salsaparrilha⁴⁵ – e que as entregou ao capitão André Pinheiro de Lacerda para que junto aos principais indígenas aliados fossem encontradas aquelas cascas no Estado.⁴⁶ Pela narrativa apresentada pelo administrador colonial, ao ser enviado do reino para o Maranhão, sua percepção imediatamente foi voltada para a Índia, sobretudo, para o comércio da Índia, desta feita, o governador aproveitou para se munir de cascas encontradas naquela região com a convicção que o espaço amazônico era semelhante ao asiático. Podemos salientar também, que provavelmente a associação entre a Ásia e o Maranhão estava associada ao período de “atlantização” da economia

⁴³ FRITZ, Samuel. “Diário de la bajada del P. Samuel Fritz, misionero de la Corona de Castilla, en el rio Marañon, desde San Joachim de Omaguas hasta la ciudad del Gran Pará, por el año de 1689”. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del Famoso Rio Marañon* [1738]. Iquitos: IIAP-Ceta, 1988, pp. 313-315.

⁴⁴ CARDOSO, Alírio. “Outra Ásia para o Império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656)”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010, pp. 20-24.

⁴⁵ “CCU-Pedro II”. 13/04/1684. *AHU*, Maranhão, cx. 5, doc. 697.

⁴⁶ “Carta do Governador Francisco de Sá e Meneses, sobre os descobrimentos que mandou fazer de drogas no sertão”. 30/12/1683. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 219. “CCU-Pedro II”. 13/04/1684. *AHU*, Maranhão, cx. 5, doc. 697.

portuguesa no século XVII⁴⁷. O governador acreditava tanto na semelhança que entregou as cascas aos principais para que estes trouxessem as especiarias da floresta.

No entanto, os índios não encontraram as cascas trazidas pelo governador, mas em seu lugar, lhe trouxeram outras que eram semelhantes⁴⁸, o que provavelmente aguçou no governador o sentido de proximidade dos espaços. Além disso, conta o governador na missiva, que o local onde os índios fizeram as buscas no encaço das referidas cascas ficava contíguo à fronteira com as terras de Castela e onde também, se acreditava que ficaria o lago dourado.⁴⁹ Ou seja, o mesmo espaço amazônico comportava uma variada visão do espaço, que podia tanto ser uma representação do espaço asiático, das especiarias da “Goa dourada⁵⁰”, ou podia ser a cidade de ouro que os índios do altiplano mexicano e peruano contavam para despistar os conquistadores espanhóis.

Em mais um exemplo sobre a percepção de espaço e suas correlações com outras áreas do império ultramarino, temos uma carta do governador do Maranhão, Arthur de Sá e Meneses, que destaca o envio de alguns gêneros da floresta para a apreciação do Conselho Ultramarino. Entre os gêneros trazidos do sertão que o governador remetia ao reino estava uma erva trazida por André Pinheiro de Lacerda que o governador aponta com as mesmas propriedades do chá – algo tipicamente asiático – havia também a presença de certa “pimenta china”, que possivelmente pelo nome remete a alguma especiaria do extremo oriente.⁵¹ A narrativa que consta na missiva do governador ao enviar os gêneros à corte parece bastante plausível com relação à correlação entre os gêneros da “antiga Ásia” e da procura de uma “nova Ásia” do império português.

Certamente, o pensamento a respeito da conexão dos produtos maranhenses com o extremo oriente estava imbricado nos homens do século XVII que pensaram a respeito do antigo Estado do Maranhão. Em uma análise clássica sobre a economia colonial, Fernando Novais aponta o Maranhão como isolado do Antigo Sistema Colonial, que

⁴⁷ BOXER, Charles. *O império marítimo português* (1415-1825). São Paulo: Cia das Letras, 1998.

⁴⁸ “Carta do Governador Francisco de Sá e Meneses, sobre os descobrimentos que mandou fazer de drogas no sertão”. 30/12/1683. AHU, Pará, cx. 3, doc. 219. “CCU-Pedro II”. 13/04/1684. AHU, Maranhão, cx. 5, doc. 697.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Termo que designa a opulência do Estado português na Ásia em alguns cronistas, como em João de Barros eu tratar do reinado de D. Manuel I. Cf. BARROS, João. De. *Décadas da Ásia*. Vol. 1. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1778.

⁵¹ “Carta do Governador Arthur de Sá e Meneses, sobre o envio de alguns gêneros da floresta”. 30/11/1689. AHU, Pará, cx. 3, doc. 279.

basicamente se reproduzia através da mão-de-obra escrava africana. Desse modo, para Novais, o Maranhão só vai se integrar ao sistema a partir de meados do século XVIII com a introdução sistemática de cativos africanos. Outra premissa do historiador seria que justamente nesse período o interior da América portuguesa seria devassado por monções que alargariam a fronteira em busca de minas de ouro – notadamente, em Goiás, Mato Grosso e nas Gerais.⁵²

Naturalmente, com relação ao avanço tardio no século XVIII decorrente da prospecção de metais proposto por Novais, devo salientar que, ao longo de todo o século XVII, os súditos do rei de Portugal tentaram penetrar os espaços mais recônditos em busca de metais preciosos. Em uma consulta do Conselho Ultramarino realizada em 13 de janeiro de 1696, que deveria tratar basicamente sobre a descoberta de novas drogas no Maranhão, encontramos em anexo uma carta do ex-governador Gomes Freire de Andrade que dava interessantes apontamentos sobre as questões minerais. Gomes Freire primeiro alerta sobre o caminho mais curto que ligava o Pará ao Peru, que segundo ele seria através do rio Madeira. Exatamente por essa proximidade com o Peru, para o militar português, naturalmente deveria haver no Pará recursos minerais como havia no Peru.⁵³

Continua Gomes Freire de Andrade relatando que na jornada empreendida por Bartolomeu Barreiros de Ataíde, as vinte canoas da expedição ficaram perdidas em um chamado “lago do ouro”, de onde supostamente os “índios do ouro” retiraram o mineral e, possivelmente, poderia ser nas proximidades do marco estabelecido por Pedro Teixeira.⁵⁴ Freire de Andrade ainda aponta que o próprio rei deu ordem a João Cabral de Barros para que encontrasse o dito “lago do ouro”, mas que ao longo dos anos o mesmo nunca foi encontrado. O militar ainda rememora o Conselho de que quando do término do seu mandato como governador, deixou para o seu sucessor, Arthur de Sá e Meneses, uma relação contendo a informação de que haviam sido encontradas pedras preciosas no rio Tapajós.⁵⁵ Rememora ainda que no tempo do governo de Pedro Cesar de Meneses, o

⁵² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

⁵³ “CCU-Pedro II”. 13/01/1696. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 907.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Idem*.

capitão Baltasar de Seixas também encontrou um grande número de “pedras brancas” em uma jornada no rio dos Jurunas.⁵⁶

Gomes Freire ainda relata que devia existir muito mais em ouro, prata e pedras preciosas no Pará, o que lhe dava um pouco de receio, justamente, pela sua proximidade com as terras de Castela, fazendo com que o ex-governador aconselhasse ao rei de que mandasse com toda brevidade gente para o sertão para fazer os devidos descobrimentos desses metais.⁵⁷ As informações tratadas aqui por Gomes Freire na consulta do Conselho Ultramarino referem-se à busca empreendida pelos portugueses de metais preciosos ao longo de todo o século XVII. Mesmo que, porventura, as minas encontradas nunca tenham dado lucros, fica claro que ao contrário do apontado por Novais, as entradas e o alargamento das fronteiras para o interior da América portuguesa, movidos pelos metais preciosos, é muito anterior aos meados do século XVIII, pelo menos no Maranhão.

Com relação à economia maranhense, Rafael Chamboleyron vem trabalhando com a ideia de que o Maranhão não pode ser entendido e, tão pouco, estudado sob a ótica dos modelos econômicos vigentes no Estado do Brasil, devendo partir para o estudo das particularidades do Maranhão e sua relação com o império marítimo português.⁵⁸ Dessa forma, ao pensar na especificidade da Amazônia e também no entendimento do Império português de encontrar uma “nova Ásia” que suprisse com especiarias o mercado europeu. Trazendo de volta a época de ouro da Carreira da Índia, podemos afirmar – como os autores já citados aqui – que se tratava de uma política de Estado em busca de *drogas* que assemelhavam com o mundo indiano.

Em uma carta régia ao governador do Estado do Maranhão, datada de 24 de novembro de 1686, o rei D. Pedro II exalta a fertilidade das terras de que teve notícias através de Gomes Freire de Andrade. No texto da missiva real, é exposto ao governador o modo de proceder no envio de uma série de gêneros para apreciação do Conselho Ultramarino, gêneros que poderiam encontrar lastro na economia atlântica.⁵⁹ Os gêneros, em sua maioria – com a exceção do cacau – eram assimilações de gêneros já

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.

⁵⁹ “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre a fertilidade das terras que dá conta Gomes Freire de Andrade”. Lisboa, 24/11/1686. *AHU*, cód. 268, f. 350-351.

destacados no comércio indiano, como o cravo, canela, entre outros.⁶⁰ Ou seja, como já salientou Cardoso, o espaço amazônico era entendido não como uma prolongação do espaço indiano, mas uma tentativa de reencontrar a época de ouro daqueles descobrimentos trasladando a experiência da Índia para o caso maranhense.

b) O espaço e a saúde

Ao analisar os relatos legados pelos missionários que propriamente viveram na fronteira noroeste da Amazônia, encontramos algumas indicações interessantes com relação ao espaço que eles entendiam e viviam. Em carta escrita em 1681, o jesuíta Francisco Fernandez de Mendoza, que era o responsável pelo *pueblo* de São Xavier de Gayes, relata que a ação missionária da Companhia estava enfraquecida na região. O motivo que o religioso aponta para esse enfraquecimento eram os “achaques⁶¹” que os missionários vinham padecendo, assim como, são comuns nos relatos sobre a missão as doenças que afligiam os índios. Na visão do padre Francisco de Mendoza, esses achaques eram resultado da mudança brusca de temperatura pelas quais os missionários eram obrigados a passar, pois, sendo todos da Audiência de Quito, sofriam com a mudança do clima frio dos Andes para o calor tropical e úmido da floresta.⁶²

Outro religioso, frei Manuel da Esperança, carmelita português, ao tratar da sua jornada em companhia do governador do Maranhão em 1696, aponta que a partir da aldeia dos Abacaxis, houve um surto de doenças entre os membros da tropa. O próprio capitão-mor do Pará, Hilário de Sousa de Azevedo – que se separou do corpo principal da tropa para fazer descimentos – se encontrava doente na fortaleza de Gurupá.⁶³ Possivelmente, a narrativa leva a imaginar que o espaço amazônico é o responsável pela epidemia.

Claramente, a percepção a respeito da mudança do espaço é responsável pelos agravos de saúde que o missionário relata. Pela visão do mesmo, por mais que não indique que o clima amazônico é “pestilento”, o jesuíta aponta que a mudança do clima

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Provavelmente os “achaques” citados pelos religiosos são manifestações da Malária.

⁶² MENDOZA, Francisco Fernandez de. De dos cartas escritas de un misionero, y del superior de las misiones de los Maynas, en el Rio Marañon, jurisdiccion de la Real Audiencia de Quito, avisando al padre vice-provincial de la Compañia de Jesvs, del Nuevo Reyno de Granada; El vno, El estado del pueblo en que assiste; y el outro, el que tiene parte de aquella gloriosa mission, que avia visitado el año pasado de 1681” In: Informes de Jesuitas en el Amazonas (1660-1684). Iquitos: IIAP-CETA, 1986, p. 319.

⁶³ “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], ff. 120v-121. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VII-27.

mais temperado dos Andes para o calor das florestas é bastante prejudicial à obra evangelizadora. Claudia de Sousa, ao estudar as epidemias de “bexigas”⁶⁴ no século XVIII, afirma que os religiosos tinham o devido conhecimento a respeito da transmissão de doenças dentro dos aldeamentos, assim como, de que os jesuítas eram alguns dos mais preparados para lidar com a medicina curativa naquele momento, tendo reunido grande conhecimento tanto das práticas curativas europeias, quanto dos saberes nativos, através do seu contato mais próximo com os índios.⁶⁵

Certamente, a percepção do espaço associado às doenças – fossem achaques ou bexigas – deve ser fundamental para entender a necessidade da Companhia de Jesus e suas boticas se tornarem importantes no mundo colonial, onde a saúde ainda era mantida de forma precária, assim como as condições de salubridade. Uma instituição de fronteira como a Companhia de Jesus necessitava de conhecimento sobre o espaço e as condições de salubridade que ele apresentava, tanto que Claudia Sousa aponta a existência de embarcações médicas que levavam a arte da medicina utilizada pela Companhia de Jesus do colégio de Nossa Senhora da Luz para outros lugares do Estado do Maranhão.⁶⁶

O caso aqui apresentado não é de exclusivismo maranhense, pelo contrário, a noção de espaço e as necessidades que ele apresenta eram fundamentais para as questões de saúde em outras partes do Império, como aponta Daniela Calainho. Segundo a autora, essa percepção de espaço com as práticas medicinais se inicia com a conquista da Ásia e as descobertas de novas especiarias, passando depois ao Estado do Brasil e assim, até o Maranhão. Calainho aponta que as boticas e enfermarias dos jesuítas eram famosas no mundo colonial, se valendo principalmente da fauna e flora locais – tendo em vista as grandes distâncias – os jesuítas dominariam a prática da cura e fariam tratados alertando sobre as situações que o espaço novo e colonial continha, como picadas de serpentes e outras situações típicas. Outro ponto destacado por

⁶⁴ Varíola.

⁶⁵ SOUSA, Claudia Rocha de. “As práticas curativas na Amazônia colonial: da cura da alma à cura do corpo (1707-1750)”. In: *Amazônia*, Revista de Antropologia, nº 5 (2), 2013, pp. 362-384.

⁶⁶ Idem.

Calainho é o comércio gerado pela venda desse conhecimento e dos insumos da floresta no império colonial português.⁶⁷

O próprio padre Samuel Fritz, ao adoecer, por volta do ano de 1689, associa os seus “achques” à permanência no espaço amazônico da floresta, assim como, só conseguiu se restabelecer totalmente do seu problema de saúde ao se tratar no colégio de Santo Alexandre, da Companhia de Jesus, na cidade de Belém após ficar meses debilitado⁶⁸. Apesar da persistência em algumas fontes da existência de uma insalubridade no território amazônico, outras fontes acabam alardeando um espaço saudável e bastante propício à colonização. Um exemplo clássico é o de Simão Estácio da Silveira, que durante a União Ibérica escreve aos pobres do reino de Portugal, exaltando as características saudáveis da nova conquista e conclamando a transferência dessas pessoas do reino para o Maranhão.⁶⁹

c) *O espaço de Gran-Omagua*

Sobre o espaço onde o padre Samuel Fritz atuou na Amazônia, que majoritariamente fora o espaço denominado de *Gran-Omagua*, pode-se destacar a partir de Pablo Maroni que foi uma conquista espanhola feita logo após a viagem de Pedro Teixeira, tendo na ação dos missionários, André de Artiede e Lucas de La Cueva, o seu impulso inicial.⁷⁰ Desta feita, o primeiro impulso dado pelos religiosos jesuítas da província de Quito só obteve êxito e sucesso com a chegada, em 1686, do padre Samuel Fritz que se dedicou inteiramente à região da mesopotâmia do Napo até o Negro.⁷¹

Segundo as palavras do diário do próprio padre Fritz, o espaço amazônico é obrigatoriamente vivenciado pelo regime de cheias dos rios. Fritz aponta que em 1689, em finais de janeiro, acabou se deparando com a maior cheia que já tinha presenciado durante o seu apostolado na região, cheia essa utilizada pelo padre para se locomover pelos rios e chegar até às aldeias dos seus catecúmenos.⁷² Fritz volta a salientar a necessidade de conhecimento do regime de águas no espaço amazônico ao tratar sobre

⁶⁷ CALAINHO, Daniela Buono. “Cruzando mares: drogas medicinais do Brasil no Império português.”. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. Rio de Janeiro: Alameda, 2009, pp. 255-272.

⁶⁸ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 313-326.

⁶⁹ SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal*. 9ª Ed. São Luís: Edições AML, 2013.

⁷⁰ MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañon (1738)*. Iquitos: IIAP-CETA, 1988, p. 307.

⁷¹ Ibidem, pp. 309-310.

⁷² FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 313.

os Manave – possivelmente os Manao – que também se utilizavam do regime de cheias para fazer comércio com outros grupos indígenas, se aproveitando da sua posição estratégica nas ilhas fluviais, durante as cheias conseguiam se conectar com praticamente qualquer região da Amazônia.⁷³ Ainda tratando sobre o regime dos rios, outro religioso, desta feita frei Manuel da Esperança, destaca que na sua jornada de 1696, teve dificuldades para entrar no rio Urubu dadas as poucas chuvas no rio naquela época do ano.⁷⁴

Quando o padre Samuel comenta sobre a dimensão das aldeias, afirma que elas costumavam ser de várias léguas, contíguas ao rio, sobretudo, ao tratar dos Aizuares e Yurimaguas – podemos imaginar os grupos habitando principalmente as áreas de várzea. No entanto, Fritz alerta que esses grupos, que viviam basicamente daquilo que o rio provia e do plantio de mandioca, estando acovardados e com suas aldeias diminutas devido à voracidade com a qual os portugueses faziam correrias em busca de escravos na região, fazendo declinar sensivelmente o número de indivíduos e alterando drasticamente o espaço, já que demografia está ligada ao tamanho das aldeias.⁷⁵

Na descrição de sua enfermidade, ainda no ano de 1689, o missionário não chega a associar os seus problemas de saúde ao espaço onde vivia. Não obstante, ao estar doente, o jesuíta relata em seu diário os problemas da vida nesse espaço em vias de colonização. Segundo o padre Samuel, ao estar debilitado pela doença, ele sofria com a presença constante de “cocodrilos ó lagartos” nas palavras do padre, que em um determinado dia chegaram a invadir a cabana onde ele habitava.⁷⁶ O padre Samuel também se queixava da quantidade de “ratos” que ficavam ao redor da sua moradia, atacando os mantimentos, que já se tornavam escassos devido à cheia que inundava as áreas onde a mandioca era plantada.⁷⁷

Durante toda a sua narrativa, o padre Samuel fez descrições do espaço como selvagem e habitado por selvagens. Um lugar inóspito, onde, apenas os índios e seus aliados conseguiam se sobressair, sendo que, diversas vezes tropas portuguesas – juntamente com os seus índios amigos – também tentavam vencer o espaço dominado

⁷³ Ibidem, p. 315.

⁷⁴ “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], f. 120v. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VII-27.

⁷⁵ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 314.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

por feras e canibais. Um espaço que talvez influenciasse o modo de ser dos seus grupos nativos, principalmente, se pensarmos que em um meio hostil de febres, achaques, mosquitos e feras, os indivíduos necessitassem de um guia, no caso, a conversão do gentilismo ao catolicismo pela Companhia.

O discurso de Samuel Fritz encontra lugar no próprio projeto evangelizador da Companhia de Jesus e de sua necessidade de arregimentar novos catecúmenos⁷⁸ na Amazônia. Charles Boxer aponta que a Companhia de Jesus foi uma das últimas a chegar às Índias de Castela, portanto, sua posição foi definida para as fronteiras em expansão do mundo colonial espanhol, diferentemente de outras ordens que se estabeleceram primeiro e ficaram no centro dos Vice-reinos.⁷⁹ Nesse contexto, é plausível que o espaço seja caracterizado pela selvageria e pela barbárie, muitas vezes encontrada na oposição entre o mundo colonizador espanhol que traz os índios para o seio da igreja e do Estado, contra os portugueses e seus aliados que provocam distúrbios na “ordem natural” promovida pelo jesuíta. Nesse espaço, deveria existir a necessidade latente da intervenção de um Estado mais “brando” com relação aos índios, como seria teoricamente o espanhol, e a intervenção da igreja, na figura da Companhia de Jesus, em vistas de dar ordem à situação. Em todo o caso, o representante seria o padre Samuel Fritz.

d) O espaço no mapa de Samuel Fritz

O padre Samuel Fritz também nos legou um mapa, produzido em 1707, que é o reflexo de suas andanças pela Amazônia colonial, sobretudo, se pensarmos que Fritz se deslocou por toda extensão do grande rio Amazonas. Em seu mapa, Fritz, consegue dar posição acertada para várias bocas e entradas de rios, assim como, para os lugares mais precisos onde habitavam diversos grupos indígenas desde Quito até Belém.

Ao descrever o espaço no texto que vem junto ao mapa, o padre Samuel destaca a grandiosidade do rio Amazonas, assim como a sua grande fertilidade. O missionário reafirma a posse castelhana da região, destacando que os portugueses têm alguns povoados na boca do rio e uma fortaleza no Rio Negro. Ora, apesar de serem localidades pequenas, o Estado português tinha muito mais do que uma fortaleza no Rio

⁷⁸ AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi* (séc. XVI-XVII). São Paulo: Humanitas, 2007.

⁷⁹ BOXER, Charles. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 84-116.

Negro e pequenos povoados na boca do Amazonas. Apesar de Quito ser bem maior que qualquer cidade portuguesa no norte da América do Sul, o número de lusitanos que singravam a região era bem superior ao número de espanhóis que por ventura tenham se aventurado nos sertões do Amazonas. Segundo Camila Dias, na leitura iconográfica do mapa, consta a presença na parte superior do brasão da Companhia de Jesus em esplendor, sobretudo, iluminando as missões espanholas, demonstrando a luz do evangelho que os jesuítas tinham trabalhado para disseminar entre os índios, diferente do lado português, com ausência dessa iluminação⁸⁰.

Outro detalhe interessante é o que o mapa não diz. Fritz aponta com bastante propriedade a posição dos afluentes do rio Amazonas, assim como, aponta os grupos indígenas que habitam esses rios. Não obstante, Fritz não utiliza qualquer demarcação com relação aos limites do Estado português ou espanhol. Não existe qualquer delimitação fronteiriça no mapa, tampouco com relação a Portugal, ou Holanda, ou França. Imaginando tudo como um contínuo, e com a descrição de pequenos povoados na boca do rio por parte dos portugueses, a ideia bem clara é que todo o território pertenceria aos espanhóis, com pequenos enclaves lusitanos.

⁸⁰ DIAS, Camila Loureiro. "Jesuit maps and political discourse: The Amazon river of father Samuel Fritz". In: *The Americas*, v. 69, nº 1, 2012, pp. 107-108.

Segundo os lusitanos reiteraram repetidas vezes, o limite entre os dois Estados era o marco estabelecido durante a viagem de Pedro Teixeira, que deveria ficar no rio Napo, em algum lugar nas proximidades da *Gran Omagua*. Para muitos espanhóis, o marco que dividia os dois territórios era exatamente o rio Negro, onde, segundo o mapa, havia uma fortaleza lusitana. O próprio padre Samuel Fritz, depois de sua viagem e estada em Belém, entregou uma relação ao Vice-rei do Peru em 1693, onde expunha a sua percepção com relação às fronteiras da Amazônia entre os dois estados, visão essa que corrobora com o levantado a respeito do mapa, que é posterior aos apontamentos de 1693.

Em seus apontamentos, o padre inicia trazendo à luz a bula do papa Alexandre VI que foi recebida em comum acordo entre Portugal e Espanha em Tordesilhas, em 1494, e que também teve algumas reafirmações em 1681 em Lisboa. A partir da bula papal ficou acertado que a linha divisória entre os dois Estados seria afixada 22° após uma das ilhas do arquipélago de Cabo Verde em direção à América, ficando o lado ocidental para Portugal e o lado oriental para a Espanha. Segundo reafirma o religioso, a contagem do arquipélago de Cabo Verde até a boca do rio Amazonas – no Cabo do Norte – contaria 17° e uma fração, restando ainda sob a égide portuguesa mais 4° e uma fração, o que na visão do missionário tornaria impraticável uma demarcação no rio Negro, menos ainda no rio Napo.⁸¹

O jesuíta encerra os seus apontamentos ao Vice-rei levantando quatro tópicos com relação aos avanços dos lusitanos em direção ao território que ele acreditava ser do Vice-reino do Peru e das arbitrariedades relativas a esse avanço. No primeiro item o padre reafirmava que os portugueses não podiam e não deviam requerer mais de 4° e um terço desde a boca do rio Amazonas – no Cabo do Norte – pois, todas as terras e rios após esse limite pertenciam à coroa de Castela. O segundo ponto é relativo à nulidade de qualquer possessão portuguesa além do ponto estabelecido anteriormente, lembrando ao Vice-rei da existência de feitorias portuguesas em regiões como do rio

⁸¹ FRITZ, Samuel. "Apuntes acerca de la línea de demarcación entre las conquistas de España y Portugal en el Rio Marañon" [1693]. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañon* (1738). Iquitos: IIAP-CETA, 1988, pp. 332-334.

Negro e a proclamação – nula para Fritz – por parte de Antônio de Miranda⁸² de que as terras dos Omáguas no rio Napo pertenciam à coroa de Portugal.

Nesse ponto, o padre Fritz faz questão de refutar o argumento lusitano de que esse território fora tomado para Portugal através de uma real cédula expedida pela Audiência de Quito, em 1639, em favor do capitão Pedro Teixeira. Fritz reafirma que a cédula não tinha valor real, já que em 1640 os portugueses aclamaram o duque de Bragança como rei, dando fim à União Ibérica, antes mesmo do rei Filipe IV confirmar os papéis de Quito, tornando tudo nulo.⁸³

O terceiro ponto diz respeito às tropas de resgate que os portugueses enviavam anualmente ao sertão em busca de índios. Segundo o jesuíta, a escravização dos índios que os portugueses promoviam para seu serviço era uma afronta à legislação e aos direitos dos índios – uma visão bastante influenciada por Bartolomé de Las Casas e José de Acosta. O último ponto levantado por Fritz era ligado diretamente à presença dos portugueses no rio Negro, afirmando que o dito rio ficava a 9º de longitude da boca do Amazonas, ou seja, se distanciando bastante do que ele entendia como o limite do território português. Permitir que os portugueses permanecessem no rio Negro significaria permitir uma curva totalmente fora dos limites dentro dos tratados de demarcações, no que Fritz se coloca veementemente contrário.⁸⁴

Eu havia relatado anteriormente que esses apontamentos estariam em consonância com o mapa elaborado em 1707. Pois, então agora gostaria de fazer a devida análise. O padre Fritz em seus apontamentos é bastante incisivo com relação aos graus de longitude em que os portugueses poderiam reivindicar o território, reiterando também que apenas 4º e um terço a partir da boca do Amazonas lhes pertenciam. É exatamente o que o mapa traz tanto em seu delineado quanto no texto que o acompanha. Já havia delimitado que o texto faz referência a pequenos povoados lusitanos na boca do Amazonas, nos arredores de Belém e do Cabo do Norte, sendo assim, naquela limitada faixa de terra que corresponderia a Portugal.

⁸² Que por ordem de do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho proclama as terras do rio Napo como território português no momento em que acompanha o padre Samuel Fritz de volta a sua missão, em 1691.

⁸³ *Ibidem*, p. 334.

⁸⁴ *Idem*.

Dessa forma, o mapa não precisaria de definições claras, uma linha clara que apontasse sobre onde terminaria a influência lusitana, a própria questão de haver apenas pequenos povoados lusitanos na boca do rio já deixa claro que esse é o limite tanto do ponto de vista legislativo, quanto do ponto de vista prático, de portugueses propriamente habitando. No mapa e, no texto que o acompanha, encontramos também uma citação sobre uma fortaleza portuguesa no rio Negro. Diante das colocações do padre Fritz ao Vice-rei, vemos a preocupação do mesmo com essa posição lusitana no Negro e a necessidade de tornar nula essa conquista, em razão de prejuízos para a coroa de Castela, o que vinha diretamente ligado ao quarto ponto.

O quarto ponto, que trata sobre a questão da escravidão indígena, é justamente o grande prejuízo na visão do religioso. Como pretendo demonstrar no próximo capítulo, a fortaleza do rio Negro é a grande base de expansão para o aprisionamento de nativos a partir do último quartel do século XVII. Provavelmente na visão do padre, a permissividade com relação a esse entreposto português tão longe da linha demarcatória acaba afetando diretamente os grupos indígenas no qual ele missionava e que tentava de todas as formas tornar vassalos do rei castelhano. Eles seriam o grande tesouro que estava ameaçado com o avanço português a partir do forte do rio Negro. Dessa forma, vemos o eco das aspirações do padre Samuel Fritz em impedir o avanço lusitano no noroeste amazônico, tendo tentado diretamente com o Vice-rei em Lima em 1693 e depois também ilustrado suas preocupações com o mapa de 1707.

Concordo com o disposto por Camila Loureiro Dias, que também se debruçou sobre o mapa do padre Samuel Fritz, quando argumenta que em 1704, ao se tornar superior das missões da Audiência de Quito, o padre Fritz confeccionou e utilizou do seu mapa como forma de reforçar os seus argumentos em prol das missões em Maynas contra o avanço português. Para Dias – e me coloco ao seu lado nessas colocações – o mapa, da forma como está posto, é um intento de apoio militar, financeiro e político por parte do jesuíta – agora investido do cargo de chefia das missões – junto ao Estado espanhol representado tanto pelo Vice-rei, quanto pelo rei. Segundo Dias, o mapa que teve uma versão previa em 1691, feito provavelmente durante o cárcere em Belém, não é uma resposta à instabilidade do contexto europeu da guerra de sucessão espanhola, mas sim, uma resposta ao aumento exponencial de investidas portuguesas no Rio Negro

entre os anos de 1701-1714.⁸⁵ Apesar de que, particularmente, acredito que os dois contextos estejam imbricados e o enfraquecimento espanhol da guerra de sucessão permitiu a Portugal intensificar suas entradas no noroeste amazônico.

O espaço e as fortificações

Como já foi delimitado até aqui, o espaço amazônico é limítrofe. Dentro de sua vasta extensão temos pontos de interseção entre os inúmeros grupos indígenas que o habitam, como com diversas nações europeias em seu afã de conquista e colonização, notadamente os portugueses do Maranhão, espanhóis do Peru, holandeses do Orinoco e Essequibo, franceses de Caiena e ingleses em diversos pontos do Caribe. A presença de tantos vizinhos dentro da Amazônia, por si só, já ressalta a necessidade de defesa contra inimigos externos – outras nações europeias – ou contra inimigos internos – os grupos indígenas que mantiveram a sua territorialidade e enfrentavam e/ou se aliavam aos europeus.⁸⁶ Nesse contexto de virada do século XVII para o XVIII, é necessário dizer que as escaramuças entre portugueses e demais nações europeias encontraram um ponto de equilíbrio, principalmente, pela estabilidade propiciada pelos acordos de paz durante o reinado de D. Pedro II, considerado como o estabilizador da dinastia de Bragança na Europa e, conseqüentemente, no Novo Mundo.⁸⁷

Portanto, a utilização de fortalezas e fortificações é absolutamente normal em um espaço colonial como o amazônico. Assim como em outros lugares do mundo colonial, o espaço também vai ser determinante nas fortificações. Como qualquer engenheiro sabia, o local no espaço em que a fortificação seria construída influenciaria diretamente na sua utilização e na sua capacidade de realizar o intento para a qual foi projetada. Um caso emblemático diz respeito à fortaleza do rio Negro, na qual o capitão-engenheiro do Maranhão, Pedro de Azevedo Carneiro, destaca que devido a sua

⁸⁵ DIAS, Camila Loureiro. "Jesuit maps and political discourse: The Amazon river of father Samuel Fritz". In: *The Americas*, v. 69, nº 1, 2012, pp. 97-102.

⁸⁶ VIANA, Wania; POMPEU, André. "Ao longo do sertão: guerra, fronteira e espaço indígena na Amazônia colonial.". In: *Revista Estudos Amazônicos*, v. 13, nº 1, 2015, pp. 100-105.

⁸⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. "A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)". In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EDUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, pp. 127-148.

posição totalmente inapropriada, tinha pouco, ou nenhum, uso para a defesa da passagem da garganta do rio Negro.⁸⁸

Nessa mesma linha de raciocínio, temos a carta régia ao governador do Maranhão, datada de 24 de fevereiro de 1686. Na missiva endereçada ao governador Arthur de Sá e Meneses, o monarca salienta a posição correta em que uma fortaleza devia ser construída no Cabo do Norte – local diferente da nossa pesquisa no noroeste amazônico, mas que é bastante exemplar neste momento. Por meio da carta, temos o entendimento de que a fortificação não é construída simplesmente para barrar qualquer avanço de inimigos externos, mas sim, a fortificação é construída com o intuito de manter sob a proteção do rei os índios Tucupás, que a partir do forte vão ser aliciados por portugueses e deviam ficar sob a tutela dos padres capuchos.⁸⁹

À criação de fortificações está intimamente ligada com a dominação do espaço. Na carta utilizada anteriormente, o rei afirmava que as fortificações eram a melhor maneira de proteger os seus sertões⁹⁰, desta feita, a proteção também diz respeito ao aliciamento dos indígenas, como no caso dos Tucupás ao redor da fortaleza do Cabo do Norte que deviam receber um missionário franciscano que fizesse amizade. Sendo assim, a construção de uma linha de fortificações desde Belém até os confins do sertão – o que no caso das fortificações, o seu limite era o rio Negro – é a estratégia adotada pela coroa portuguesa a fim de colonizar o sertão, propiciando – como pretendo demonstrar no próximo capítulo – as bases das monções que singraram a Amazônia.

Sobre essa situação, nas palavras de Christian Purpura, o império português na Amazônia fez uma linha de defesa no sentido leste-oeste, com uma série de empreendimentos militares a fim de manter a posse da região, sendo junto com as missões evangelizadoras, um dos principais motores da colonização do espaço. Para Purpura, a linha em direção ao oeste amazônico que saía de Belém – cidade-fortaleza por excelência – até os confins do sertão que no final do século XVII era delimitada pelo rio Negro.⁹¹

⁸⁸ “CCU-Pedro II”. 18/11/1697. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 950.

⁸⁹ “Carta régia para o governador do Maranhão, indicando o lugar para a construção de uma forte para a proteção do sertão”. 24/02/1686. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 71-72.

⁹⁰ *Idem*.

⁹¹ PURPURA, Christian. *Formas de existência em áreas de fronteira*. A política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Essa dominação fica bem evidente, por exemplo, em uma consulta da Junta dos Três Estados⁹² ao rei D. Pedro II, sobre diversas questões apresentadas pelo governador Gomes Freire de Andrade a respeito do governo do Maranhão. Gomes Freire reafirma a importância da fortaleza de Gurupá como a principal porta dos sertões para os portugueses, assim como, um dos bastiões de defesa lusitano contra qualquer inimigo estrangeiro que por ventura pudesse atacar. Pela sua importância como colonizadora do espaço amazônico, Gomes Freire ressalta a necessidade de um capitão-mor experiente para ficar à frente da fortaleza, alguém que pudesse dar conta da missão de abrir/fechar os sertões e defender o espaço amazônico de investidas estrangeiras.⁹³

Corroborando com a ideia da linha leste-oeste das fortificações para colonizar o espaço, temos a figura de Francisco da Mota Falcão. Falcão foi um dos portugueses que acompanhou o governador Gomes Freire de Andrade, quando esse último foi destacado para apaziguar a situação política no Maranhão. Consta inclusive que Falcão foi um dos primeiros da tropa a descer no Maranhão – antes do governador – com o intuito de colher informações relativas ao Estado.⁹⁴ Posteriormente, como consta na comunicação do seu falecimento, Falcão foi um dos particulares que procurou a coroa com o intuito de dar cabo na construção de quatro fortalezas no sertão do Maranhão, tendo recebido a mercê real de ser o capitão de uma delas no Tapajós de forma vitalícia.⁹⁵ Gomes Freire de Andrade nos informa também, que Falcão teve as obras de duas fortalezas suspensas pelo rei no rio das Amazonas e que tomava cravo daquele sertão de forma irregular⁹⁶.

As fortalezas que Falcão deveria construir eram todas do rio Tapajós em diante, no total de quatro. Não é a primeira vez que a coroa se utilizava do cabedal de particulares para dar intento as suas políticas coloniais, tendo como exemplo mais conhecido o próprio sistema de capitanias hereditárias. A coroa legou a um particular a

⁹² Apesar de o Arquivo Histórico Ultramarino identificar a consulta como pertencente à Junta dos Três Estados, Márcia Mello afirma que o depoimento sobre o governo do Maranhão, de autoria de Gomes Freire de Andrade, em 1687, foi tomado oralmente e por escrito na Junta dos Negócios do Maranhão. Junta essa, criada especificamente em 1686 para tratar das questões relativas ao governo do Maranhão. MELLO, Márcia. “O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”. In: *Clio*, nº 27, v. 1, 2009, pp. 52-55.

⁹³ “Consulta da Junta dos Três Estados ao rei D. Pedro II, sobre as questões apresentadas por Gomes Freire de Andrade, relativas à fortaleza de Gurupá”. 15/11/1687. *AHU*, Maranhão, cx. 7, doc. 784.

⁹⁴ “CCU-Pedro II”. 15/11/1685. *AHU*, Maranhão, cx. 6, doc. 731.

⁹⁵ “Carta do governador Arthur de Sá e Meneses ao rei D. Pedro II, sobre o falecimento do superintendente das fortificações do Tapajós”. 12/03/1688. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 269.

⁹⁶ “Carta do ex-governador, Gomes Freire de Andrade, ao rei D. Pedro II, sobre a interrupção da construção de fortalezas no rio das Amazonas”. 07/10/1688, *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 274.

responsabilidade de manter o seu exclusivo no sertão em uma linha que ia do rio Tapajós para o Negro, já que a principal fortaleza de Gurupá já estava em funcionamento.

No mesmo ano do falecimento de Francisco da Mota Falcão, em 1688, o seu filho Manoel da Mota Falcão, solicita ao Conselho Ultramarino a mesma mercê de seu pai, para terminar de construir as quatro fortalezas no Tapajós e no Amazonas, sendo o capitão vitalício de uma. O governador Arthur de Sá e Meneses para se inteirar melhor da situação acaba enviando o capitão-mor do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para dar conta do estado das fortalezas, constatando todas como inacabadas. Chegando a discussão no Conselho Ultramarino, que pede ajuda ao ex-governador Gomes Freire de Andrade, se levanta a questão da incapacidade do filho de Falcão de terminar as fortalezas, mas que se fizesse uma devassa para ter certeza, caso o peticionário tivesse cabedal suficiente, o rei deveria lhe outorgar a mercê.⁹⁷

Apesar dos alertas sobre deixar um empreendimento tão importante, quanto de manter as fortalezas no Estado em boas condições, nas mãos de alguém que levanta suspeita de ser incapaz, o Estado português mantém a intenção de que o cabedal investido nessa obra seja de particulares que também teriam o poder político sobre uma das fortificações em questão. Apesar do sistema de ocupação e colonização do espaço no sentido leste-oeste, a coroa demonstra certa incapacidade em dar feito aos seus desígnios, tendo que constantemente recorrer aos cabedais de particulares, ou mais propriamente dito, tendo que recorrer às redes internas para manter o espaço sob a sua intervenção.⁹⁸ Como também demonstra o governador Arthur de Sá e Meneses em carta ao rei, quando afirma que o Estado se encontra sem munições e artilharia para suprir as companhias de ordenança, tendo esses gastos todos sido bancados pelas fazendas dos particulares.⁹⁹

⁹⁷ “CCU-Pedro II”. 06/10/1688. *AHU*, Maranhão, cx. 7, doc. 803. “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre Manoel da Mota Falcão solicitar a mesma mercê que seu pai recebeu”. Lisboa, 09/12/1690. *AHU*, cód. 268, f. 370.

⁹⁸ Sobre o poder local e as redes locais no Maranhão da virada do século XVII para o XVIII, ver: FEIO, David Salomão. *O nó da rede de “apaniguados”*: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

⁹⁹ “Carta do governador, Arthur de Sá e Meneses, ao rei D. Pedro II, sobre a falta de armas e munições no Estado do Maranhão”. 04/11/1689, *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 275.

A modificação do espaço, a partir da sua colonização é bem resumida por Vanice Melo ao tratar de paisagens no Piauí colonial. Segundo Melo, a paisagem natural do espaço sofre a ação do homem, se caracterizando por aspectos culturais inerentes a sociedade. Em outras palavras, o espaço se torna cultura a partir da ação social sob o mesmo.¹⁰⁰ Nas palavras da própria autora, se apoiando nas pesquisas de William Cronon sobre a Nova Inglaterra, podemos ver que:

Tanto índios como europeus alteraram o meio ambiente da Nova Inglaterra, entretanto enquanto o ecossistema natural tendia para uma mistura de comunidades diversas organizadas quase fortuitamente na paisagem, a tendência humana era sistematizar a paisagem e impor um padrão regular. É sob esta perspectiva que se pode pensar nas tropas de guerra como construtoras da paisagem.¹⁰¹

Dessa forma, não só as tropas foram utilizadas para formar um padrão regular na paisagem e/ou no espaço. O próprio entrave de uma comunidade, vila, cidade, ou fortificação – se pensarmos que o início da colonização no Pará é de uma cidade-fortaleza – também tende a manipular o espaço de forma que se torne sistematizado. Em 1693, através de uma consulta do Conselho Ultramarino, temos conhecimento de uma carta do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, endereçada ao secretário do rei, Roque Monteiro Paim.

Na missiva o governador trata, entre outras coisas, sobre a tinta de Urucum – que segundo ele, os franceses tinham utilizado em larga escala – e da salsaparrilha, sendo essa última encontrada em grande abundância no rio Negro, motivo pelo qual o governador faz o apelo ao secretário acerca da necessidade de fortificações na região com o intuito de “tornar as drogas mais próximas dos moradores”.¹⁰² Ou seja, deliberadamente o governador reitera a necessidade da criação de fortificações, não com o intuito de proteger o Estado – apesar de que certamente esse também era uma das tópicas da criação de fortalezas – mas no sentido de controlar a coleta das *drogas* e, possivelmente, apaziguar nações indígenas que pudessem inviabilizar a colheita.

¹⁰⁰ MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí* (primeira metade do século XVIII). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011, pp. 36-37.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 37.

¹⁰² “CCU-Pedro II”. 10/01/1693. *AHU*, Maranhão, cx. 8, doc. 859.

A criação da fortificação alterava o espaço na medida em que podia criar alianças, ou subjugar os índios, fazer a retirada da colheita e simplesmente por ser um novo enclave português no sertão. A simples posição de uma vila ou fortificação já transformava o sentido de sertão que aquele espaço podia receber, já que, a partir daquele momento estava se incorporando ao espaço português colonial. A ideia dessa incorporação ao Estado português passa pela retórica do ex-governador Gomes Freire de Andrade, que em 1693, ao ser interpelado pelo Conselho Ultramarino sobre o pedido das câmaras de Belém e São Luís a respeito da prorrogação do mandato de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, se mostra favorável para que o governador possa terminar as muitas fortalezas iniciadas em seu governo, para a conservação e proteção daquele Estado, apesar de que em certo ponto, demonstra ser desfavorável que um particular passe tanto tempo como governador, arcando com vários custos inerentes ao cargo.¹⁰³

Levando a pensar que o Pará parece ser uma capitania eminentemente militarizada, até pela sua extensa fronteira com inimigos internos e externos. Ainda mais se pensarmos que desde o princípio do século XVII – como já salientei anteriormente – existem entradas portuguesas no Pará com missões de descoberta de metais preciosos. Essa necessidade de militarização da capitania do Pará está presente em duas intervenções de Gomes Freire de Andrade – sempre ele – a respeito da condição de fronteira da dita capitania.

Na primeira carta, datada de 7 de dezembro de 1695, o ex-governador relata ao rei D. Pedro II sobre a situação das várias fortalezas presentes na capitania do Pará, inclusive, fazendo uma divisão bastante interessante com respeito ao rio Amazonas. Nas palavras do militar, a banda do norte do rio deve ser guarnecida por causa da presença dos franceses de Caiena, por isso o rei deveria ter cuidados com as fortalezas de Gurupá e do Parú, que seriam as portas da fronteira norte a ser fechada, em contraponto com o sul do rio Amazonas, que faz fronteira com as terras de Castela.¹⁰⁴ A necessidade de guarnecer o Parú – que fica no norte do Amazonas – e do rio Negro – que fica ao sul – chama atenção novamente em 1697, quando de uma Consulta do Conselho Ultramarino

¹⁰³ “Carta de Gomes Freire de Andrade ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre sobre o pedido de prorrogação do mandato de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho”. 24/11/1693, *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 318.

¹⁰⁴ “Carta de Gomes Freire de Andrade ao rei D. Pedro II, sobre várias informações relativas às fortalezas do Pará”. 07/12/1695, *AHU*, Maranhão, cx. 8, doc. 896.

para prover os capitães das duas, se demonstra a necessidade de soldados experientes nessas praças, ficando o Parú sob a orientação de um antigo soldado com vários anos de experiência na defesa daquela praça.¹⁰⁵

Na segunda carta, desta feita um ano depois, em 1696, agora endereçada ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, o ex-governador disserta sobre as notícias trazidas ao reino por Arthur de Sá e Meneses. Dentre as notícias, uma das mais importantes é a descoberta de jazidas de ouro dentro da capitania do Pará, o que segundo Gomes Freire reiterava a necessidade latente de se construir fortalezas na capitania com o claro intuito de proteção do metal precioso¹⁰⁶. Ou seja, por uma série de motivos elencados, o Pará vinha se caracterizando como um espaço militarizado de fronteira.

Conclusão

Podemos inferir que o espaço do noroeste amazônico, a fronteira por excelência que estamos nos propondo a analisar nesta pesquisa, é o corredor de fluidez entre os projetos coloniais europeus na floresta, assim como, o espaço de interseção entre esses projetos e os grupos nativos. No fundo, a definição de “fronteira-zona” é a mais apropriada para o que estamos trabalhando aqui. Ou se pudermos adaptar o termo, uma “fronteira-corredor”, já que a transitoriedade ocorre pelos corredores formados pelos rios da região.

Exatamente por se tratar de uma “fronteira-zona”, o espaço amazônico demanda por intervenções por parte do poder colonial, como a construção de fortificações em vista de “domar” e assimilar o espaço desordenado que o sertão acarreta. Essa intervenção é o sentido da mediação que deve haver entre todos os polos envolvidos na construção dessa fronteira, notadamente nesta pesquisa, os índios, portugueses e espanhóis. De um ponto de vista lusitano, as redes internas do Maranhão vão ser a solução encontrada pela coroa para conseguir dar cabo – em um século de crise e

¹⁰⁵ “CCU-Pedro II”. 07/02/1697. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 337.

¹⁰⁶ “Carta de Gomes Freire de Andrade ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, sobre a descoberta de minas no Maranhão e as medidas a serem tomadas”. 10/01/1696, *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 905.

rearranjos econômicos como é o XVII – sem dispor totalmente do erário régio e, em contrapartida, se aproveitar das mercês reais para impulsionar os particulares no interim de manter a fronteira amazônica.

O espaço amazônico em si, sofreu a associação com outras partes do império – como as riquezas e as doenças de outras partes do império – que foram vitais para a forma como se deu a sua colonização. Assim como, a necessidade de mão-de-obra por parte dos portugueses e majoritariamente dos aldeamentos missionários espanhóis. Uma disputa pelos nativos, que caracterizou esse “sertão”, que ora era selvagem, ora passível de domesticação pelos colonos, dependendo do que o próprio sertão podia trazer de vantagem. Por fim, como um espaço múltiplo de uma “fronteira-zona”, o noroeste amazônico vai ensejar medidas diferentes de ocupação para dar conta da mediação entre todas as forças envolvidas nesta pesquisa, como pretendo demonstrar no capítulo seguinte.

Capítulo II – Sobre a ocupação da Fronteira

A ocupação do noroeste amazônico é bem mais antiga que a suposição de “civilização” a partir do período *colombiano*. As evidências apontam, de forma concreta, sobretudo, a partir de pesquisas arqueológicas, às interações entre as sociedades do altiplano andino com os grupos das terras baixas da floresta. É o caso, por exemplo, das pesquisas arqueológicas na região do Rio *Madre de Dios*, onde as cerâmicas encontradas são claramente associadas ao período incaico¹, levando a crer nas possíveis conexões entre os Incas e o que eles nomeavam como *Antisuyu*².

Ainda segundo fontes arqueológicas, a partir do ano 1000 os cacicados presentes tanto na Amazônia central, quanto na região do Marajó e do Salgado, já demonstram atividade de intercâmbio cultural³. Denise Schaan aponta que as sociedades Arauak e Tupi-Guarani que os colonizadores europeus encontraram na Amazônia, eram os grupos mais próximos de se tornar grandes confederações como os Incas na cordilheira dos Andes, mais bem desenvolvidas que qualquer outra dentro do que viria a se tornar o Brasil⁴. Situações que demonstram que as sociedades amazônicas já estavam em pleno desenvolvimento e contato com as congêneres dos Andes, mesmo antes do período de contato e conquista.

Saindo do *piemonte* andino em direção à floresta densa, na região entrecortada pelos rios Napo, *Marañon*, Solimões, Negro e outros que formam a bacia hidrográfica amazônica, podem-se visualizar alguns grupos indígenas que muito têm a ver com a situação dessa fronteira na virada do século XVII para o XVIII. Um dos grupos mais bem estabelecidos no alto-Marañon eram os Jivaro, que não se devem confundir com os Jebero. Os Jivaro foram alguns dos primeiros grupos contatados pelos espanhóis vindos de Quito, tendo sido primeiramente reduzidos pelo Pe. Rafael Ferrer da Companhia de

¹ BERTAZONI, Cristiana. “Andes e Amazônia: história e arqueologia Inca no baixo Rio Madre de Dios.”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, 2009.

² O Império Inca era formado por quatro setores distintos ligados até Cuzco, que seria o umbigo da terra. A porção leste, que corresponde às terras baixas amazônicas, principalmente, ao *piemonte* andino são chamadas de “*Antisuyu*”.

³ SCHAAN, Denise Paul. “A Amazônia em 1491”. In: *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11 e 12, n. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jul. 2009, p. 68.

⁴ *Ibidem*, pp. 76-77.

Jesus no final do século XVI e logo após, por volta de 1635-1636, pelos padres de São Francisco, também vindos de Quito⁵.

No entanto, no período que antecede ao contato com os espanhóis, os Jivaro já eram uma sociedade bem estruturada na bacia do alto-Marañon, tendo, inclusive, indícios de contatos com a sociedade Inca pela sua adaptação ao tronco linguístico Aimara e Quéchua⁶. Ainda tratando da questão linguística, os Jivaro são divididos em quatro dialetos ao longo do alto-Marañon⁷ e também é um grupo reconhecido pela coleta e utilização do cacau⁸. É possível que os Jivaro tenham mantido relações de contato e comércio com outros grupos, utilizando-se da bacia hidrográfica da região, assim como, é plausível o seu contato com grupos de língua Aimara e Quéchua, talvez até comercializando o cacau coletado na floresta.

Outro grupo linguístico que já se encontra bem estabelecido no alto-Marañon é o Záparoan, um grupo que conta com as etnias como Maina, Coronado, Andoa, Iquito, Gae e Pinche⁹. Dentre todas as nações listadas neste tronco linguístico, talvez a mais conhecida sejam os Maina, que emprestaram seu nome à *Gobernación* e à futura missão instituída pela Companhia de Jesus. Desta feita, tanto os Maina, como as demais nações deste tronco tiveram o seu contato muito bem documentado no informe do Pe. Francisco de Figueroa sobre os primeiros anos da Missão de Maynas¹⁰. Segundo Steward, as nações pertencentes a este tronco linguístico viviam em comunidades isoladas que pouco se comunicavam entre si, apesar da presença de canoas, como explicita Figueroa¹¹. Steward explica ainda que pelo seu relativo isolamento, estes índios tinham nas flechas envenenadas a sua principal arma contra invasores¹².

⁵ BARNUEVO, Rodrigo de. "Relacion apologética, del antiguo como nuevo descubrimiento del rio de las Amazonas ó Marañon, hecho por los religiosos de la Compañia de Jesus de Quito, y nuevamente adelantado por los de la seráfica religion de la misma provincia.". In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986, pp. 125-127.

⁶ STEWARD, Julian. "The tribes of the upper Marañon river". In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948, p. 617.

⁷ *Ibidem*, pp. 617-618.

⁸ *Ibidem*, p. 619.

⁹ *Ibidem*, p. 628.

¹⁰ FIGUEROA, Francisco de. "Informe de las misiones de el Marañon, Gran Paráó rio de las Amazonas que haze el Pe. Francisco de Figueroa, visitador y rector de ellas, al Pe. Hernando Cabero, provincial de la Compañia de Jesús de la provincia del Nuevo Reyno y Quito. In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.

¹¹ *Idem*, pp. 155-170.

¹² STEWARD, *op. Cit.*, 1948, p. 629.

Além dessas famílias linguísticas, a região que se caracterizaria como fronteira também abriga sociedades com dialetos próprios que não se assemelham aos seus vizinhos, como é o caso dos Seño, dos Becaba e dos Sucumbio que habitam o sertão entre os rios Napo e Putumayo¹³. Já entre os rios Juruá e Purús são identificados três grandes troncos linguísticos: Pano, Arauak e Catukinan, que por sua vez se dividem em várias etnias que habitam a região do Juruá e Purús¹⁴.

Além destes grupos já citados, gostaria de me deter um pouco mais sobre duas das principais etnias presentes no noroeste amazônico, os Cocama e os Omágua. Tanto os Cocama, quanto os Omágua são índios pertencentes ao tronco linguístico Tupi, como atestam os primeiros missionários que ligavam a fala de ambos aos Tupinambá da costa brasileira, como o enxerto a seguir atesta:

La principal y más numerosa destas naciones, à quien antiguamente temian mucho las demas, es la de los Omaguas, oriundos probablemente de los Tupinambas del Brasil, como lo da á entender su idioma, que poco se diferencia del que los portugueses llaman *Lengua general* ó de los Tupinambas, y segun dicen, se extiende á muchas naciones del Brasil.¹⁵

Segundo Métraux, as duas etnias se deslocaram muito antes do período de contato, vindas de regiões que viriam a se tornar o Brasil para habitar a bacia amazônica¹⁶. Os Cocama foram primeiros contatados pelos espanhóis de San Francisco de Borja, juntamente com o auxílio do Pe. Gaspar de Cugia, durante a primeira metade do século XVII¹⁷.

Ao relatar a conquista e posterior catequização dos Cocama, Figueroa informa que:

Era ésta la Gran Cocama, grande en el nombre y en la fama que tenia de numerosa en gente antes que el P. Gaspar de Cugia y los españoles de Borja la viessen, y en el temor que todas estas naciones la tenian. Si bien no era tan pequena que respeto de otras provincias no fuesse grande, en especial respeto de la Cocama pequena de que ya se há dicho. Las tierras y rio en que viven se

¹³ *Ibidem*, pp. 651-652.

¹⁴ MÉTRAUX, Alfred. "Tribes of the Western Amazon Basin". In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948, p. 657.

¹⁵ MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañon* (1738). Iquitos: IIAP-CETA, 1988, p. 304.

¹⁶ MÉTRAUX, Alfred. "Tribes of the middle and upper Amazon river". In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948, p. 687.

¹⁷ FIGUEROA, *op. Cit.* 1986, pp. 205-212.

llama Ucayali, que descende de los Andes de Xauxa y es caudaloso, mayor que Guallaga. Hacia sus cabeceras tienen mission los padres de San Francisco, y fundados algunos pueblos y reduciendo otros de las naciones que habitan en aquellas partes y serranias, andando á buscarlos y solicitarlos con no pequenos trabajos por tierra y por agua. Donde mataron (dizen que los chipeos), quatro religiosos de esta sagrada religion y tres soldados, estando dormidos¹⁸.

O enxerto traz informações de que se tratava de uma nação que vivia bem estruturada no rio Ucayali, estando divididos na grande e na pequena Cocama, assim como, também causavam certo medo nos outros indígenas, inclusive, segundo a fonte, tendo assassinado religiosos franciscanos e soldados espanhóis. Métraux nos informa que tanto os Cocama, quanto os Omágua, preferiam viver nos rios maiores e mais largos da bacia amazônica, como afirma também Figueroa ao constatar que os Cocama moravam no Ucayali – um dos principais afluentes do Amazonas – Métraux afirma ainda que essa escolha estava ligada à possibilidade de comunicação e comércio que os rios maiores propiciavam. Ainda segundo o autor, esses grupos se beneficiavam dos recursos mais abundantes nos maiores rios e mantinham intensa troca com outros grupos tanto no Ucayali quanto no Huallaga, tendo sido considerados pelos primeiros europeus como grandes piratas desses rios¹⁹.

Com relação aos Omágua, apesar de conhecidos desde os primeiros relatos sobre o rio das Amazonas, se mantiveram fora da área de influência de espanhóis, portugueses, franceses e holandeses. O marco da catequização desses índios é o encontro entre eles e o Pe. Luzero em 1681, quando fugindo das correrias que os portugueses faziam em busca de escravos indígenas, pediram missionários e proteção à Companhia de Jesus de Quito²⁰. Apenas em 1684, com a chegada do padre Samuel Fritz, o desejo da presença missionária vai ser atendido. Mesmo assim, os Omágua se mantiveram como um grupo de difícil trato por todo o período colonial.

Ao falar dos Omágua, Métraux relata que estes, mesmo antes do contato com os europeus, já eram um grupo extremamente belicoso, que habitando ilhas fluviais

¹⁸ *Ibidem*, p. 205.

¹⁹ MÉTRAUX, *op. Cit.* 1948, pp. 687-688.

²⁰ LUZERO, Juan Lorenço. “De dos cartas escritas de un misionero, y del superior de las misiones de los Maynas, en el Rio Marañon, jurisdiccion de la Real Audiencia de Quito, avisando al padre vice-provincial de la Compañia de Jsvs, del Nuevo Reyno de Granada; El vno, El estado del pueblo en que assiste; y el outro, el que tiene parte de aquella gloriosa mission, que avia visitado el año pasado de 1681” In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas* (1660-1684). Iquitos: IIAP-CETA, 1986, p. 323-324.

esperavam os períodos de cheias dos rios para fazer guerra aos seus inimigos com canoas pequenas e rápidas; através desse método, os Omágua estavam em contato/conflito até com grupos nos locais mais distantes da bacia do Amazonas²¹.

Assim como os Cocama, os Omágua também tinham preferência pelos rios mais largos, principalmente, para habitar as ilhas que se formavam neles. Também se aproveitavam da sua posição geográfica para conseguir insumos passíveis de comércio. Um dos itens mais apreciados pelos Omágua eram os ovos de tartaruga, que após o contato dos europeus com esta etnia, também vão se tornar um insumo apreciado pelos colonizadores, sendo o seu comércio um dos motivos pela utilização desses índios pelos lusitanos²². Os Omágua também tinham uma grande predileção pelo cacau e são considerados os pioneiros do uso do látex da seringueira em uma espécie de borracha²³.

Segundo o jesuíta Pablo Maroni, os Omágua eram índios de estatura mediana e com a cor da pele mais escura que os demais índios da região; mantinham escravos indígenas capturados de outras nações, através de guerras, que ficavam na terra firme²⁴. O jesuíta afirma que os portugueses influenciaram os Omágua a manter essas guerras e conseguir mais escravos, que deveriam ser trocados com os lusitanos por ferramentas e outros itens apreciados pelos índios²⁵.

O que a literatura arqueológica e etno-histórica revela é como a ocupação desta região já estava bem delimitada pelos grupos indígenas, muito antes da chegada dos europeus – notadamente os espanhóis e portugueses. Grupos indígenas que já tinham sob domínio uma dinâmica própria de comércio, de guerra e de alianças. Assim, a vida em regiões de fronteira, no caso do contato de europeus e indígenas, perpassava pela mediação e possibilidade de se incorporar também às dinâmicas pré-existentes que os índios já mantinham. O avanço e a ocupação dos europeus sobre a fronteira amazônica estão intimamente ligados à forma como os índios são incorporados pelas potências europeias que desejam se estabelecer na região e igualmente, à maneira como os próprios índios incorporam ao seu modo os diversos grupos e interesses europeus.

²¹ MÉTRAUX, *op. Cit.* 1948, p. 689.

²² *Ibidem*, p. 692.

²³ *Ibidem*, p. 696.

²⁴ MARONI, *op. Cit.* 1988, p. 305.

²⁵ *Idem*.

Num contexto mais geral de incremento econômico, desejosos de encontrar metais nobres e insumos passíveis de comercialização em mercados europeus, portugueses e castelhanos avançavam sobre os territórios ainda fora de seu controle; entretanto, apenas a aliança com os nativos podia propiciar os conhecimentos necessários para o êxito. Portanto, entender a existência de uma dinâmica indígena anterior à colonização – e tentar compreender como os índios tentaram também se beneficiar da ocupação europeia – é fundamental para entender a ocupação em si no período colonial.

O fenômeno em si, da interação – ou talvez mestiçagem – entre os grupos nativos – já muito bem estabelecidos na calha amazônica – com os europeus, pode desencadear o processo que Serge Gruzinski definiu como “rede furada”²⁶. A imagem é de uma rede como sendo a carga cultural e social que os grupos indígenas têm estabelecido no período pré-conquista – sabendo, claro, que a cultura não é imutável – os furos, ou cortes, que essa rede vai receber quando do choque entre autóctones e europeus deve ser substituído por outra coisa, seja a religião cristã, o modelo de sociedade europeu, seja a típica cidade colonial espanhola bem planejada e com ruas quadradas. A rede furada ao ser preenchida neste encontro cria essa sociedade mestiça que seria a chave para entender a significação e ressignificação das sociedades coloniais na América.

Missão como Instituição de Fronteira

Ao passar da complexidade dos grupos nativos da Amazônia que habitavam a faixa de terra que após o contato com os europeus vai se tornar a fronteira noroeste amazônica, temos uma instituição largamente utilizada pelos impérios ibéricos a fim de mediar às situações vivenciadas por índios e europeus. Assim como, uma instituição que deveria transformar estes índios em vassalos dos reis europeus, a serviço da manutenção dos seus territórios coloniais. Esse mecanismo foi empregado pelas missões que se tornaram instituições de fronteira.

²⁶ GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 33-40. GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Ao pensar na missão Guarani como uma instituição de fronteira, Regina Gadelha aponta uma política de Estado, por parte do governo espanhol, com vistas ao aliciamento da mão-de-obra indígena em favor da coroa e em um segundo momento como um “exército” formal contra as investidas paulistas²⁷.

Gadelha aponta que deveriam ser três as funções dos jesuítas nessa região de fronteira do Paraguai e Rio da Prata. Primeiro, deveriam trazer os índios para o mundo castelhano, transformando os nativos em vassalos do rei de Espanha; segundo, deveriam impedir qualquer tipo de excesso dos *encomenderos* espanhóis contra índios e as leis espanholas²⁸, o que segundo a autora também estaria na raiz das desavenças entre colonos e missionários. Por último, a missão e os índios deveriam impedir o avanço constante dos bandeirantes portugueses que teimavam em entrar no território castelhano em busca de nativos para serem escravizados²⁹.

Seguindo esses passos, Ione Pereira traz o exemplo da missão jesuíta em Mojos, território fronteiro entre as possessões luso-castelhanas. Segundo a autora, após uma primeira viagem de bandeirantes paulistas em 1742, rapidamente foram criadas missões espanholas dos dois lados do rio Guaporé com o claro intuito de barrar os avanços dos paulistas. No ano de 1743, em uma segunda jornada na região, os bandeirantes já encontraram às missões estabelecidas, missões que se comunicavam entre si sobre as passagens dos “visitantes indesejados portugueses”. Ou seja, as missões deviam proteger o território, ou pelo menos, tentar diminuir o fluxo de lusitanos nas fronteiras de Castela³⁰.

Retomando as ideias de Gadelha, a autora dá um passo além da ideia de proteção do território ao afirmar que, na visão da coroa castelhana, os missionários seriam os funcionários régios perfeitos, formando um cinturão de proteção nas conquistas espanholas contra possíveis descaminhos dos seus súditos e contra possíveis invasões

²⁷ GADELHA, Regina Maria d’Aquino. “Las misiones Guarani y el problema de las fronteras: 1610-1750”. In: VANGELISTA, Chiara (org.). *Fronteras, etnias, culturas: América Latina, siglos XVI-XX*. Quito: Abya-Yala, 1996, pp. 09-32.

²⁸ GADELHA, *op. Cit.* 1996, p. 10.

²⁹ *Idem.*

³⁰ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo, uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008, pp. 117-121.

portuguesas³¹. A esse respeito, ao discorrer principalmente das entradas de Raposo Tavares, Jaime Cortesão também afirma que as bandeiras paulistas faziam parte da política de Estado português, com o intuito de expansão, defesa e controle do território brasileiro, nas quais os jesuítas e suas missões do Paraguai se tornariam o maior obstáculo³², percepção compartilhada em grande medida por Gadelha.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Alexandre de La Rosa aponta que a utilização dos missionários nas fronteiras – nesse caso os jesuítas – foi uma estratégia não só do poder central, mas também uma política local no império espanhol. Baseado nas assertivas de José de Acosta no século XVI, de que seria necessário um entendimento profundo da religião cristã aos conversos para manter as práticas dos sacramentos, essa situação, segundo de la Rosa, acabou fazendo com que os missionários jesuítas dominassem as línguas e costumes indígenas para uma melhor conversão. Essa situação fazia com que os inicianos fossem mais bem municiados ao tratar com os grupos nativos, servindo como mediadores políticos junto aos índios³³. Dessa forma, seguindo os passos do autor, podemos imaginar que a missão como instituição de fronteira também é um tipo de embaixada castelhana junto de algumas nações indígenas.

A missão seria então, teoricamente, um ambiente transitório na fronteira. Nela os missionários deveriam trabalhar para estabelecer entre os índios a religião e um modo de vida espanhol. Após concluir o trabalho os missionários deveriam entregar a missão ao bispo local que passaria a sua administração para o clero secular, fazendo com que aquele território fosse definitivamente incorporado e outra missão fosse estabelecida em uma fronteira mais dilatada³⁴. Segundo Jesús de la Teja, esse mecanismo foi bastante comum por parte do Estado espanhol em resposta ao aumento de atividades de outras nações em fronteiras próximas aos seus domínios, como é o caso dos franceses na América do Norte e de portugueses na América do Sul³⁵.

³¹ GADELHA, *op. Cit.* 1996, p. 12.

³² CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*: vol. 2. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965, p. 109.

³³ ROSA, Alexandre Coello de La. “Los jesuítas y las misiones de frontera del alto Perú: Santa Cruz de La Sierra (1587-1603)”. In: *Revista Complutense de Historia da América*, vol. 33, 2007, pp. 151-175.

³⁴ TEJA, Jesús F. de la. “A Spanish borderlands community: San Antonio”. In: *OAH Magazine of History*, vol. 14, Nº 4, 2000, pp. 25-26.

³⁵ Idem.

Acredito que quem resumiu de forma mais coerente à atuação das missões como instituição de fronteira foi Charles Boxer, que em suas palavras afirma:

No Império espanhol, a idade de ouro das missões de fronteira começou com as *Ordenanzas sobre descubrimientos* promulgadas por Filipe II em 1573. O “rei prudente” compreendeu que os domínios da Coroa de Castela haviam se tornado extensos demais, como comprovaram a revolta dos holandeses e a guerra inconclusa contra os turcos. A prata da América era indispensável para financiar as campanhas militares espanholas no Mediterrâneo, na Itália e em Flandres e não devia ser desperdiçada na busca inútil do *El Dorado* (...). As Ordenações de 1573 proibiam expedições armadas, ou entradas, como as chefiadas por Cortéz, Pizarro, Valdivia, Alvarado e outros conquistadores clássicos. A responsabilidade principal pela pacificação das fronteiras foi confiada aos missionários das ordens religiosas, secundados, onde se fizesse necessário por pequenas escolas ou guarnições militares³⁶.

Boxer aponta que toda a política de expansão e conservação das fronteiras no mundo espanhol estava intimamente ligada à atuação das missões e dos missionários, ou seja, não é exatamente uma situação isolada da Amazônia a presença de missionários, mas uma prática recorrente desde a Califórnia até a Patagônia. Em consonância com Boxer, que data a partir de meados do século XVI as questões das missões nas fronteiras, Amy Bushnell afirma que no âmbito da colonização espanhola, o século XVI foi marcado pela “conversão pela espada”, enquanto o século XVII vai ser o ápice da missão como instituição de fronteira³⁷.

Em artigo clássico sobre a questão das missões como instituição de fronteira, Herbert Bolton – que estudou as missões na Califórnia, Florida e o Texas – aponta que em se tratando de colonização espanhola, a linha de frente é feita por conquistadores em um primeiro momento e depois por missionários e soldados³⁸. Segundo Bolton, apesar da grande importância das três categorias listadas anteriormente, os missionários – no campo de vista do autor – vão predominar nas fronteiras coloniais. Servindo tanto a Deus quanto ao Rei, os missionários vão ser responsáveis por arregimentar e educar os grupos nativos. Bolton destaca que as campanhas militares da Espanha tomavam muitos

³⁶ BOXER, Charles R. *A Igreja militante e a Expansão Iberica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 91-92.

³⁷ BUSHNELL, Amy Turner. “Missions and moral judgment”. In: *OAH Magazine of History*, vol. 14, n. 4, 2000, pp. 20-23.

³⁸ BOLTON, Herbet. “The mission as a frontier institution in the Spanish-American colonies”. In: *The American Historical Review*, vol. 23, Nº 01, Out 1917, p. 43.

recursos – econômicos e pessoas – o que também favoreceu a utilização dos missionários como agentes de alargamento das fronteiras coloniais, principalmente com os contatos e reduções dos grupos nativos mais distantes em favor do Rei Católico³⁹.

Essa distância característica das regiões de fronteira aparece na obra de Bolton como uma forma de autogoverno. Segundo David Weber, uma diferença entre a obra de Jackson Turner e Bolton é justamente a capacidade de aumento de força dos poderes locais em territórios de fronteira, pois, a estática fronteira de Turner ganha mais vida com Bolton. Por outro lado, Bolton apontaria que um presídio em Sevilha e na Cidade do México são iguais, no entanto, o isolamento de um presídio na fronteira da Califórnia era muito mais propício ao autogoverno⁴⁰.

Em sua tese de doutorado, Ione Pereira aponta que as missões como instituição de fronteira são fundamentalmente destinadas a subjugar e controlar os grupos nativos e assim implementar uma mudança social, cultural e religiosa entre os mesmos. Para Pereira, esses índios deveriam se tornar sociedades agropastoris em vistas de apoiar a colonização espanhola e servir como colono ideal para manter a posse da fronteira em torno do Rei Católico. O missionário então seria o responsável por essa transformação e consequentemente, na manutenção do domínio Habsburgo em regiões distantes e de difícil acesso⁴¹. Na Amazônia – apesar da autora tratar de Maynas também – podemos destacar que além de fazendeiros e criadores de gado, os índios deveriam se manter como caçadores-coletores, mas no caso da colonização, em serviço dos colonos europeus que dependiam dos seus conhecimentos.

Sendo assim, podemos falar de uma missão na fronteira da *cuenca* amazônica. Já relatei anteriormente da fundação da missão de Maynas no primeiro quartel do século XVII, através da ação apostólica dos padres Gaspar de Cugia e Lucas de La Cueva, que entraram no alto-Marañon com o objetivo de pacificar a etnia Mayna. Apesar do estabelecimento precoce da missão no princípio do século XVII⁴², interessa mais aqui o

³⁹ *Ibidem*, pp. 42-61.

⁴⁰ WEBER, David J. "Turner, the Boltonians, and the Borderlands." In: *The America Historical Review*, v. 91, nº 1, 1986, pp. 66-81.

⁴¹ PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guarani e Maynas (1607-1667)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, pp. 100-134.

⁴² Segundo Estenssoro Fuchs, a partir de 1585 o processo de evangelização dos índios que habitam o Vice-reino do Peru vai se tornar intenso e progressivo, incluindo o avanço da evangelização para as

período de maior expansão da missão, que se processa na virada do XVII para o XVIII⁴³. O interesse maior por esse período se caracteriza pelo encontro entre índios, espanhóis e portugueses, que se intensifica nesse momento. Apesar de algumas incursões europeias já singrarem o Amazonas na primeira metade do século XVII – como é o caso de Pedro Teixeira –, é apenas no final do século, com o aumento da preocupação de ambos os lados pela fronteira, que o movimento de encontro se intensifica.

Já trouxe à tona anteriormente a informação de que, em 1681, o religioso jesuíta Juan Luzero encontrou os índios Omágua, que naquele momento fugiam das correrias dos portugueses sediados em Belém, que procuravam escravizar os nativos do alto-Amazonas, onde habitavam⁴⁴. É interessante notar que a presença cada vez mais constate de tropas portuguesas em lugares mais distantes obrigava grupos beligerantes – como é o caso dos Omágua – a procurar auxílio com outros índios – nesse caso com os Ucayali – e com os missionários da Companhia de Jesus⁴⁵, com o objetivo de se protegerem do cativo.

O pedido dos Omágua por um missionário só foi realizado alguns anos depois – não por falta de empenho do padre Luzero, mas por ausência de novos missionários na missão. Em 1686, chegou de Madri o Pe. Samuel Fritz, que se tornaria o responsável pela evangelização dos Omágua e outros grupos que também habitavam aquela região. Segundo contam Maroni e Chantre y Herrera⁴⁶, após a chegada do padre Fritz, houve novo pedido de missionário por parte dos Omágua – que provavelmente podem ter sido vítimas de novas investidas lusitanas – e, aproveitando o momento, o superior em Quito envia o padre⁴⁷. A partir deste momento, alguns dos principais grupos que habitavam a fronteira do noroeste amazônico vão começar a criar alianças com os espanhóis, através da atuação de Samuel Fritz em favor da coroa de Castela. Em uma rápida olhada pelo

terras baixas, como neste caso os contatos entre índios e jesuítas no principio do século XVII que vão se arrastar por este século completo e o início do próximo. Cf. ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. *Del paganismo a la Santidad: La incorporación de los indios del Perú al catolicismo. 1532-1750*. Lima: IFEA, 2003.

⁴³ TAYLOR, Anne Christine. “História pós-colombiana da alta Amazônia”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria municipal de cultura: FAPESP, 1992, p. 213-238.

⁴⁴ LUZERO, *op. Cit.* 1986, pp. 323-324.

⁴⁵ *Ibidem*, pp. 322-323.

⁴⁶ CHANTRE Y HERRERA, José. *Historia de las misiones de la Compañía de Jesús en el Marañón español 1637-1767*. Madri: Avrial, 1901, pp. 297-298.

⁴⁷ MARONI, *op. Cit.* 1988, p.310.

seu diário, fica clara a elevada quantidade de etnias que Fritz teve contato e com as quais iniciou o processo de evangelização⁴⁸.

É importante salientar que a partir dos grupos étnicos que se juntavam à missão de Maynas, por intermédio da ação de padres como Samuel Fritz e outros que vieram da Europa central, a missão prosperou e conseguiu ir do rio Napo – até onde ela foi levada pelos jesuítas fundadores – até pelo menos o Rio Negro, no atual Brasil. Esse grande emaranhado de rios e de pessoas em meio à floresta serviria justamente como o entreve para o avanço português que se tornava cada vez mais latente; a missão deveria fazer as partes de barreira de contenção, sobretudo, ao reduzir os grupos nativos em um cinturão de proteção.

Existem autores – e talvez o mais famoso e inspirador deles seja Arthur Cézár Ferreira Reis – que acreditam em uma tese de abandono e uma falta de interesse generalizada por parte da coroa de Castela com relação às terras baixas da floresta. O historiador amazonense aponta, em sua obra, o desinteresse espanhol com relação à fronteira amazônica, deixando ao “bravo”, “valente” e “brioso” português – nas palavras do autor – a missão de colonizar esta área de terra.

Uma das explicações levantadas por Reis envolve uma questão simplesmente geográfica, identificando na cordilheira um empecilho tão volumoso que desfaria qualquer vontade de exploração da região. Outra questão levantada por Reis é que notadamente os impulsos de exploração (não de colonização) dos castelhanos na região foram voltados, simplesmente, para encontrar o “*El Dorado*” e o País da Canela – como no caso da exploração de Pizarro/Orellana. Expedições infrutíferas, que fizeram com que a região fosse deixada ao ostracismo⁴⁹.

Tenho dúvidas sobre este suposto abandono da corte de Madri com relação ao vasto território amazônico. Minhas dúvidas acabam encontrando eco na tese de doutorado de Sebastián González. Baseado em rica documentação espanhola e quitenha,

⁴⁸ Em seu diário, Fritz aponta inúmeras etnias e reduções por ele fundadas, as quais eu não vou me deter com particularidades neste momento. FRITZ, Samuel. “Diario de la bajada del P. Samuel Fritz, misionero de la Corona de Castilla, en el rio Marañon, desde San Joachim de Omaguas hasta la ciudad del Gran Pará, por el año de 1689; y vuelta del mismo Padre desde dicha ciudad hasta el Pueblo de La Laguna, cabeza de las misiones de Mainas, por el año de 1691”. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañon* (1738). Iquitos: IIAP-CETA, 1988, pp. 313-326.

⁴⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*. Belém: SECULT, 1993, pp. 25-40.

o autor afirma que a partir da segunda metade do século XVII, a Real Audiência de Quito recebeu ordens diretas de Madri para centrar as suas atenções para a região amazônica, sobretudo, após a experiência com as plantações de algodão em partes do rio Napo⁵⁰.

Talvez uma das razões para propalar a falta de interesse castelhano na região amazônica seja a ausência de colonos de uma forma mais extensa. González também aponta que essa situação se deu pela falta de *encomenderos* na região, que tendo uma vida mais ligada à dinâmica de cidades como Lima e Quito, se ausentaram da região amazônica, que apesar de abrigar uma imensurável quantidade de grupos nativos, acabou não despertando o interesse dessa classe de colonos⁵¹.

Afinal, o que levaria então a repensar o suposto abandono por parte da coroa castelhana? A partir de 1680, os 32 *pueblos* existentes na *Gobernación de Maynas* vão receber uma nova divisão territorial; a partir deste momento dez partidos com jurisdição própria foram criados para tratar melhor a administração e a evangelização. De fato, González aponta que a missão de Maynas foi uma política estatal castelhana com o objetivo de frear o ímpeto das investidas portuguesas, como uma forma de fixar e expandir os territórios, sobretudo, com a participação e aliança com os grupos nativos que também se sentiam ameaçados com a presença dos portugueses. O próprio Pe. Fritz aponta que os índios estavam muito “acobardados y consumidos por la guerra y cautiverios que habian padecido y siguen padeciendo por los vecinos de Grão Pará⁵²”.

Essa situação se assemelha bastante com o que vai acontecer em 1776 com a criação do Vice-reino do Rio da Prata, sediado em Buenos Aires e que também reunia um forte caráter de proteção das fronteiras. Assim como Maynas, o Rio da Prata tinha problemas com a sua fronteira indígena e com a sua fronteira lusitana, fazendo com o que o governo central reorganizasse a situação administrativa da região para dar mais animo na defesa da fronteira⁵³.

⁵⁰ GONZALÉZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Estudos Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2008, p. 27.

⁵¹ Idem.

⁵² FRITZ, *op. Cit.* 1988.

⁵³ BATTCOCK, Clementina; GOTTA, Cláudia; MANAVELLA, Analía. “Frontera y poder: milicias y misiones en la jurisdicción de Santa Fe de la Vera Cruz, 1700-1780. Algunas reflexiones.” In: *Nueva Época*, vol. 11, n. 30, Jan-Abr 2004, Cidade do México, pp. 8-9.

Voltando a tratar sobre Fritz, Sebastián González aponta, utilizando as cartas do Arquivo Romano da Companhia de Jesus, que o missionário ao ser enviado pelo provincial Francisco Viva, teria recebido ordens claras para trabalhar com o intuito de salvaguardar os domínios de Castela dos avanços portugueses, o que pode delimitar ainda mais a participação do Estado espanhol em aliança com a Companhia de Jesus para frear os ânimos lusitanos da Amazônia como aponta o trecho a seguir:

Que habiendo sabido de cierto que los portugueses do Brasil han conquistado muchas naciones de gentiles que ya están cerca de nuestras misiones, por esto me determiné a embiar al P. Samuel Fritz para que en una o dos naciones entremedias que ay entre nosotros y los portugueses tome posesión dellas em nombre del rey de España y de la Compañía, antes que ellos suban, y la tomen em nombre del rey de Portugal; y juntamente se vea con los misioneros del Brasil si hay y si no huviere con los padres del Colegio de San Luys del Marañon, tomando dellos algunas noticias que importan muchisimo para nuestra mission, y para el intento que yo tengo de conquistar de una vez todos los gentiles⁵⁴.

Ou seja, os missionários eram parte da política do Estado espanhol para se consolidar e expandir os domínios territoriais, inclusive, trabalhando como “espiões” em busca de informações e criando o cinturão de proteção com a parceria entre missionários espanhóis e os grupos nativos que deveriam barrar o progresso português, assim como, os missionários deveriam proteger os índios de uma possível escravidão nas mãos dos lusos-maranhenses.

Exatamente no mesmo ano em que Samuel Fritz aportou na Missão de Maynas entre os Omágua, o rei de Portugal, D. Pedro II, ordenou ao governador do Maranhão Francisco de Sá e Meneses que diminuísse o pagamento das cõngruas devidas aos jesuítas, caso o número de missionários no Maranhão não fosse aumentado. Dois anos depois o rei voltava a informar o governador que tinha solicitado ao provincial do reino que enviasse mais missionários ao Maranhão, reafirmando a ordem de baixar os pagamentos caso não houvesse o número satisfatório de missionários atuando no Estado⁵⁵.

⁵⁴ ARSI. *Novi Regni et Quiti* 15, ff. 133v-134r. APUD. GONZÁLEZ, *op. Cit.* 2008, p. 51.

⁵⁵ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre o pedido que o rei fez ao Provincial da Companhia de Jesus por mais missionários” Lisboa, 24/11/1686. AHU, cód. 268, f. 350.

A necessidade de missionários está intimamente ligada à necessidade de novos avanços em direção do sertão. Como já salientei, o avanço das tropas ao sertão é uma política de Estado, no entendimento de Cortesão, que buscava balizar as fronteiras da América lusitana – nesse caso, da Amazônia lusitana – que cada vez mais se aproximava dos domínios de Castela. No caso amazônico, como pretendo explicar mais à frente, o grande temor estava em volta das possessões francesas nas Guianas. No entanto, as missões espanholas também criavam temor entre os luso-maranhenses, principalmente com a possibilidade de perder as alianças com os principais grupos da região.

Em uma Consulta do Conselho Ultramarino de novembro de 1697, o governo português exprime o seu temor com as possíveis alianças entre os missionários castelhanos e os índios que habitavam a fronteira. A Consulta trata das incursões do Pe. Samuel Fritz entre os Omágua e os Coxiguares, tratando de convencer os índios a subirem o rio em direção a sua missão. O temor pode ser expresso na carta do governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, que, ao dar ciência ao Conselho, solicita orientações e informações sobre quais as medidas deviam ser tomadas caso o jesuíta persistisse em levar os índios⁵⁶.

Na mesma consulta consta que, ao saber do ocorrido entre os índios que deveriam, em tese, ser vassalos do rei português, o governador convocou os principais indígenas para lembrar-lhes os seus compromissos com o monarca lusitano, assim como, enviou o provincial do Carmo, frei Manuel da Esperança, para fazer diligências junto ao missionário castelhano⁵⁷. A possibilidade de os indígenas quebrarem as alianças feitas com os missionários portugueses e se bandearam para o lado espanhol deve ter realmente causado temor às autoridades portuguesas. Isso talvez explique a necessidade recorrente de aumentar o número de missionários, tal qual faziam os vizinhos. Sobretudo, se pensarmos que o sentimento antiespanhol ainda afluía entre as autoridades maranhenses – talvez nem tanto entre os colonos, mas certamente entre as autoridades –, como sugere a carta do governador Francisco de Sá e Meneses, que, ao

⁵⁶ “CCU-Pedro II”. 12/11/1697. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 340.

⁵⁷ *Idem*.

tratar das exéquias do aniversário de falecimento do rei D. João IV, ainda tem um discurso sobre o julgo “abominável de Castela e dos inimigos espanhóis⁵⁸”.

Em todo caso, um ano após a carta do rei ao governador tratando sobre o aumento do número de missionários, parece que não houve melhora no seu contingente, já que o governador Arthur de Sá e Meneses enviava uma missiva ao monarca tratando da falta de missionários no Estado que:

Como se reconhece que o incansável desvelo de S.M. é que se reduza o gentilismo deste Estado, à fé católica e (...) este desejo no dispêndio que S.M. com mão tão larga faz com os missionários encarregando-me tanto, que tenha todo o cuidado nesta redução; e como neste Estado os missionários são tão poucos, que não bastão para curar as aldeias católicas⁵⁹.

A carta tratada anteriormente teve como resposta uma missiva do monarca na qual vendo-se o precário número de missionários no Maranhão, informava que iria solicitar 15 novos missionários para serem embarcados do reino para o Estado. Estes missionários deveriam ser alocados para criar uma missão no rio Negro e no rio Madeira, e para incrementar a missão do Cabo do Norte⁶⁰. Em 1688, o padre Samuel Fritz estava com a sua obra evangelizadora em pleno vapor nesta mesma região dos rios Madeira e tentando chegar ao Negro. Como consta em seu diário quando da sua descida até o Pará em 1689, o padre já havia reduzido grupos Omágua, Yurimagua, Aizuares e Ibanoma⁶¹, o que reflete uma intensa atividade na região entre várias aldeias destas etnias. Está situação em parte pode ser a motivação de criar novas missões lusitanas na região limítrofe, principalmente, se pensarmos que a carta também trata do fortalecimento da missão limítrofe entre os índios que separam os domínios de Portugal dos de França.

Ainda em 1688, o rei voltava a enfatizar em carta dirigida ao governador Arthur de Sá e Meneses que os missionários da Companhia de Jesus deviam gozar da proteção do governador, em nome do rei, para receberem toda a ajuda e apoio para aumentar as

⁵⁸ “Carta do Governador Francisco de Sá e Meneses, sobre a ausência das solenidades habituais na procissão de aclamação do rei D. João IV”. 02/12/1683. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 217.

⁵⁹ “Carta do Governador Arthur de Sá e Meneses, sobre a falta de missionários para a conversão do gentio”. 16/09/1687. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 266.

⁶⁰ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a falta de missionários no Estado do Maranhão”. Lisboa, 22/03/1688. *AHU*, cód. 268, f. 356.

⁶¹ FRITZ, *op. Cit.* 1988, pp. 313-316.

suas missões e converter o maior número de gentios à fé católica⁶². A ideia de conversão e redução desses índios está imbricada com a ideia de contato e aliança entre os lusitanos e os nativos com a intenção de controle do extenso território.

As cartas apontam que o diminuto número de missionários – nesse caso não apenas jesuítas – atrapalhavam a administração das aldeias e também a conversão dos gentios no sertão, que seria uma das principais estratégias para o recrutamento de força de trabalho e do avanço das fronteiras em direção ao oeste amazônico e defesa do território do Cabo do Norte de qualquer incursão hostil vinda de Caiena.

Faz-se necessário salientar que as duas missões que o rei solicita ao governador que sejam criadas não alcançam a prosperidade aguardada. Em carta régia datada de 1691, o rei discutia com o governador o fracasso da missão do rio Madeira, na qual os índios não aceitaram a doutrina imposta pelos missionários e destruíram tudo, dando fim à missão. Exatamente ao enxergar o fim dessa missão – que era de interesse do Estado, já que, na região do rio Madeira, estavam pés de cacau e outras *drogas* importantes para o comércio do Maranhão⁶³ – o rei solicitava ao governador que fizesse todo o possível para incrementar a missão do rio Negro, inclusive, ordenando que os noviços recém-saídos do colégio jesuítico fossem enviados para essa missão⁶⁴.

É interessante notar que os índios da missão do Madeira se recusaram a receber as instruções e a forma como eles se posicionaram diante de possíveis alianças com os lusitanos foi o enfrentamento e a expulsão dos clérigos, evitando qualquer ideia de passividade por parte dos indígenas. Os habitantes do rio Madeira tomaram parte da situação de fronteira em que viviam, rejeitando os lusitanos momentaneamente já que, mais tarde, os carmelitas vão conseguir instituir uma missão no rio e o padre Fritz cita algumas vezes a presença de portugueses no rio. Essas atitudes e a forma como os índios encaram as disputas entre os impérios ibéricos é um manancial interessante de análise.

⁶² “Carta régia para o governador do Maranhão, sobre a observância da proteção, em nome do rei, dos missionários da Companhia de Jesus”. 23/03/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 93-94.

⁶³ O ex-governador Gomes Freire de Andrade relata em carta quando de deixar o governo do Estado em 1687 que “outro rio chamado da Madeira merece por seus habitadores e por algumas razões políticas que se cuide dele”, dando os primeiros passos da importância geopolítica daquele rio. “Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado deixadas ao seu sucessor”. 19/07/1687. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 263.

⁶⁴ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre os missionários da Companhia e que tendo alguns sujeitos acabado o estudo os deem para este emprego”. 06/07/1691. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 126.

Em sua tese de doutorado Elisa Garcia procura salientar a busca das ações e do papel dos indígenas que estavam envolvidos em questões de disputas entre Portugal e Espanha, principalmente os missionários espanhóis e as autoridades lusitanas no extremo sul do Estado do Brasil. Garcia aponta que quando da assinatura e posterior efetivação do tratado de Madri, o futuro Marquês de Pombal – Sebastião José de Carvalho e Melo – enviou carta ao General Gomes Freire de Andrade, para que os índios do território espanhol fossem cooptados para as missões portuguesas a fim de serem os futuros povoadores do território que seria anexado, transformando futuramente o status de pureza de sangue de índios para o mesmo dos cidadãos nascido no reino⁶⁵.

Apesar de tratar de um momento histórico bem diferente do que estamos analisando – afinal, Garcia se concentra na segunda metade do século XVIII até princípios do XIX – acredito que o pano de fundo de Garcia abaliza também as situações no noroeste amazônico. Neste caso, não somente os portugueses tentariam todos os meios para trazer os índios para as missões lusitanas, sobretudo as jesuíticas, mas também os jesuítas da Audiência de Quito fariam uso do mesmo expediente para atrair os indígenas. Nos documentos anteriores Fritz surge cooptando os principais dos Omágua para que fossem para a sua missão.

Dentro de um quadro de disputa intensa entre os missionários espanhóis e portugueses – nesse caso, representando os seus respectivos Estados coloniais – pelas alianças com os grupos nativos, evidentemente que os índios escolheram aqueles que trariam situações mais vantajosas. Uma situação interessante que coaduna com o momento é a situação explicitada em uma carta régia sem data, mas que provavelmente é anterior ao ano de 1688⁶⁶. Nesta missiva de D. Pedro II é relatado que uma nação indígena – que não tem o seu nome citado – procurou o governador do Maranhão solicitando que fosse enviado um missionário para ensinar e doutrinar os mesmos na fé católica⁶⁷.

⁶⁵ GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, pp. 29-37.

⁶⁶ A carta precisa ser anterior ao ano de 1688, pois neste ano o jesuíta Samuel Fritz já descreve a missão mercedária estabelecida e atuante, portanto, a carta solicitando o missionário só pode ser anterior.

⁶⁷ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre o pedido dos índios do rio Urubu por missionário”. Lisboa, sem data. *AHU*, cód. 268, f. 366.

Com as constantes assertivas em favor dos missionários jesuítas no sertão do Estado, como os documentos citados anteriormente, se imagina que seriam os inacianos os escolhidos para o empreendimento. Entretanto, o documento traz a informação de que os índios faziam questão de não tratar com jesuítas e que o missionário enviado para doutriná-los seria frei Teodósio Vegas, membro da Ordem das Mercês. Na carta consta como motivo que os índios já conheciam o dito missionário e por isso tinham preferência por ele. A carta encerra com o rei informando ao governador que ele devia obrar bem enviando o dito religioso para junto dos índios, instruindo-o para que a missão fosse dilatada o máximo possível – ou seja, em direção ao território castelhano⁶⁸.

Ora, em uma região de fronteira em disputa pelas duas coroas ibéricas – como era o caso do rio Urubu e os seus habitantes – a oportunidade de escolher e tomar partido do que se queria e como se queria que acontecessem as coisas parecia ser mais fácil⁶⁹. Os índios moradores daquele rio deveriam, provavelmente, ter conhecimento destas disputas, tomando partido, preferindo negociar com os portugueses. Assim, colocavam os seus “termos na mesa”, deixando claro que preferiam aquele missionário específico e não queriam tratar com os jesuítas – por algum motivo desconhecido. Isso nos leva conjecturar que acabaram escolhendo negociar com os lusitanos pela possibilidade de tratar com outra ordem religiosa, já que na Missão de Maynas só havia jesuítas.

Ainda sobre as negociações indígenas, acredito que o caso mais interessante seja o dos Omágua. Como já dito anteriormente, os Omágua são um grupo Tupi que solicitaram missionários aos jesuítas castelhanos de Quito em 1681 – mais precisamente ao padre Luzero – tendo o seu pedido deferido, em 1686, pelo Pr. Francisco Viva que enviou o recém-chegado jesuíta Samuel Fritz para viver entre os Omágua. Segundo o jesuíta Pablo Maroni, ao receber a notícia que finalmente o seu pedido por missionário seria atendido:

Llevados de superior impulso, en treinta y más canoas subieron á encontrarle; llevaronlo muy alegres á su primer Pueblo, y al llegar al puerto, no contentos que subiese de la canoa por sus pies, le cargaron á porfía en sus brazos, y entre danzas y música de flautas, pífanos y otros instrumentos, fueron

⁶⁸ *Idem*.

⁶⁹ De forma nenhuma estou negando a utilização da violência contra os grupos indígenas por parte de espanhóis e portugueses, no entanto, neste momento parece muito mais propício a negociação entre os grupos para chegar a acordos vantajosos para ambos.

llevándolo á la posada que le tenían prevenida. Lo mismo hicieron en los demás pueblos situados en treinta y más islas, que fué corriendo el padre cuanto antes, para darsé á conocer y comunicarles las primeras noticias de la religión xtiana.⁷⁰

Guardadas as devidas proporções para qualquer hipérbole no texto do jesuíta do século XVIII, acredito que realmente houve muita satisfação entre os índios pela chegada do aguardado missionário, principalmente, se focarmos na razão inicial do pedido deles por padre, que seriam justamente as correrias feitas pelos portugueses do Grão-Pará em busca de escravos. Ou seja, o missionário deveria servir aos interesses indígenas de proteção contra o inimigo lusitano que avançava sobre suas terras.

O que chama atenção é que os mesmos índios Omágua – chamados pelos portugueses de Cambebas – também estavam em aliança com os lusitanos. Em Consulta do Conselho Ultramarino de 1697, discutindo sobre a viagem que o governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, havia obrado até o sertão do rio Negro, consta a presença de dois principais dos Omágua em negociação e aliança com o governador e, por conseguinte como vassalos do rei português⁷¹. Alguns anos depois, desta feita, em um documento escrito pelo ex-vigário geral da Ordem do Carmo no Maranhão, frei Vitoriano Pimentel, endereçado ao rei D. Pedro II, consta a presença de mais de trinta aldeias de índios Omágua no sertão do Solimões, aldeias estas que estavam sob a jurisdição da Ordem do Carmo e se mantinham vassalas do rei português até o padre Samuel Fritz negociar e conseguir subir os índios para sua missão por volta do ano 1700⁷².

Mesmo no diário do padre Samuel Fritz, consta que os Omágua entravam em constante conflito com a autoridade do missionário, continuando muitas das suas práticas ancestrais como a guerra contra outras nações⁷³. O missionário relata ainda que em 1702 houve outro conflito entre os Omágua e o jesuíta, fazendo com que todos os índios fossem embora das aldeias, deixando o padre Samuel apenas na presença dos

⁷⁰ MARONI, *op. Cit.* 1988, pp. 309-310.

⁷¹ “CCU-Pedro II”. 14/11/1697. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 949.

⁷² “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. *AHU* Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

⁷³ FRITZ, *op. Cit.* 1988, p. 338.

Yurimaguas⁷⁴. Evidentemente que entender os Omágua como um grupo estritamente homogêneo, pelas evidências apontadas, parece ser totalmente improvável.

Está claro que os Omágua estavam divididos, talvez por grupos que morassem na mesma aldeia, tendo feito alianças com os europeus que lhes fossem mais proveitosos, como quando se juntam ao missionário castelhano, ou quando se juntam às missões carmelitas no Solimões, sob a proteção do rei português. O Pe. Maroni afirma em sua obra que a cidade de Belém era pobre de mantimentos e exatamente por isso os Omágua seriam importantes fornecedores de tartarugas e manteigas aos lusomaranhenses, assim como outros produtos⁷⁵. Maroni afirma ainda que a principal força de trabalho entre os portugueses eram os indígenas, que mesmo assim, eram deixados em condições terríveis de vida, o que causava uma grande mortandade, fazendo consequentemente que os portugueses sempre precisassem de mais escravos⁷⁶. Na visão do religioso este seria um dos importantes motivos da necessidade de comércio com os Omágua em troca de escravos.

Maroni ainda aponta que, à diferença das outras nações vizinhas, os Omágua usavam roupas para cobrir as suas decências, o que para o inaciano era uma prova de um contato desta etnia com os índios do Brasil, ou com os mestiços do Maranhão, ou até mesmo com os espanhóis de Quito⁷⁷. Outro jesuíta, desta feita Samuel Fritz, relata em seu diário que, durante o ano de 1695, houve grandes correrias de portugueses na sua missão e por isso esteve em contato com os principais Omágua, Yurimagua e outros para se juntarem a ele. Os principais, entretanto, se recusaram a deixar as suas aldeias e um dos motivos creditados pelo padre seria a posição geográfica das aldeias, já que onde se situavam lhes permitia manter intenso comércio – principalmente de escravos – com outros europeus como ingleses e holandeses⁷⁸.

Os Omágua – e outros grupos nativos – mantinham intenso comércio e sabiam tirar proveito da posição de fronteira em que estavam habitando. Essas etnias mantiveram alianças ou conflitos com as nações europeias conforme a sua visão de possíveis ganhos. Os Omágua, principalmente, estavam entre portugueses e espanhóis, tentando tirar ferramentas dos lusitanos em troca de escravos e buscando proteção dos

⁷⁴ *Ibidem*, p. 350.

⁷⁵ MARONI, *op. Cit.* 1988, p. 137.

⁷⁶ *Idem*.

⁷⁷ *Ibidem*, p. 306.

⁷⁸ FRITZ, *op. Cit.* 1988, pp. 336-337.

espanhóis quando se avizinhavam conflitos com os lusos. Não obstante, os mesmos Omágua estavam também comerciando escravos por ferramentas com ingleses e holandeses, provavelmente, quando as relações com portugueses não eram amistosas. No fundo, os Omágua procuraram tirar o melhor que cada nação europeia tinha a oferecer. Dessa forma, conseguiram manter as suas tradições e como as fontes apontam a principal delas era a guerra e o comércio de escravos⁷⁹.

Tudo isso leva a pensar, também, na importância que tinha a aliança com esses grupos para os impérios ibéricos que dispensavam muito da sua atenção para manter a amizade dos indígenas, como a sugestão do hábil Gomes Freire de Andrade que deixa como mensagem ao seu sucessor e ao monarca português que apenas a amizade com os gentios é capaz de garantir a sobrevivência da conquista e a conservação do Estado⁸⁰. Iris Kantor aponta o princípio legal romano do *res nullius*, onde terras não ocupadas não constituem um direito de propriedade, ou seja, era vital estar em alianças com os habitantes locais para manter o direito de propriedade sobre aquelas terras⁸¹. Essa ideia se coaduna com a de Elisa Garcia, de que estava entre as políticas de estado do mundo português a aquisição desses novos súditos indígenas a fim de constituir população, considerada uma riqueza em si mesma – sobretudo para um Estado com uma população escassa, como o caso de Portugal – “capaz de manter e anexar novos domínios ao império português”⁸². No fim, existia um grande jogo de interesses nessas regiões de fronteira, que ligavam os interesses dos índios não só aos de portugueses e espanhóis, mas aos de outras nações europeias em ebulição.

A necessidade latente de novas reduções indígenas, alianças e uma busca implacável por produtos que pudessem entrar no circuito mercantil do Antigo Sistema Colonial é uma das molas mestras de entendimento da situação de arregimentação de

⁷⁹ A guerra ao que parece é uma tradição aos grupos Tupis, a qual os Omágua não fogem a regra, tendo um sentido bastante específico nas suas relações de guerra contra outros grupos. A guerra entre eles e a tomada de escravos que é um dos alicerces dessa guerra, parece ter encontrado novo sentido ao entrar em contato com europeus ávidos por escravos, como é o caso dos portugueses e holandeses. Essa ressignificação pode ter sido o suporte principal para definir as relações de Omáguas com os impérios coloniais. Sobre a guerra entre sociedades Tupi, Florestan Fernandes produziu um livro muito interessante sobre os Tupinambá, que dá apontamentos para outros grupos tupis. Cf. FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra nas sociedades Tupinambá*. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

⁸⁰ “Carta do governador, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado”. 19/07/1687. AHU, Pará, cx. 3, doc. 263.

⁸¹ KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nº Sér. V. 17, n. 2. Jul-dez 2009, pp. 39-40.

⁸² GARCIA, *op. Cit.* 2007, pp. 121-122.

mais soldados e missionários nesta parte da América. Em carta expedida pela Câmara de Belém para o Conselho Ultramarino, consta que havia apenas cinco missionários da Companhia para dar conta de todos os indígenas do sertão do rio Amazonas. Uma nomenclatura genérica que englobava toda região do sertão fora de Belém. Para além de dar conta dos índios da missão dos rios Negro, Xingu e Tapajós, a mesma carta trata da necessidade de mais missionários para manter um controle maior do rio Branco, Madeira, Abacaxis e Tupinambaranas e contra possíveis entradas de holandeses⁸³.

Ao todo, a carta cita praticamente todas as regiões possíveis de se retirar insumos e índios, assim como, a possibilidade de utilizar as alianças com esses índios para impedir o avanço dos holandeses. Algo interessante sobre a carta é que alguns de seus signatários são conhecidos “sertanejos” como André Pinheiro de Lacerda e Vital Maciel Parente⁸⁴. Homens com larga experiência no sertão e que conheciam as necessidades de implementação de iniciativas lusitanas por parte da coroa para barrar qualquer avanço estrangeiro. O próprio André Pinheiro foi cabo de várias das tropas que percorrerem as fronteiras luso-maranhenses com as das terras de Castela.

Talvez, em face dessa necessidade de mais missionários para um rio tão vasto como o Amazonas, como se apresentou no documento anterior, ou até mesmo pela proximidade entre missões jesuítas dos dois lados da fronteira luso-castelhana na *Gran-Omagua* – e podemos conjecturar aqui a possibilidade de um espaço supranacional entre as missões, já que os jesuítas prestavam obediência ao Papa antes do rei, fosse ele o Rei Católico ou o Rei português – no mesmo ano de 1693, o governo lusitano resolveu repartir os aldeamentos do Amazonas em distritos missionários. Cada distrito ficaria sob a responsabilidade de uma Ordem religiosa específica.

A Companhia de Jesus ficaria com toda a banda sul do Amazonas, “sem limitações para o interior dos sertões por ser a parte principal de maiores consequências do Estado com a razão de serem os mais velhos nele, e de grande atenção que merecem as suas virtudes⁸⁵”. Por serem os mais antigos e com melhores resultados deviam ficar com a parte de descobrimento ainda por fazer no sul do Amazonas e sem limites para avançar as suas fronteiras – ou as fronteiras lusitanas – até onde conseguirem.

⁸³ “CCU-Pedro II”. 07/02/1693. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 315.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a repartição dos distritos missionários”. 19/03/1693. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 142.

O distrito que deveria ficar contíguo à Missão dos Omágua – e consequentemente da Missão de Maynas – não consta nessa partilha nesse momento, pois coube ao Rei Fidelíssimo passar aos religiosos do Carmo em 1695, como afirma o Frei Vitoriano Pimentel, as missões do Negro, Solimões e Madeira, tendo jurisdição até o rio Napo⁸⁶ – já no interior do território que se acreditava castelhano. É interessante notar que segundo a história oficial dos Carmelitas de autoria do frei André Pratt, os religiosos do Carmo já constavam na divisão de 1693 com esses distritos que deveriam ser do rio Negro até o Napo⁸⁷. Inclusive, frei Pratt, aponta que frei Teodósio Vegas havia sido o primeiro carmelita a formar uma missão no Amazonas no de 1660⁸⁸. Na verdade, é notório – como consta do documento tratando do assunto anteriormente – que frei Teodósio era mercedário e não carmelita. Portanto, prefiro me prender às informações prestadas por frei Vitoriano que informa que os carmelitas apenas foram incumbidos da missão em 1695.

A repartição dos distritos foi uma forma de equacionar a falta crônica de missionários no rio das Amazonas. Em uma Consulta do Conselho Ultramarino, consta que apesar de estarem bem sediadas em Belém, ordens como os jesuítas e os franciscanos não conseguiam ir além dos rios menores e dos furos dos rios na imensa bacia amazônica, sobretudo, pelo diminuto número de religiosos disponíveis⁸⁹. Esta afirmação pode ser considerada de certa forma exagerada, já que havia missões no Xingu, Tapajós e Negro, alguns dos maiores rios da região. Em todo caso, a argumentação encontra eco ao se pensar uma melhor divisão dos distritos em vistas a ocupar a região através das alianças com os nativos e também de um maior conhecimento das potencialidades econômicas que as diferentes etnias indígenas podiam ter conhecimento.

Ainda sobre essa questão, é interessante notar como a substituição dos jesuítas pelos carmelitas do rio Negro até o Napo, foi fundamental para fazer prosperar negócios envolvendo o tráfico de escravos índios. Sobre essa questão, Roberto Zahluth, afirma que em 1695 o Vigário-provincial do Carmo, frei Antônio da Piedade, cometia diversos excessos no Maranhão. Segundo comunicação do governador Antônio de Albuquerque

⁸⁶ “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. *AHU* Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

⁸⁷ PRATT, André. *Notas históricas sobre as Missões Carmelitanas no extremo Norte do Brasil* (Séculos XVII e XVIII). Recife: Convento do Carmo, 1941, pp. 31-35.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 32.

⁸⁹ “CCU-Pedro II”. 28/01/1693. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 314.

Coelho de Carvalho, o frade entrou em conflito com os oficiais da Câmara de São Luís, mandou construir feitorias ilegais no sertão para coletar cravo e cacau e ainda participava ativamente do tráfico ilegal de índios⁹⁰. Segundo Nádia Farage, os carmelitas estavam totalmente envolvidos no comércio de escravos do rio Branco, tanto com determinados grupos nativos, quanto com traficantes portugueses que entravam (i)legalmente na região à caça dos nativos⁹¹. Pensando nessa rede de comércio entre carmelitas e alguns sertanejos, volta à memória um tema tratado na última Consulta do Conselho Ultramarino em destaque.

A consulta aponta que os homens que acompanhavam André Pinheiro de Lacerda em suas incursões estavam familiarizados com aqueles sertões havia pelo menos uma década, o que os conselheiros estranharam, justamente pela proibição de mamelucos e pessoas estranhas aos sertões, ou seja, aqueles homens estavam indo ao sertão de forma irregular. A consulta refere ainda sobre vários casos de resgates ilegais de índios no sertão que contaram com a conivência de Hilário de Sousa de Azevedo – um dos mais hábeis e importantes sertanejos da época – e também do governador Arthur de Sá e Meneses⁹². O documento aponta que os resgates ilegais se aproveitavam para passar a noite por Gurupá em canoas pequenas e sem usar os remos, apenas a força da maré, justamente para burlar a fiscalização que deveria existir na fortaleza.

O cenário que a documentação aponta é de uma intensa rede de comércio de escravos, envolvendo sertanejos, mamelucos, religiosos e autoridades coloniais. Sobre essa situação, Rafael Chambouleyron se utilizando do exemplo do cabo-verdiano José Lopes, explica que, o negro José Lopes estava envolvido nos circuitos comerciais do sertão do Rio Negro junto dos religiosos mercedários e da piedade. Chambouleyron levanta a questão que José Lopes, juntamente com o seu patrão, o capitão Hilário de Sousa de Azevedo, juntamente com as referidas ordens religiosas estavam trabalhando

⁹⁰ CARVALHO JR, Roberto Zahluth de. “*Dominar homens ferozes*”: Missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, pp. 188-189.

⁹¹ FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões*: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986, pp. 86-139.

⁹² “CCU-Pedro II”. 28/01/1693. AHU, Pará, cx. 4, doc. 314.

em cima do tráfico de escravos e de *drogas* no sertão, exercendo grande poder e influência⁹³.

Os carmelitas, que, segundo Farage, estavam fortemente ligados ao comércio de escravos e de *drogas*, foram alocados por último da divisão dos distritos e, justamente, em uma região de conexão tanto com as terras do rio Branco que se ligavam aos holandeses, quanto com as terras de Castela. Lugares preenchidos por índios e produtos para serem exportados. Talvez, a posição da Ordem tenha sido muito bem pensada pelas autoridades locais e os *homens bons* justamente para suprir essa demanda, ainda mais vendo as constantes querelas entre jesuítas e colonos em torno da mão-de-obra. Lembro ainda que a amizade com os carmelitas é evidente entre o governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho – sucessor de Sá e Meneses – principalmente na pessoa do vigário-geral frei Manoel da Esperança que viaja em sua companhia e recebe missão especial do governador⁹⁴.

A ideia de divisão em distritos missionários não é nova para o mundo ibérico. Charles Boxer aponta que, em 1594 o rei Filipe II, de Espanha (I de Portugal) determinou a divisão em distritos missionários nas Filipinas, com o mesmo critério de facilidade da conversão e insuficiência de missionários que dessem conta da obra em um arquipélago com tantas pequenas ilhas⁹⁵. Se pensarmos juntamente com Alírio Cardoso, que propõe que a colonização do Maranhão segue uma tendência implementada pela corte de Madri durante o período da União Ibérica e que mesmo após a restauração Brigantina ela permaneceu⁹⁶, podemos imaginar um elo entre as políticas já implementadas em outras áreas do império colonial ibérico servindo de modelo para colonização amazônica.

Ao que parece, a divisão dos distritos é uma medida para tentar manter a posse definitiva daqueles sertões, como foi propalado no século XVIII por governadores como Francisco Pedro de Mendonça Gurjão e Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Sendo que, o primeiro acreditava que tropas em regimes de monção seriam a melhor ideia para

⁹³ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O ‘senhor absoluto dos sertões’. O ‘capitão preto’ José Lopes, a Amazônia e Cabo Verde”. In: *Boletín Americanista*, ano 48, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 33-49.

⁹⁴ “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], ff. 120-126v. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VII-27.

⁹⁵ BOXER, *op. Cit.* 2007, pp. 87-88.

⁹⁶ CARDOSO, Alírio. *Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese de doutorado, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, 2012, pp. 251/322.

garantir a posse da fronteira contra espanhóis e holandeses. Já o segundo imaginava que apenas cidades e vilas portuguesas na região – utilizando os índios como moradores – podia ser garantia de posse definitiva⁹⁷.

Acredito que tanto a divisão dos distritos, quanto a fundação de vilas é um contínuo, tendo em vista a posse definitiva da região e um possível alargamento das fronteiras. Primeiro o trabalho missionário de redução, aliança e catequese dos índios para em seguida as medidas de Pombal para transformar os indígenas em cidadãos portugueses que pudessem povoar essas vilas. Nesse caso, sobraria a questão das tropas. Acredito também que as tropas foram fundamentais em seus regimes de monção, para garantir o alargamento das fronteiras coloniais, portanto, a partir de agora darei um pouco de atenção para elas.

As monções⁹⁸ ao sertão

Agora tratarei de um fenômeno eminentemente português para o período compreendido na pesquisa. Apesar de existirem tropas espanholas singrando a bacia amazônica, durante a virada do século XVII para o XVIII, vai ser a presença portuguesa que vai se destacar. Adiante pretendo falar sobre os contingentes militares castelhanos, mas até autores clássicos, como Nádía Farage, apontam que o momento é de uma supremacia das tropas luso-maranhenses pelo sertão do Amazonas⁹⁹.

Desde a formação do Estado do Maranhão em 1621, as tropas são um instrumento recorrente de conquista, colonização, defesa e avanço português na região, como deixam evidente as expedições de Bento Maciel Parente e Pedro Teixeira – das quais, a mais famosa é a sua viagem para Quito¹⁰⁰. Entretanto, a virada dos séculos XVII para o XVIII apresenta algumas particularidades, como aponta Nádía Farage.

⁹⁷ FARAGE, *op. Cit.* 1986, p. 136.

⁹⁸ Optei por caracterizar os movimentos regulares de índios, soldados, mamelucos e administradores coloniais pelo termo “monção”, bastante comum no período colonial, também para diferir do termo “tropa” que geralmente é atribuído às tropas de resgate ou tropas de guerra, o nome também é uma diferenciação para explicitar a saída das tropas que obedecia a uma regularidade.

⁹⁹ FARAGE, *op. Cit.* 1986, p. 136.

¹⁰⁰ SWEET, David. *A rich realm of nature destroyed: The middle Amazon valley (1640-1750)*. Tese de doutorado, Faculty of History, University of Wisconsin-Madison, 1974, pp. 193-198.

Segundo Farage, o final do século XVII é o estopim do avanço português em direção à fronteira noroeste do Amazonas, inicialmente com um movimento em direção ao Rio Negro¹⁰¹. Para a autora, é necessário que tenhamos em vista o esgotamento da mão-de-obra escrava indígena nos arredores de Belém, o que propiciaria um dilatamento nas distâncias percorridas pelas tropas em busca de cativos que suprissem todas as demandas da cidade. Farage aponta, ainda, que as principais reservas de mão-de-obra para as tropas portuguesas estavam nas bacias dos rios Solimões – onde a missão Carmelita vai se chocar com a missão de Maynas – e o Japurá, sendo que ao norte do Amazonas as principais regiões de captura de cativos vão ser o Negro e o Branco¹⁰².

Sobre as tropas, Barbara Sommer aponta uma divisão entre alguns tipos de tropa, como a tropa propriamente dita, bandeiras, entradas, resgates e tropas de guerra. Apesar de apontar algumas características peculiares a cada uma das situações elencadas, Sommer acaba ignorando o fato de que qualquer tipo – ou nomenclatura – possível para uma tropa, ela fazia todas as funções possíveis no sertão¹⁰³. Uma tropa, como explica David Sweet, era composta – geralmente – por um Capitão e/ou um Cabo (que é o segundo em comando), além disso, o Cabo podia ter alguns assistentes para comandar as canoas, podia haver um missionário jesuíta ou dois, um escrivão, um tesoureiro ou almoxarife e um sem número de soldados portugueses, mamelucos ou índios¹⁰⁴.

A composição destacada por Sweet parece ser a média de uma tropa, no entanto, tropas maiores podiam ter um número maior de Cabos e auxiliares, como demonstra o Regimento que o governador Bernardo Berredo passou aos descobridores do rio Tocantins. No dito Regimento, que sem dúvida trata de uma tropa grande, são citados vários Cabos de tropa, assim como, o governador determina quem são o primeiro, segundo e terceiro em comando da expedição, o que faz crer no grande volume. Além

¹⁰¹ FARAGE, *op. Cit.* 1986, p. 88.

¹⁰² *Ibidem*, p. 93.

¹⁰³ SOMMER, Barbara. “Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade”. In: *The Americas*, Nº 61, v. 3, Jan 2005, pp. 401-428.

¹⁰⁴ SWEET, *op. Cit.* 1974, p. 579.

disso, o governador também indica um auditor-comissário entre a tropa, mais um indício que as grandes movimentações de tropas requeriam um aparato diferenciado¹⁰⁵.

Na verdade, as tropas que saíam regularmente de Belém deveriam fazer as vezes de autoridade colonial no largo sertão, principalmente, pela ausência da administração colonial portuguesa. Uma tropa não deveria sair simplesmente para fazer resgates de índios, mas deveria verificar se os vassallos reais estavam ainda mantendo os juramentos ao rei, deveriam recolher as *drogas*, deveriam levar e trazer notícias de casas fortes no sertão, assim como, deveriam contatar as missões mais distantes.

O governador Gomes Freire de Andrade sugere que havia, além da periodicidade das tropas, um período do ano específico para sua saída de Belém. Gomes Freire ao tratar de uma entrada feita pelo capitão Hilário de Sousa de Azevedo no rio Xingu, destaca que a mesma sofreu um atraso “pois vinham despídos e com algumas doenças nas pessoas mais práticas e de melhor préstimo, foi preciso esperar pela monção do outono”¹⁰⁶ para que a tropa voltasse a sair. Provavelmente essas monções estavam ligadas ao período de intensidade das chuvas, vital para navegação dos rios amazônicos. O mesmo aponta o jesuíta Samuel Fritz sobre os índios Manave – provavelmente os Manao – que esperavam o período de cheia dos rios para se conectar com todas as entradas e furos do Amazonas em busca de comércio¹⁰⁷.

Segundo Miguel da Rosa Pimentel, que foi Ouvidor-geral do Estado do Maranhão, provavelmente entre os anos de 1687 até meados de 1692¹⁰⁸, todo o governo do Estado do Maranhão se voltava aos índios e em dar “forma de vassallos” para eles, razão pela qual, várias leis tinham sido editadas com essa finalidade. Pimentel afirma ainda que enquanto morou no Maranhão a experiência mostrou que as leis se tornaram ineficazes para os índios, que continuavam nos seus “matos” vivendo em seus rituais “gentílicos”¹⁰⁹. O Ouvidor relata que todos os anos em torno de quarenta canoas com

¹⁰⁵ BERREDO, Bernardo Pereira de. “Regimento pelo qual o governador Bernardo Pereira de Berredo mandou descobrir o curso do rio Tocantins [1719]”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 46, Rio de Janeiro, 1883, pp. 177-181.

¹⁰⁶ “Carta do governador, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II, informando sobre as atividades da tropa do Capitão Hilário de Sousa de Azevedo”. 19/07/1687. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 262.

¹⁰⁷ FRITZ, *op. Cit.* 1988, p. 315.

¹⁰⁸ ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik L. A. de. “Informação do Estado do Maranhão’: uma relação sobre a Amazônia portuguesa no fim do século XVII”. In: *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175 (463), abr/jun. 2014, pp. 349-350.

¹⁰⁹ PIMENTEL, Miguel da Rosa. *Informação do Estado do Maranhão*. APUD. ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik L. A. de. *Op. Cit.* 2014, p. 365.

índios e mamelucos iam ao sertão em busca das *drogas* e que estes, ao passarem da fortaleza de Gurupá, já se achavam como “reis no sertão”, intimidando principais indígenas e fazendo tudo ao seu prazer¹¹⁰.

As tropas que anualmente saíam de Belém e São Luís em direção ao sertão seriam por um lado, a prospecção da administração colonial tentando chegar às regiões mais distantes da conquista. Por outro lado, essas mesmas tropas, justamente por serem investidas de grande poder dentro do sertão, longe do centro governativo – que segundo Pimentel terminava em Gurupá – acabavam criando vexações e inconvenientes contra os grupos nativos já aldeados ou aliados dos portugueses, assim como, com os grupos que estavam em trânsito constante na fronteira. Sobre essa situação, Francisco Jorge dos Santos, em sua tese de doutorado, afirma que no primeiro impulso em direção ao Rio Negro – e depois nos rios subsequentes – a administração colonial lusitana era falha, cabendo aos “régulos do sertão” uma espécie de controle, assim como, aos Cabos de tropa e missionários. Pessoas mais experimentadas no sertão e que mantinham ativas redes de comércio e aliança nessa vasta região onde o poder central se esvaía¹¹¹.

Pimentel aponta que os problemas causados por essas tropas aconteciam a pelo menos quatrocentas léguas de distância de Belém, onde segundo o Ouvidor, era impossível que qualquer magistrado exercesse a lei régia¹¹². O Ouvidor mesmo dá uma saída para situação; que o rei colocasse Ouvidores e Capitães em todos os principais rios da bacia amazônica, com o intuito de fazer valer a justiça. Desta forma, os próprios índios teriam mais sossego para se tornarem vassalos, sabendo que a lei os amparava de perto, sem falar também, que dessa forma as companhias militares podiam ser levantadas muito mais facilmente pelos Capitães que estavam no sertão, em caso de uma investida estrangeira¹¹³.

Como dito anteriormente, Miguel da Rosa Pimentel terminou o seu serviço no Maranhão, provavelmente, em meados de 1692, o seu desejo de assentar Ouvidor e Capitão em cada um dos principais rios da região não chegou a se tornar realidade, mas

¹¹⁰ *Idem*.

¹¹¹ SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura Amazônica, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012, pp. 51-84.

¹¹² PIMENTEL, Miguel da Rosa. *Informação do Estado do Maranhão*. APUD. ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik L. A. de. *Op. Cit.* 2014, p. 366.

¹¹³ *Ibidem*, pp. 367-370.

talvez, em um pensamento muito próximo ao do Ouvidor-geral, o governo português levantou a sua fortificação mais distante no sertão – talvez para diminuir o sentimento de impunidade que havia após passar por Gurupá – o forte da Barra do Rio Negro. David Sweet constata que o forte da Barra do Rio Negro é o resultado mais visível da abertura do noroeste amazônico pelas constantes monções amazônicas. O forte que começa a ser utilizado precariamente na década de 1690, só vai ser terminado em meados do século XVIII. Sweet ainda aponta que a construção do forte é uma estratégia lusa de defesa da fronteira amazônica contra possíveis invasões holandesas e espanholas, ficando a aproximadamente cinco dias de viagem das missões carmelitas¹¹⁴.

Um detalhe interessante que vale a pena ser lembrado a respeito da fortaleza da Barra do Rio Negro é que, em 1693, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho afirmava que a mesma já fora importantíssima, mas atualmente estava deteriorada e que havendo apenas dois pedreiros no Pará, não conseguia dar um ponto final a sua construção e manutenção¹¹⁵. Outro detalhe interessante de ser trazido à tona é de autoria do frei Vitoriano Pimentel, em sua jornada pelas missões carmelitanas, em carta endereçada ao Conselho Ultramarino. Ao passar pela fortaleza da Barra do Rio Negro em novembro de 1702, afirmava que:

Neste rio está uma fortaleza, logo acabada, da mão direita, é a última e mais longínqua que temos em todo o sertão; a qual se fez a fim de impedir o comércio dos holandeses do Suriname continua do mesmo forte [forte no rio Essequibo]; porque vi em seu poder machados, facas e espelhos holandeses conduzidos por índios bárbaros dos matos, porque os de Suriname ainda as [ilegível] não chegaram a ter práticas com os índios do rio Negro mais por respeito da distância, que por medo da fortaleza [da Barra do Rio Negro]¹¹⁶

Assim, pelos relatos de dois personagens importantes da virada do século XVII para o XVIII – o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e o Vigário-geral da Ordem do Carmo, frei Vitoriano Pimentel – parece que a fortaleza fora instalada com o firme propósito de barrar as incursões espanholas e holandesas – visão compartilhada por Sweet. Entretanto, sua utilização para esse fim parecia bem difícil pelo seu estado precário, por se localizar na margem direita do segundo rio em volume de água do mundo, onde era quase impossível se enxergar a margem esquerda e por

¹¹⁴ SWEET, *op. Cit.* 1974, p. 320-322.

¹¹⁵ “CCU-Pedro II”. 12/01/1693. AHU, Maranhão, cx. 8, doc. 860.

¹¹⁶ “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. AHU, Maranhão, cx.10, doc. 1082.

último, pela imensa distância que separava as colônias, razão pela qual o propósito original da fortaleza não vingou. Fico tentado a acreditar que a mais distante base portuguesa serviu muito mais como um posto para as tropas que se dirigiam para além, ou seja, para as imensas fronteiras amazônicas com as terras de Castela e de Holanda, assim como, um posto avançado para controle dos índios da região.

Monções e as *drogas*

Já relatei que a monção das tropas que partiam tanto de Belém, quanto de São Luís, geralmente, não tinha uma finalidade única, assim como, as próprias tropas que partiam deveriam ter um caráter plural e exercer vários papéis no sertão. Isso, desde o princípio da colonização do vale amazônico. Não obstante, algumas expedições tiveram um caráter principal em meio a outros objetivos que se tornariam secundários para aqueles sertanejos. Um dos principais motivadores nas expedições era a busca de novas *drogas* no sertão, ou uma busca para encontrar produtos antigos das Índias em solo maranhense.

Um exemplo interessante está em uma carta de 1683, de autoria do governador Francisco de Sá e Meneses, em que relata buscar *drogas* nas terras fronteiriças com os domínios de Castela. Na missiva o governador aponta que quando viera do reino trouxe consigo uma série de “cascas”, que por sua vez estavam entre as especiais da Carreira da Índia. Essas “cascas” foram entregues aos cuidados de principais amigos dos portugueses para que pudessem buscar as mesmas no sertão do Amazonas. Segundo o governador, o português responsável pelas tropas e os índios foi André Pinheiro de Lacerda – que na época estava findando seu período como Capitão-mor de Gurupá. O governador atesta que Pinheiro de Lacerda era a pessoa ideal para o empreendimento pela sua grande amabilidade com os índios e conhecimento do sertão, tendo feito várias expedições naquela conquista, onde encontrou salsaparrilha, árvores de Quina e minas¹¹⁷.

¹¹⁷ “Carta do governador, Francisco de Sá e Meneses, para o rei D. Pedro II, sobre o descobrimento de drogas que mandou fazer no sertão”. 30/12/1683. AHU, Pará, cx. 3, doc. 219. “CCU-Pedro II”. 13/04/1684. AHU, Maranhão, cx.5, doc. 697.

O interessante da missiva é que o capitão André Pinheiro de Lacerda atesta ao governador que o local onde os índios estavam fazendo as diligências e trazendo alguns tipos de “casca” era nas proximidades do “lago dourado”. O governador afirma ainda que André Pinheiro de Lacerda montou uma tropa para ir até o “lago dourado”, mas que a missão foi infrutífera, justamente porque os índios se negaram a ir tão longe, fazendo com que se perdesse o investimento do “Capitão de Gurupá”¹¹⁸. A confiança nas informações de Pinheiro de Lacerda por parte do governador é tão grande que o mesmo sugere ao rei que lhe desse a mercê de capitão dos descobrimentos daqueles rios e da busca de salsaparrilha por um período de cinco a dez anos¹¹⁹. Sobre essa confiança do governador com Pinheiro de Lacerda, Rafael Chamboleyron aponta que o ouvidor-geral do Maranhão, Manuel Vaz Nunes, havia denunciado ao Conselho Ultramarino sobre uma sociedade escusa entre Francisco de Sá e Meneses e André Pinheiro de Lacerda, justamente para retirada desse gênero do sertão¹²⁰.

Durante os anos de 1688 e 1689, o mesmo André Pinheiro de Lacerda comandou uma tropa de resgate que chamou atenção do Conselho Ultramarino por conter pessoas práticas do sertão pelo menos havia sete anos, o que causou muita estranheza ao Conselho¹²¹ já que havia uma proibição para irem ao sertão¹²². Situação essa de proibição que pode facilmente ser encontrada no mandato tampão do loco-tenente Fernão Carrilho como Governador do Maranhão. Carrilho escolheu quatro capitães para acompanharem os missionários no sertão do Amazonas, sendo que os quatro eram conhecidos por causar desordens no sertão, fazendo com que o rei mandasse muito estranhar o ocorrido a Fernão Carrilho por meio do recém-chegado governador Manuel Rolim de Moura¹²³. Ou também na presença de Pedro de Braga e Manoel de Braga¹²⁴ que foram mandados em tropa a serviço do Capitão-mor do Pará, dois sertanejos conhecidos pelos grandes prejuízos que causam no sertão do Amazonas e crimes

¹¹⁸ *Idem*.

¹¹⁹ *Idem*.

¹²⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (Século XVII)”. In: *Outros tempos*, vol. 10, nº 15, 2013, pp. 84-85.

¹²¹ “CCU-Pedro II”. 28/01/1693. *AHU*, Pará, cx.4, doc. 314.

¹²² “Carta régia ao Provedor da Fazenda do Maranhão, sobre se manter o impedimento de mamelucos e forasteiros de irem ao sertão, pelo muito prejuízo que causam ao serviço de Sua Majestade”. Lisboa, 27/10/1702. *AHU*, cód. 268, f. 471.

¹²³ “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre se mandar muito estranhar a Fernão Carrilho”. Lisboa, 08/11/1692. *AHU*, cód. 268, f. 392.

¹²⁴ Manoel de Braga é o Cabo de tropa enviado em 1723 para resgatar índios no Rio Negro, sendo atacado pelos Manao, dando o pretexto ao Governador João da Maia da Gama começar a guerra do Rio Negro contra esta etnia. SWEET, *Op. Cit.* 1974, pp. 525-529.

cometidos anteriormente, o que fez com que o rei também tivesse que estranhar o comportamento do Capitão-mor¹²⁵.

Voltando à tropa de Pinheiro de Lacerda, a mesma também foi a responsável por encontrar e transladar para Belém o missionário jesuíta Samuel Fritz. Mas o interessante sobre essa tropa é que novamente André Pinheiro encontrara ouro e prata enquanto buscava índios e *drogas*, uma mina de ouro foi descoberta no rio Urubu e outra de prata descoberta no rio Jatumã¹²⁶. Em uma sociedade marcada pelo metalismo, André Pinheiro de Lacerda soube muito bem utilizar a sua tropa para propalar a descoberta de jazidas de metais preciosos que nunca deram frutos, a não ser mercês de exploração ao capitão, como a citada anteriormente. Não desdenho da informação de reservas mineiras no território do Maranhão, mas, em espaço de dez anos, André Pinheiro encontrou três minas que não deram nenhum resultado prático. Além das que disse ter encontrado, André Pinheiro também foi incumbido pelo Governador Gomes Freire de Andrade de procurar uma mina de ouro que fora alardeada por Antônio Pereira Galvão, mas que no fim, também foi uma missão infrutífera¹²⁷. Miguel da Rosa Pimentel, que era considerada uma pessoa versada na mineralogia atesta que houve algumas descobertas nesse sentido no Maranhão, mas que nenhuma foi proveitosa¹²⁸.

Ainda sobre a busca de *drogas* na fronteira com as terras de Castela, uma Consulta do Conselho Ultramarino de 1684 traz uma informação interessante. A Consulta que serviu para escolher o novo Capitão-mor do Pará – em que seria escolhido Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Um dos postulantes que apresentou seus papéis ao Conselho foi João Ornelas da Câmara, que constava ser um hábil sertanejo com inúmeras entradas pelo sertão, tendo registrado que foi o responsável pela tropa que impediu o comércio dos Aruans e Ingaibás com os estrangeiros do norte – provavelmente franceses. Mas a informação que mais me chama atenção no documento é o fato de João Ornelas afirmar ter sido o pioneiro na plantação de cacau nas terras de

¹²⁵ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a manutenção dos índios da aldeia Moriceira no exclusivo do reparo das fortalezas”. 30/10/1702. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 223.

¹²⁶ BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010, pp. 470-471. “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre dar conta dos resgates de índios feitos a custa de sua fazenda em 1688 por André Pinheiro de Lacerda”. Lisboa, 07/10/1690. *AHU*, cód. 268, f. 366.

¹²⁷ “Carta do governador Gomes Freire de Andrade para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado deixadas ao seu sucessor”. 19/07/1687. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 263.

¹²⁸ PIMENTEL, *op. Cit.* 2014.

Gurupá, afirmando que trouxe as mudas e a técnica de uma visita que fez as Índias de Castela¹²⁹.

João Ornelas da Câmara também já foi alvo de estudo de Rafael Chamboleyron, que aponta a circulação do sujeito em meados do século XVII. Baseado em papéis escritos para a rainha regente de Portugal em 1660, D. Luísa de Gusmão, Ornelas da Câmara descreve várias *drogas* amazônicas e sua relação com as especiarias das Índias de Castela, inclusive, relatando viagens que fez a ilha da Trindade e a Cuba¹³⁰. Na argumentação de Chamboleyron é levantada a ideia do sujeito se aproveitando do período de União Ibérica para absorver conhecimentos, ideias e rotas que poderiam beneficiar esse comércio.

É absolutamente plausível imaginar uma “herança” castelhana em 1660 com base na União Ibérica – lembrando que a restauração Brigantina ocorreu em 1640 – no entanto, ainda encontramos os sujeitos, sertanejos acostumados com os territórios mais distantes do sertão amazônico, presentes mesmo em finais do século XVII. A circulação de pessoas e ideias em uma conquista tão distante não cessa simplesmente pela coroação de D. João IV. As possíveis redes entre homens práticos do sertão e do comércio ainda podiam existir, principalmente em uma região de fronteira onde ninguém sabia exatamente onde ficava o limite que separava as duas possessões.

Ornelas da Câmara é apenas um exemplo de que a circulação de pessoas e as redes por elas formadas podem ter sobrevivido entre à Amazônia de Castela e a de Portugal. Apesar de missionários como Juan Luzero¹³¹ e Samuel Fritz¹³² serem completamente contrários à colonização portuguesa entre os índios e denunciarem repetidamente os danos que a presença lusitana trazia aos nativos, assim como, o temor, o medo e o receio destes grupos com qualquer chegada de tropas lusitanas, o próprio Samuel Fritz em seu diário aponta uma tropa portuguesa de pessoas “amigas” que os índios recebiam muito bem no ano de 1696, tendo como o seu responsável a Francisco Sousa que estava em busca justamente de cacau. Esse português é quem dá notícias ao missionário sobre a repartição dos distritos missionários no Maranhão, da ordem do rei

¹²⁹ “CCU-Pedro II”. 08/06/1684. AHU, Pará, cx.3, doc. 228.

¹³⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Como se hace en Indias de Castilla’: El cacao entre la Amazonia portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII)”. In: *Revista Complutense de Historia da América*, v. 40, pp. 23-43, 2014.

¹³¹ LUZERO, *op. Cit.* 1986.

¹³² FRITZ, *op. Cit.* 1988.

de mandar escravos da Guiné para o Estado e também de que o padre Samuel seria preso se fosse ao Maranhão¹³³.

A presença de “portugueses amigos” que trazem notícias aos missionários – mesmo com ordens de prisão expedidas contra eles – e são bem recebidos pelos índios, acaba quebrando, de certa forma, a retórica do jesuíta sobre os lusitanos e também pode chamar atenção para as redes de aliança entre portugueses, castelhanos e índios, talvez até envolvidos com o trato do cacau, como é o caso de Ornelas da Câmara que se orgulhava de ter sido o pioneiro da sua cultura em Gurupá. Ornelas da Câmara, como já relatei, acabou perdendo a indicação para Capitão-mor do Pará para Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e a justificativa do Conselho Ultramarino foi de que, apesar de ter uma folha corrida maior que a de Coelho de Carvalho, Ornelas da Câmara era natural da terra, filho dos seus primeiros povoadores e provavelmente não teria imparcialidade para tratar dos assuntos da capitania, já que toda a sua rede de alianças estava na própria região. Talvez seja mais um indício.

Ainda pensando na circulação de pessoas através de uma fronteira fluida, como é a amazônica, consta entre os anexos de uma Consulta do Conselho Ultramarino uma carta de julho de 1692 do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a possibilidade de enviar tropas ao sertão para recolher urucum, que podia ser enviado em grande quantidade para o reino a fim de fazer tintas. A assertiva do governador parte da premissa de informações que ele teve dos franceses que os colonos de Caiena estavam fazendo exatamente a mesma coisa¹³⁴ – como é o caso do cacau das Índias de Castela – o administrador português quer partir da experiência dos vizinhos para incrementar a economia.

A carta do governador também é importante ao tratar da salsaparrilha – a mesma que André Pinheiro de Lacerda queria retirar por dez anos do sertão do Amazonas – segundo o governador, através de um tal João Felipe, teve notícias do quanto a *droga* era abundante nas cercanias do Rio Negro. Tendo essa informação, o governador escreveu ao secretário particular do rei, Roque Monteiro Paim, com o intuito de potencializar essa coleta, que dependia primordialmente do término da fortaleza do Rio

¹³³ *Ibidem*, pp. 338-339.

¹³⁴ “CCU-Pedro II”. 10/01/1693. AHU, Maranhão, cx.8, doc. 859.

Negro para que os colonos tivessem esse insumo de forma mais rápida e mais segura¹³⁵. Como já havia tratado antes, a fortaleza que inicialmente deveria defender dos holandeses e espanhóis, nas mãos do hábil governador Coelho de Carvalho, se transformaria no entreposto das tropas que saíram das monções em Belém.

Tropas de apaziguamento e de resgate de índios no sertão

Como já descrito anteriormente ao falar das missões do Rio Negro e Madeira, algumas vezes os índios se revoltaram contra o estado colonial europeu. Muitas vezes os índios que eram amigos, acabam por quebrar essa aliança por uma série de motivos, ou se revoltaram mesmo para impedir a escravização dos seus pares. Entre os possíveis exemplos existe o caso do Rio Xingu, em que os índios se revoltaram contra os portugueses que iam em busca do cravo na região, fazendo com que uma tropa – comandando por Hilário de Sousa de Azevedo – fosse enviada para ‘pacificar’ a região e garantir aos portugueses a extração desse gênero¹³⁶.

Outro exemplo é a tropa formada, em 1686, com o intuito de apaziguar e sossegar o sertão do Rio Urubu. Segundo consta de informações prestadas pelo Capitão-mor do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, os índios do Urubu atacaram e mataram oito portugueses e quarenta índios amigos dos portugueses que faziam jornadas até o referido rio com o intuito de coletar cravo “de baixo de paz e amizade pela muita quantidade que dele havia nos mesmos sertões”. Segundo a missiva real, os índios além de matar os coletores, atearam fogo em tudo que pertencia a eles, causando grande prejuízo para a Fazenda Real. Esse ataque acarretou em uma ordem régia para que o governador usasse de todos os meios possíveis para castigar e sossegar os índios, para que servisse de exemplo aos outros do rio que fossem contra Sua Majestade¹³⁷.

¹³⁵ *Idem*.

¹³⁶ Sobre a tropa do Rio Xingu ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. “O sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e guerras no Xingu seiscentista”. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (org.). *História do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII-XXI)*. Belém: EdUFPA, 2008, pp. 51-74.

¹³⁷ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre o castigo que deve infligir aos índios no sertão do Urubu e Iluatumá”. 02/03/1686. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 72-73.

Ao que tudo indica, a tropa organizada pelo governador deu bons resultados para Portugal, pois, a partir de uma carta régia se indica que os índios do rio Urubu procuraram o governador do Maranhão e solicitaram que o missionário frei Teodósio Vegas fosse morar entre eles, instruindo-os na fé cristã, como vassalos do rei português¹³⁸. Apesar de a carta não ser datada, acredito que ela foi escrita depois de 1683 e antes de 1688. Depois de 1683, pois ela é assinada pelo rei D. Pedro II – sendo que antes disso seria Príncipe-regente – e antes de 1688, pois nesse ano Samuel Fritz já relata a presença do missionário bem estabelecido entre os índios do Urubu. Portanto, a carta é provavelmente do período em que o apaziguamento foi estabelecido pelos portugueses do Pará.

Ao pensar no noroeste amazônico, temos o exemplo do quanto essas tropas eram necessárias. Em Consulta do Conselho Ultramarino para decidir o escrivão da fazenda, matrícula e almoxarifado, ouvidoria auditoria de guerra da capitania do Pará, consta a presença de D. Thotônia Maria Pacheco, filha de Antônio Pacheco Madureira. O referido Antônio Pacheco foi Cabo-maior das tropas do sertão do Amazonas – o que pode incluir uma infinidade de lugares – participando do sossego de inúmeras aldeias no Amazonas pelo período de vinte e um anos. Entre os conflitos em que participou constam as guerras do Xingu tratadas anteriormente. Ora, Antônio Pacheco recebeu um Alvará real de 28 de março de 1681, em que o rei dispunha de um ofício como dote para a filha de Antônio Pacheco – D. Thotônia Pacheco – no valor do rendimento entre trinta e quarenta mil réis em reconhecimento aos serviços prestados pelo seu pai no apaziguamento e sossego dos “gentios” do rio das Amazonas¹³⁹.

Parece evidente que a pacificação desses índios era bem vista pela coroa, a ponto de o rei assumir o dote em forma de ofício, da filha de um Cabo que serviu nessa lide durante duas décadas. Principalmente se pensarmos na importância da mercê em forma de cargos que existia no mundo português. Em novembro de 1693, o rei escreve ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho no intuito de também agradecer o serviço do governador em organizar uma tropa chefiada pelo Capitão-mor do Pará, Hilário de Sousa de Azevedo, que foi sossegar os índios no sertão do Amazonas, tropa essa que foi fundamental para solidificar a missão do Rio Negro da

¹³⁸ “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre os índios do Rio Urubu que foram até o Pará solicitar missionário para viver entre eles”. Lisboa, Sem data. *AHU*, cód. 268, f. 366.

¹³⁹ “CCU-Pedro II”. 11/02/1686. *AHU*, Pará, cx.3, doc. 254.

Companhia de Jesus. Principalmente, levando em conta que os gentios estavam atacando os brancos da região¹⁴⁰. Sobre esta mesma tropa, o rei também manda agradecer o próprio Hilário de Sousa de Azevedo pelo bom serviço prestado¹⁴¹.

Ainda tratando do sossego dos índios, um evento interessante se desenrolou na fronteira noroeste. Em 1696, o rei escreve uma carta régia ao governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em resposta a uma missiva do governador que afirmava que através de notícias dos índios amigos, soubera que os castelhanos estavam andando no território português. O rei dava conta que o governador obrara bem em mandar o capitão Antônio de Miranda e Noronha – que era conhecido como hábil explorador da região do Tapajós¹⁴² e havia sido o responsável pela escolta do jesuíta Samuel Fritz em 1691¹⁴³ – que fizera uma relação sobre a situação que encontrou e enviou ao rei. O rei ainda afirma ao governador que era essencial que os índios Omágua tivessem missionário português para que se conservassem seus vassalos e dentro dos seus domínios¹⁴⁴.

Sobre esta tropa de Antônio de Miranda, o padre Samuel Fritz escreve em carta ao visitador da Província de Quito que teve notícias da chegada dos portugueses até as aldeias dos Yurimagua, que ficava cerca de trinta léguas acima das aldeias dos Omágua. O padre partiu em 24 de fevereiro de 1695 para encontrar a tropa, mas ao chegar ao local os mesmos já tinham se retirado levando cativos e cacau, o que causou grande consternação entre os Yurimagua, segundo relata o missionário castelhano¹⁴⁵.

As notícias da intensa atividade missionaria reatada por Antônio de Miranda e Noronha, juntamente com as ordens reais devem ter alarmado o governador Coelho de Carvalho que empreendeu uma jornada de Belém até o Rio Negro acompanhado dos

¹⁴⁰ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a tropa que foi ao sertão do Amazonas a cargo do Capitão-mor do Pará”. 28/11/1693. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 147.

¹⁴¹ “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre mandar agradecer ao Capitão Hilário de Sousa de Azevedo pela ação da tropa que foi ao sertão do Amazonas”. Lisboa, 24/11/1693. *AHU*, cód. 268, f. 401.

¹⁴² Gomes Freire de Andrade em sua carta ao deixar o governo do Estado em 1687 diz que Antônio de Miranda e Noronha é um dos grandes conhecedores do sertão do Tapajós. “Carta do governador, Gomes Freire de Andrade, para o rei D. Pedro II, sobre as informações relativas ao governo do Estado”. 19/07/1687. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 263.

¹⁴³ FRITZ, *Op. Cit*, 1988, p. 319.

¹⁴⁴ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a notícia de andarem os castelhanos pelos sertões e que se ponha todo o cuidado para se praticarem os índios daquela parte por missionários portugueses”. 06/02/1696. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 160.

¹⁴⁵ FRITZ, Samuel. “Carta del P. Samuel al P. Diego Francisco Altamirano, visitador de la Provincia de Quito, en que se refiere lo sucedido en la mision de Omaguas, Yurimaguas, etc., desde setiembre de 1693 hasta fines de julio de 1696”. In: MARONI, *Op. Cit*, 1988, pp. 335-336.

principais oficiais da administração do Estado¹⁴⁶. Além disso, o governador deu posse aos Carmelitas das missões do Solimões e do Negro com intuito de barrar o avanço missionário espanhol. Ao dar posse dessas missões, o governador solicitou a frei Manuel da Esperança que fosse até os limites portugueses ter com o padre Samuel, como está relatado em sua relação da jornada¹⁴⁷. Sobre essa viagem eu gostaria de me deter melhor no próximo capítulo.

Toda essa situação gerou uma consulta no Conselho Ultramarino com vistas a discutir a ação do padre Samuel Fritz, o qual, segundo o governador, continuava entrando nos domínios que seriam da coroa de Portugal para aliciar os índios Omágua e Coxiguares a subir para sua missão e que caso voltasse acontecer, e decidir quais medidas o governador deveria tomar. Na consulta consta um requerimento de Fritz, endereçado ao rei de Portugal em que afirma que desde 1688 tinha atuado naquela região sem nenhum prejuízo para coroa de Portugal e que na verdade, eram os portugueses que estavam invadindo os domínios de Castela. O padre afirma que os domínios de Castela se estendiam até o Rio Negro e caso não cessassem as tropas portuguesas, ele voltaria com soldados espanhóis. Ao Conselho, com a contribuição de Gomes Freire de Andrade, pareceu indicar que o rei escrevesse ao governador para que caso Fritz fosse novamente encontrado em seus territórios, fosse preso e mandado a ferros para o reino¹⁴⁸.

Conclusão

A argumentação presente neste capítulo vincula-se principalmente à relação entre índios e europeus. Nádía Farage consagrou a ideia dos índios “como muralhas do sertão”, frase, escrita inicialmente pelo rei D. Pedro II¹⁴⁹. A região dos rios Solimões e Negro foi palco do embate entre missionários espanhóis e portugueses em busca da supremacia das alianças com os índios, que como habitantes iniciais das localidades, nem sempre aceitaram de bom grado as alianças, se insurgindo contra os aliados de

¹⁴⁶ “CCU-Pedro II”. 14/11/1697. *AHU*, Maranhão, cx.9, doc. 949.

¹⁴⁷ “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], ff. 120-126v. Biblioteca da Ajuda. Codex 51-VII-27.

¹⁴⁸ “CCU-Pedro II”. 12/11/1697. *AHU*, Pará, cx.4, doc. 340.

¹⁴⁹ FARAGE, Op. Cit. 1986.

ocasião – portugueses e espanhóis – como é o caso dos Omágua que souberam se aproveitar bem da disputa dos dois Estados.

As insurgências acabaram aumentando a necessidade de tropas dos dois Estados, apesar de que as espanholas foram em menor medida. No entanto, as tropas portuguesas estiveram sempre presentes desde o começo do século XVII. Pretextos de resgates de nativos e a busca desenfreada por novas possibilidades econômicas – minerais ou naturais – fizeram com que a presença de tropas portuguesas fosse constante na região, assim como, a presença de algumas poucas fortificações que inicialmente deveriam impedir a entrada de estrangeiros, mas que na verdade serviram de base para a busca de *drogas* e forma de controle dos índios.

Sobre as fortificações, apesar de não ter me debruçado com mais calma neste capítulo, gostaria de agora tecer algumas palavras. É inegável que as fortificações são pensadas principalmente em função de inimigos estrangeiros, como é o caso das fortificações levantadas no Cabo do Norte¹⁵⁰. Não obstante, as mesmas fortificações do Cabo do Norte deveriam servir para construir alianças com os índios, se possível, com uma missão religiosa ao redor da mesma, como são os casos da missão dos índios Tucupás dos padres de Santo Antônio¹⁵¹ e de Gurupá, que inclusive, levou ao um período de animosidade entre jesuítas e Capuchos da Piedade¹⁵².

No Rio Negro a situação se diferencia um pouco. Como já relatei no capítulo, as próprias autoridades coloniais tinham conhecimento de que a fortaleza não defendia de invasões estrangeiras, inclusive, o capitão-engenheiro do Maranhão, Pedro de Azevedo Carneiro, destaca que a fortaleza fora construída em terreno absolutamente impróprio¹⁵³.

¹⁵⁰ “Carta régia a Antônio de Albuquerque Coelho, sobre a jornada que o mesmo fez ao sertão do Cabo do Norte”. 23/03/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 95-96.

“Carta régia ao Provedor da Fazenda Real do Pará, sobre as fortificações do Cabo do Norte”. 23/03/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 96.

“Carta de Gomes Freire de Andrade ao Rei D. Pedro II, sobre várias informações relativas às fortalezas do Pará”. 07/12/1695. *AHU*, Maranhão, cx.8, doc. 896.

“Carta do Governador Arthur de Sá e Meneses ao Rei D. Pedro II, sobre a construção de fortalezas e Casas Fortes no Cabo do Norte”. 19/09/1687. *AHU*, Pará, cx.3, doc. 267.

“CCU-Pedro II”. 13/09/1690. *AHU*, Pará, cx.3, doc. 282.

¹⁵¹ “Carta régia ao Governador do Maranhão, sobre os locais indicados para a construção de fortificações no Cabo do Norte”. 24/02/1686. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 71-72.

¹⁵² MATOS, Frederik Luiz A. de. “Conflitos internos: tensões entre jesuítas e capuchos da Piedade no rio Xingu (séculos XVII-XVIII)”. In: OLIVEIRA, Anderson José M. de; MARTINS, William de Souza (org.). *Dimensões do catolicismo no Império português* (Séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 79-108.

¹⁵³ “CCU-Pedro II”. 18/11/1697. *AHU*, Maranhão, cx.9, doc. 950.

A fortaleza, em si, servia muito mais como base de amizade, alianças, trocas e comércio indígena do que como defesa de inimigos externos, assim como, também serviu como posto avançado das monções que anualmente saíam de Belém.

Fernanda Bombardi aponta que fortalezas como do Parú e do rio Negro foram essenciais para o avanço português para os rios Solimões, Tocantins e Madeira. A mesma autora defende que as fortalezas serviram como base após um primeiro impulso de conquista espiritual empreendido pelos missionários. Esse movimento religioso-militar teria como principal propósito o domínio de regiões distantes onde outros estados europeus pareciam ter um conhecimento mais avançado. Os resultados desse impulso logo se fizeram notar ao perceber a extensa faixa de terra sob controle português no século XVIII¹⁵⁴. A melhor forma de exercer esse controle é justamente com o auxílio e aliança dos índios, sobretudo os Omágua, numerosos e belicosos na fronteira entre as terras de Castela e de Portugal.

A melhor forma de sintetizar o pensamento com relação à ocupação dessa fronteira noroeste, que se faz basicamente através da redução do gentio e das passagens regulares de tropas – com alguns estabelecimentos fixos, como é o caso da fortaleza do rio Negro – é através do discurso de um dos mais hábeis administradores coloniais lusitanos do Maranhão, Gomes Freire de Andrade. Após deixar o governo do Estado em 1687, Gomes Freire vai se tornar uma espécie de consultor do Conselho Ultramarino em assuntos referentes ao Maranhão. Sempre que havia uma demanda envolvendo o Estado, a opinião do militar era requisitada. Segundo Rafael Chambouleyron, mesmo após Gomes Freire de Andrade deixar o governo do Estado e assumir vários outros cargos na máquina administrativa portuguesa, por insistência do próprio D. Pedro II, sempre que havia demandas sobre o Maranhão, a opinião de Gomes Freire era requisitada, sendo o seu nome recorrente em Consultas do Conselho Ultramarino e no Conselho de Guerra no que tange ao Maranhão¹⁵⁵.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, referente às medidas que se deviam tomar sobre o descobrimento de novas *drogas* no ano de 1696,

¹⁵⁴ BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, pp. 71-78.

¹⁵⁵ CHAMBOULEYRON, Rafael. "O 'Regimento para Gomes Freire, governador do Maranhão'". In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 169, nº 439, abr/jun 2008, pp. 406-407.

novamente a opinião do ex-governador é solicitada. Em carta, Gomes Freire de Andrade relata sobre notícias da chegada de tropas portuguesas até a cidade de Borja na *Gobernación de Maynas*, fato que é repetidamente retratado no diário de Samuel Fritz. Essa conexão entre o Pará e o Peru chama atenção de Gomes Freire que aponta que o melhor caminho entre as terras de Castela e de Portugal é através do rio Madeira, por onde missionários portugueses conseguiram chegar até Santa Cruz de La Sierra¹⁵⁶.

Gomes Freire ainda fala do quanto era recorrente as tropas portuguesas irem até as terras de Castela ter com os índios que lá habitavam. Sobre isso, o ex-governador afirmava que era necessário que fossem feitas povoações portuguesas nessa região, assim como os castelhanos tinham feito, caso contrário seria impossível manter a posse. Gomes Freire relata novamente a necessidade de fortificações na fronteira, mas que viessem sempre com povoações portuguesas, a fim de manter a posse definitiva. Ao tratar dessas povoações portuguesas, o militar lusitano alerta que devia ser feita amizade com os índios, tentando sempre tirar deles todo o conhecimento sobre a região e possíveis atrativos econômicos¹⁵⁷.

Sobre esses índios com quem se devia manter amizade, Gomes Freire relata que os portugueses tinham conhecimento que se encontravam aldeados do lado castelhano da fronteira e que se achavam como fieis aliados do Rei Católico, sobretudo, por naquela repartição serem considerados livres e amigos dos capitães castelhanos que por ali passavam. Gomes Freire se mostra bastante incomodado e receoso com essa comunicação entre o Pará e as terras de Castela, principalmente com as alianças dos índios e os castelhanos que podiam subitamente tentar reaver a posse dessas terras em favor do Rei Católico¹⁵⁸.

No fundo, Gomes Freire de Andrade resume muito bem as políticas implementadas e o pensamento lusitano, assim como os movimentos castelhanos na região. Acredito que o ex-governador sintetizou o que tentei abordar neste capítulo com relação à ocupação. Uma ocupação feita por meio de missionários e tropas, sobretudo, com o fim de manter os índios do lado de um ou de outro lado da fluida fronteira amazônica. Os objetivos eram a posse do território e o aumento de capacidade econômica, mas os meios utilizados todos tinham as alianças com os índios o seu

¹⁵⁶ "CCU-Pedro II". 13/01/1696. AHU, Maranhão, cx.9, doc. 907.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

principal motor, como revelam os receios de Gomes Freire de Andrade. Assim como Wania Viana concluiu em sua dissertação, as tropas, as fortificações e o movimento ao sertão não visavam um inimigo externo, mas, sobretudo o receio do inimigo interno e a movimentação das alianças dos indígenas dentro do próprio Estado¹⁵⁹.

¹⁵⁹ VIANA, Wania Alexandrino. *A "gente de guerra" na Amazônia colonial: composição e mobilização das tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do Século XVIII)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

Capítulo III – Os conflitos na fronteira

Naturalmente, após tratar das formas como os Estados ibéricos ocupam a fronteira noroeste amazônica, lugar habitado por um grande número de grupos étnicos indígenas, deve chamar atenção que o encontro entre as áreas de interesse, tanto indígenas, quanto luso-castelhanas, acabavam gerando tensões entre as partes. Ao longo dos últimos capítulos tenho procurado demonstrar que o ímpeto catequizador da Companhia de Jesus de Quito, em contrapartida às monções regulares que vinham de Belém e, que se utilizando da estrutura militar e eclesiástica – leia-se ‘missões religiosas’ – acabavam fluindo uma em direção a outra, dando os contornos do que seria a “fronteira-zona¹”, ou seja, a interseção entre os vários mundos, os vários sertões do noroeste amazônico.

Em sua tese de doutorado, Carlos Bastos² demonstra que a região do noroeste amazônico continuou problemática mesmo um século depois do período tratado nesta pesquisa, ou seja, durante a virada do século XVIII para o XIX – em outras palavras, durante a transformação da colônia em império. Tenho convicção que os problemas envolvendo os dois estados coloniais no noroeste amazônico – que não é novo – toma dimensões novas e se intensifica nesse período de virada do século XVII para o XVIII. Não me refiro especialmente ao conflito com os grupos nativos, pois, este tipo de conflito já havia se iniciado desde as primeiras entradas ibéricas na Amazônia, ainda no século XVI³.

Não obstante, os grupos nativos serão o motor do conflito, que muito mais que político-militar, vai se desenvolver em torno das alianças – e da escravização – com o maior tesouro que os ibéricos encontraram na Amazônia, os índios. A política de expansão da Missão de Maynas, a partir da chegada do padre Samuel Fritz, que atuava

¹ BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, 2013, pp. 28-29.

² BASTOS, Op. Cit. 2013.

³ CRUZ NETO, Raimundo Marques da. *Em busca das províncias grandiosas: As entradas espanholas quinhentistas na fronteira oriental dos Andes centrais (1538-1561)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

entre os rios Napo e Negro, é claramente uma forma de arregimentar os índios de uma região em litígio, em favor do rei espanhol. Mais do que isso, a expansão de Maynas é a resposta espanhola ao avanço sistemático dos lusitanos, a partir de meados do século XVII, das regiões do sertão do rio Negro em diante, causando grande prejuízo aos interesses castelhanos e anexando com base nas fortificações, uma parte do território amazônico muito maior do que Tordesilhas permitia – como já explicitarei no primeiro capítulo.

Nesse quadro, pretendo analisar neste capítulo a intensificação das contendas na fronteira noroeste da Amazônia, fronteira que em sua grande extensão esteve ocupada ao longo de muitos anos por diversos grupos que tiveram que lidar, resistir ou se adaptar aos ibéricos que se apresentavam com seus desígnios próprios para a região. É importante deixar claro que nesse primeiro momento, não existe um conflito militar entre os Estados ibéricos, mas sim, pontos de tensão envolvendo as tropas portuguesas e, principalmente, as missões carmelitanas portuguesas e a Companhia de Jesus em Maynas. O conflito militar chegou a acontecer, mas em um período posterior do que o abarcado nessa pesquisa.

Organização militar

A organização militar no noroeste amazônico foi basicamente por parte dos lusitanos, apesar de que não se deve excluir como forma de defesa os vários *pueblos* de índios que a Companhia de Jesus em Maynas criou ao longo da calha de diversos rios, algo que também é considerado como uma forma de organização e defesa militar. Já aventei nos capítulos anteriores a posição de Fernanda Bombardi com relação à posição predominante de fortificações como do Parú e do rio Negro para o avanço português em direção ao Solimões, Madeira e Tocantins, principalmente no que diz respeito ao tráfico de escravos indígenas.⁴ Outro autor que também demonstra a primazia militar da

⁴ BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, pp. 71-78.

construção da fronteira é Christian Purpura, na sua ideia de linha de defesa no sentido leste-oeste, baseada na construção de fortificações⁵.

No entanto, apesar das ideias baseadas na presença de fortificações que impulsionam o avanço lusitano sob essa fronteira, havia muitos percalços a serem corrigidos. Em 1689, o governador do Maranhão, Arthur de Sá e Meneses, enviou uma missiva ao monarca reclamando da falta de munições e pólvora – a pólvora é um problema recorrente em todo século XVII, principalmente pela umidade amazônica que estragava as reservas – assim como, a falta de armamento para suprir as companhias de ordenanças do Pará. Diz mais, que os estoques que existem na capitania são fruto do investimento privado dos moradores do Pará, que possivelmente estão preocupados com a sua própria segurança⁶.

Mas o governador Arthur de Sá e Meneses já tinha conhecimento da precariedade de alguns itens no Maranhão mesmo antes de embarcar de fato como governador. Em uma consulta do Conselho Ultramarino sobre a nomeação de Arthur de Sá e Meneses como governador, encontramos entre os anexos a correspondência do administrador com o Conselho antes do mesmo embarcar. Em uma de suas correspondências, Meneses refere-se ao conhecimento que já havia tomado sobre o Maranhão, que era uma conquista muito dilatada e com pouquíssimas munições, que facilmente perdiam a utilidade devido o clima úmido – como mencionado há pouco – que fazia com que o governador soubesse que haveria de conservar bem os seus depósitos. O governador também alerta da necessidade de mais armas para o Estado, tendo em vista a necessidade de garantir o comércio das drogas – o que faz pensar nos perigos internos e externos do comércio – assim como fala dos cuidados que se deve ter com os estrangeiros na conquista⁷.

Ao relatar todas essas situações, o governador que estava embarcando para o Maranhão, solicita ao rei para que envie junto dele o maior número de armas, de preferência espingardas, que segundo dizia, era a melhor opção para a guerra ofensiva e defensiva. Pede também a maior quantidade de pólvora possível para ser embarcada. O

⁵ PURPURA, Christian. *Formas de existência em áreas de fronteira*. A política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁶ “Carta do Governador, Arthur de Sá e Meneses, sobre a falta de armas e munições no Pará”. 04/11/1689. AHU, Pará, cx. 3, doc. 275.

⁷ “CCU-Pedro II”. 06/09/1686. AHU, Maranhão, cx. 7, doc. 746.

governador salienta que existem poucas guarnições operando no Estado do Maranhão, o que lhe leva a solicitar que o rei ordene que a companhia que viajou com Gomes Freire de Andrade para apaziguar o Estado continue assentada no Maranhão – cerca de 80 soldados. De todos os pedidos feitos pelo governador ao embarcar do reino para o Estado, pareceu ao Conselho Ultramarino satisfazer quase a totalidade de seus pedidos, sendo que, o único negado foi à permanência da companhia que estava a serviço de Gomes Freire de Andrade, pela razão que eles por terem servido bem ao rei, não podiam ser castigados em ficar em conquista tão distante⁸, mas que, no lugar desses, o governador levaria 40 soldados consigo.

Já no anos de 1690, encontramos uma consulta do Conselho Ultramarino a respeito da arrumação das companhias de ordenanças no Estado do Maranhão. Na consulta consta uma carta do sucessor de Arthur de Sá e Meneses, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, em que afirma da grande dificuldade em organizar as companhias de ordenanças, sobretudo no Pará. Um dos fatores levantados pelo governador é a grande distância em que habitam os moradores, embrenhados sertão adentro em seus negócios, onde existe uma grande dificuldade para se trabalhar a terra, o que faz com que os moradores não possam participar de exercícios militares e suprir os postos⁹.

Dois anos depois, encontramos novamente a mesma tópica em pauta pelo governador do Maranhão. Em carta escrita em junho de 1692, o governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, aponta um grave problema do Estado do Maranhão, a falta de soldados e de armamentos nas praças do Estado, solicitando auxílio ao monarca para corrigir a situação¹⁰. Em 1696, D. Pedro II escreve ao governador do Maranhão prometendo o envio de armas e munições para os soldados aquartelados no Maranhão, tendo em vista os reiterados pedidos do Maranhão nessa matéria¹¹. No ano seguinte o rei D. Pedro II escreve nova missiva ao governador, desta feita, o rei fala sobre as armas e munições relatadas na carta anterior e, também, trata sobre o bom serviço que obrou

⁸ Como indica em: CHAMBOULEYRON, Rafael. “Recrutamento e degredo na Amazônia seiscentista”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley. (org.). *História militar da Amazônia: guerra e sociedade* (Séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015, p. 79.

⁹ “CCU-Pedro II”. 16/11/1690. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 283.

¹⁰ “Carta do Governador, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a falta de soldados e armas na Praça do Maranhão”. 23/06/1692. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 299.

¹¹ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a falta de armas e munições para os soldados do Maranhão” Lisboa, 07/01/1696. *AHU*, cód. 268, f. 413.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho no conserto das armas que haviam no Estado¹².

Em sua tese de doutorado, Rafael Ale Rocha aponta um caminho para esse inconveniente da falta de soldados lusitanos no Maranhão. O autor coloca que diferente de outras partes do Império – como as guerras com os holandeses, por exemplo – os índios foram à mão-de-obra preponderante na organização militar do Maranhão, em contrapartida de tropas pagas e milícias, que eram a maioria em outros lugares. Sendo assim, o *grosso* dos participantes das monções e entradas que se faziam no sertão eram basicamente indígena, o que leva Rocha a uma de suas premissas básicas, de que os escolhidos para os cargos de oficial no Maranhão deveriam ter em sua folha de serviços algum grau de contato e trato com os índios, que representavam a grande maioria das tropas.¹³

O quadro apresentado pela documentação é de bastante lastima para a organização militar do Maranhão, especialmente se pensarmos no Maranhão como um espaço limítrofe tanto com as possessões de Castela – que é o nosso foco – quanto com as possessões francesas da Guiana. Em sua dissertação de mestrado, ao estudar a primeira metade do século XVIII, Wania Viana, ainda consegue expor muito da situação maranhense do século XVII. Segundo a autora, existe uma precariedade na estrutura das fortificações e dos fortins construídos na Amazônia, assim como, a especificidade da natureza amazônica agia de forma severa contra os tipos de construção com as quais os portugueses estavam habituados. Os regimes de chuvas intensas e cheias dos rios prejudicavam de forma acentuada as condições de utilização das praças fortes desde o século XVII¹⁴. Ainda segundo Viana, havia uma falta crônica de soldados para a defesa do Maranhão, situação agravada pelas muitas fugas dos

¹² “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre o envio de munições para os armazéns do Maranhão e do bom trabalho do governador com relação às armas” Lisboa, 09/01/1697. *AHU*, cód. 268, f. 420.

¹³ ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas* (Século XVII). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

¹⁴ VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização das tropas pagas na Capitania do Grão-Pará* (primeira metade do Século XVIII). Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013, pp. 22-23.

soldados aquartelados para o sertão¹⁵, o que reforça a tese de Rocha, apresentada anteriormente.

Apoiada nas explicações de Pedro Puntoni, Wania Viana afirma que Portugal só constituiu uma força militar regular a partir da sua restauração em 1640, ou seja, no período compreendido nesta pesquisa, o exercito regular português ainda era muito jovem, contando com mínimo de 45 anos. A partir das informações de Viana, fica claro que o Estado português não participou da chamada “revolução militar” das forças terrestres europeias durante o século XVII¹⁶. Inferindo as colocações de Viana, podemos imaginar que esses seriam os motivos – ou pelo menos alguns deles – que levaram ao quadro de penúria propalado pela administração colonial, com relação a sua organização militar. Além desses problemas, as doenças que com frequência provocavam surtos na região também foram fatores para os problemas militares na Amazônia, como atesta uma missiva real, em que D. Pedro II se refere ao envio de soldados da Ilha da Madeira ao Maranhão para fazer frente às muitas mortes que um surto de “bexigas” provocou¹⁷.

Em outro exemplo, ainda no ano de 1697, o rei escreve ao governador do Maranhão relatando a sua preocupação com o atraso do pagamento dos soldos aos soldados do Maranhão, ordenando-lhe que realizasse o pagamento com a maior brevidade possível. O pagamento deveria ser realizado através de gêneros e *drogas*, já que não havia moeda corrente em circulação na Fazenda Real do Maranhão. A preocupação do rei se exprime, diz a carta, pelo fato dos soldados das fortificações estarem a dois anos sem receber os seus soldos¹⁸, algo muito perigoso para uma posição limítrofe.

Inegavelmente a coroa portuguesa tentou suprir o Maranhão com soldados, como indica Rafael Chamboleyron, que, tratando sobre o envio compulsório de soldados ao Maranhão, destaca a grande presença de degredados entre os alistados, assim como, de moradores das ilhas atlânticas, perfazendo grandes levadas de colonos enviados através da Fazenda Real com o intuito de suprir o Estado de soldados. O autor

¹⁵ Idem.

¹⁶ Ibidem, p. 23.

¹⁷ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre o envio de cem soldados ao Estado do Maranhão, devido à escassez provocada pelo surto de bexigas” Lisboa, 14/02/1697. *AHU*, cód. 268, f. 423.

¹⁸ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre se mandar pagar o soldo em atraso de soldados e cabos do Maranhão” Lisboa, 07/12/1697. *AHU*, cód. 268, f. 429.

ainda destaca que essa não é uma exclusividade portuguesa, mas que vai se acentuar bastante em Portugal do Antigo Regime, devido a sua legislação e pelos reiterados pedidos das autoridades coloniais¹⁹. Em suas pesquisas, Chambouleyron afirma, contudo, com relação às levas de imigrantes patrocinados pela coroa portuguesa, que nem todos foram soldados, ou degredados, mas muitos foram simples colonos em vistas de povoar o imenso território do Maranhão²⁰, em grande medida entre estes, estavam os soldados para tentar desfazer a penúria militar do Estado.

Além de soldados, a Coroa também tentou levar a máquina de guerra do reino ao Maranhão, no que diz respeito à artilharia. Em consulta do Conselho Ultramarino de 1691, tratando sobre a falta de artilheiros e de artilharia no Maranhão, os conselheiros do Ultramarino argumentam que a falta de artilheiros se dá também pela necessidade sempre crescente de novas fortificações, razão pela qual se pede novos artilheiros e artilharia. Conforme os anos vão se passando, as monções portuguesas conseguem avançar junto rumo ao sertão, fazendo com que sempre seja latente a necessidade de novas fortificações. Na presente consulta existia o medo de invasões estrangeiras, mas principalmente, havia o medo de que os índios pudessem atacar também, fazendo com que o rei ordenasse que se enviassem artilheiros e artilharia para o Maranhão. Mais ainda, os artilheiros que fossem ao Estado deveriam obrigatoriamente ensinar o ofício aos jovens da terra, a fim de que as futuras necessidades fossem supridas²¹.

Diante da situação de penúria que as tropas viviam no Maranhão, Viana aponta para o sobressalto da participação indígena nas atividades militares – inclusive registrando que as fontes costumam silenciar sobre os indígenas nas tropas – sendo que, com as grandes dimensões territoriais encontradas no Maranhão, apenas grandes contingentes militares teriam condições de se sobressair contra inimigos externos e/ou internos, razão que leva Viana a concluir que a presença indígena é significativa, comparada ao diminuto número de soldados pagos²², o que podemos complementar com a visão de Rafael Rocha sobre os contingentes indígenas no Maranhão²³. Nesta

¹⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. “Recrutamento e degredo na Amazônia seiscentista”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley. (org.). *História militar da Amazônia: guerra e sociedade* (Séculos XVII-XIX). Curitiba: Editora CRV, 2015, pp. 73-84.

²⁰ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010, pp. 29-76.

²¹ “CCU-Pedro II”. 03/09/1691. *AHU*, Maranhão, cx. 8, doc. 841.

²² VIANA, Op. Cit. 2013, pp. 134-139.

²³ ROCHA, Op. Cit. 2013.

situação, acredito que o mesmo vale para a fronteira noroeste amazônica, onde os portugueses se valiam principalmente dos grupos indígenas para sua proteção. Apesar de se tratar de outra região, que não a estudada aqui, mas também por ser uma região de fronteira, acredito que o exemplo a seguir seja interessante.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino para o rei D. Pedro II, em referência a outra consulta da Junta das Missões acerca dos índios do Maranhão, encontramos a informação entre os anexos, da forte presença indígena na defesa da fortaleza de Macapá. Segundo a documentação, um contingente expressivo de índios (cujo número não é informado) foi deslocado de várias aldeias no sertão para servir de infantaria de guerra no Cabo do Norte, tendo como objetivo barrar a entrada de qualquer estrangeiro no Maranhão²⁴. Apesar de se tratar da fronteira com os franceses, a situação pode ter se repetido em qualquer parte do Maranhão, com a arregimentação de uma grande quantidade de índios que servissem de infantaria, garantindo um número mínimo de soldados aos portugueses, mesmo que os índios não entrassem na soma de tropa paga, como já alertou Viana.

Quando me referi há pouco sobre a possibilidade de que os índios podiam vir de qualquer parte do Estado para salvaguardar as suas fronteiras, quero reafirmar que realmente aconteceu. De fato, em um ofício do governador do Maranhão, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, ao presidente do Conselho Ultramarino, Francisco de Távora, Conde de Alvor, datado de setembro de 1700, o governador relata novamente a falta de artilharia no Maranhão e Pará – reafirmando a tópica da penúria das tropas – assim como, relatando que as munições que chegaram ao Estado junto de Fernão Carrilho eram insuficientes, sendo ainda divididas entre o Maranhão e o Pará. Mas um dos itens mais interessantes é que o governador, vivenciando ainda o clima de confronto contra os franceses, aguardava o envio de tropas formadas por índios do Ceará que serviriam como infantaria no Maranhão e Pará²⁵. A vinda dos índios do Ceará reafirma a mobilidade desse tipo de tropa frente à necessidade das fronteiras, sejam elas ao noroeste, ou ao nordeste amazônico.

²⁴ “CCU-Pedro II”. 22/11/1699. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 358.

²⁵ “Ofício do Governador, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, ao presidente do Conselho Ultramarino, Francisco de Távora, sobre a falta de artilharia no Maranhão”. 04/09/1700. *AHU*, Maranhão, cx. 10, doc. 1006.

Pensando em toda a situação envolvida na organização militar, podemos conjecturar que as tropas indígenas preponderaram durante o período colonial, como alguns casos na documentação destacam. Por outro lado, é impossível imaginar as tropas indígenas sem a presença de portugueses ou de mamelucos para levar os desígnios ibéricos. Nesse caso, acontecia que o verdadeiro poder militar português deveria residir nos sertanejos que singravam a Amazônia com suas tropas, nos regimes de monções, homens práticos do sertão que faziam alianças com os indígenas e mantinham aliados aos portugueses os grupos que garantiam a posse de regiões tão distantes, ou seja, a verdadeira força bélica portuguesa.

Esses sertanejos, além dos desígnios imperiais, estavam totalmente imbricados com os poderes locais, sendo então muito mais próximos às redes locais do Maranhão, como demonstra Rafael Chambouleyron²⁶ ao tratar do caso de André Pinheiro de Lacerda. Através dos seus serviços no interior dessas redes locais, esses sertanejos pleiteavam as mercês reais. Talvez então, o local fosse muito mais preponderante na defesa do Estado.

Wania Viana aponta ainda a incapacidade financeira da coroa em gerenciar as defesas militares do Maranhão, já que sempre havia reparos a se fazer e ausência de metais para que os reparos fossem devidamente feitos²⁷. O que reforça ainda mais a ideia de que foram os locais em sua esfera de influência os responsáveis. Outro exemplo interessante, desta feita, fora do Maranhão, é o apresentado por Paulo Possamai, sobre a fortaleza dos Reis Magos, tomado dos portugueses pelos holandeses durante as “guerras holandesas” com relação a qual, após a sua recuperação pelos lusos, não houve cabedal da fazenda real para a sua reconstrução, se tornando muito mais um símbolo do que efetivamente um elemento de defesa do território²⁸, o que talvez muito pudesse ter acontecido com os fortins do Maranhão.

²⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. In: *Outros Tempos*, vol. 10, nº 15, 2013, pp 79-99.

²⁷ VIANA, Op. Cit. 2013, pp. 27-28.

²⁸ POSSAMAI, Paulo. “A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. Estudos de História Militar na Idade Moderna. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 225-231.

Defesa da Fronteira

Em 1685, o governador Gomes Freire de Andrade escreveu uma carta ao Conselho Ultramarino, a respeito dos modos mais convenientes de se preservar a posse dos sertões portugueses. A carta trata dos “sertões portugueses”, logo, o governador fala especificamente do trato de uma região diferente das vilas e cidades como Belém e São Luís – como já havia explicado no primeiro capítulo. A carta inicia referindo-se de uma correspondência que o governador havia recebido em 1684, por parte do rei, solicitando informações de qual seria a melhor forma de proceder à defesa do Cabo do Norte contra estrangeiros, se através de povoações, ou através de fortificações²⁹.

Além do questionamento a respeito das povoações e fortificações, o rei também perguntava a respeito de quais seriam os possíveis interesses dos portugueses naqueles sertões, a qualidade do gentio que habita e da possibilidade de alianças entre estes gentios e, principalmente, os franceses que habitam em Caiena³⁰. Para Gomes Freire de Andrade, toda aquela “fronteira norte” é de propriedade dos portugueses, portanto, deveriam barrar qualquer entrada de estrangeiros; sendo também o gentio daquelas partes muito numeroso, pois, as terras do “norte” são férteis e alagadiças; Segundo o governador, do Araguari até Caiena não existe nenhuma povoação e que se for o caso de construir uma fortaleza na região, o melhor lugar é um sitio chamado “torrego”³¹»³².

Alguns dias antes de Gomes Freire de Andrade escrever a carta citada anteriormente, o Conselho Ultramarino se reuniu com o objetivo de solucionar um problema envolvendo uma situação semelhante à apresentada pelo governador. Na Consulta existe a informação, passada através dos padres capuchos e de soldados em Gurupá, de que os franceses de Caiena estão passando para o Maranhão para fazerem escravos indígenas³³. Uma das respostas dos portugueses para essa situação é o apoio às

²⁹ “Carta do Governador, Gomes Freire de Andrade, ao Conselho Ultramarino, sobre os meios mais convenientes de preservar os sertões portugueses”. 15/10/1685. *AHU*, Maranhão, cx. 6, doc. 727.

³⁰ *Idem*.

³¹ Segundo constam informações, o sitio chamado de “Torrego” era uma antiga fortificação construída no atual Estado do Amapá, pelo comerciante irlandês James Purcell, em associação ao capital holandês, com o objetivo de estreitar as redes comerciais com os índios da Amazônia. ALBUQUERQUE, Marcos. “Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá”. In: *Revista Da Cultura*, Rio de Janeiro, ano VIII, nº 14, Jun. 2008, p. 40-46

³² “Carta do Governador, Gomes Freire de Andrade, ao Conselho Ultramarino, sobre os meios mais convenientes de preservar os sertões portugueses”. 15/10/1685. *AHU*, Maranhão, cx. 6, doc. 727..

³³ “CCU-Pedro II”. 12/10/1685. *AHU*, Maranhão, cx. 6, doc. 723.

obras da fortaleza de Araguari, com o objetivo de barrar essa entrada³⁴. Ainda sobre a situação de franceses entrando no Maranhão, também ganha eco em uma carta do Capitão-mor do Pará, em janeiro de 1685. O então capitão na época, Marçal Nunes da Costa, escreveu ao rei, D. Pedro II, a respeito de informações passadas pelos franciscanos responsáveis pelos Aruans, que os franceses planejavam atacar o Pará com o auxílio de gentios daquela parte³⁵.

Podemos conjecturar que o capitão Marçal Nunes da Costa escreveu ao rei sobre a suposta aliança entre índios e franceses com objetivos escusos, que não os da defesa do território, principalmente, se pensar em como os índios são a força impulsionadora do Estado do Maranhão e o seu controle disputado por todos. Não obstante, a intenção de analisar essa documentação não diz respeito às possíveis manobras legais para o controle indígena. De fato, essas cartas e consultas demonstram que – utilizando um termo do próprio Gomes Freire de Andrade – a preocupação com relação a estrangeiros e à fronteira nos anos de 1680 estão totalmente voltados para “fronteira norte”.

Todos os documentos reafirmar a necessidade de cuidado frente ao inimigo francês, tópica que se repete em vários outros documentos³⁶. Não desqualifico de forma alguma a necessidade de se proteger dos franceses de Caiena, mas existe uma ausência total no período com relação aos possíveis inimigos de outras fronteiras, como espanhóis e holandeses. Posso aqui reafirmar o que já disse em outras passagens do texto, sobre como foi durante o reinado de D. Pedro II que a dinastia brigantina conseguiu se consolidar na Europa³⁷, assim como, enquanto ainda era Príncipe-Regente, D. Pedro assinou o tratado de paz e reconhecimento com a Espanha em 1668, dando fim as guerras de restauração.

³⁴ Idem.

³⁵ “Carta do Capitão-mor do Pará, Marçal Nunes da Costa, ao rei D. Pedro II, sobre informações de tentativas de conquista do Pará pelos franceses de Caiena”. 10/01/1685. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 239.

³⁶ “Carta régia ao governador do Maranhão, Arthur de Sá e Meneses, sobre impedir a entrada dos franceses nas aldeias dos Aruans”. 20/02/1686. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 70. “Carta régia ao governador do Maranhão, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a mudança no local das aldeias dos Aruans, para proteger o Estado das entradas dos franceses”. 09/12/1698. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 180. “Consulta da Junta dos Três Estados, sobre a questão apresentada por Gomes Freire de Andrade, da necessidade de se nomear Cabos para as fortalezas do Cabo do Norte”. 16/11/1687. *AHU*, Maranhão, cx. 7, doc. 785. “CCU-Pedro II”. 31/05/1688. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 271. “CCU-Pedro II”. 13/10/1705. *AHU*, Pará, cx. 5, doc. 409. “Carta do Governador do Maranhão, Francisco de Sá e Meneses, ao rei D. Pedro II, sobre canoas de franceses que circulam nas proximidades de Gurupá”. 22/01/1685. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 245.

³⁷ MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EDUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, pp. 127-148.

Essa situação poderia explicar a falta de preocupação com as demais fronteiras e a fixação com os franceses? Sim, poderia. Ainda mais se pensarmos que Caiena estava muito mais próxima ao Cabo do Norte do qualquer outra possessão estrangeira estava perto dos lusitanos. Quito ficava a centenas de quilômetros, tal qual os fortes holandeses no Essequibo e no Orinoco. A proximidade de um inimigo – que poderia ser iminente – daria combustível aos lusitanos manterem sempre em vigor as medidas das fronteiras, como quando o rei enviava carta ao capitão-mor do Pará, em 1688, ordenando que Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho dê seguimento à construção das fortalezas nos sítios que ele identificou como mais apropriados durante a sua viagem ao Cabo do Norte³⁸.

Outro fator que me parece importante salientar são os anos que tenho indicado. Falei aqui dos anos de 1680. No capítulo anterior argumentei que o avanço espanhol na fronteira noroeste é uma espécie de resposta às monções portuguesas do rio Negro e para além deste rio. Essa resposta se dá basicamente com o alargamento da missão de Maynas, do rio Napo até o Negro. Todavia, esse fenômeno só vai se realizar a partir do ano de 1686, com a chegada de novos missionários até Quito, principalmente, do padre Samuel Fritz. Mas, no fundo, as preocupações lusitanas – como pretendo demonstrar mais à frente – só vão tomar vulto com relação ao noroeste amazônico após 1691, que é quando o padre Fritz deixa a sua estadia forçada em Belém, acendendo os olhos da administração colonial para a presença de missionários espanhóis tão perto do território que se acreditava português.

Sem dúvida que, antes dos anos de 1690, havia um temor com relação aos estrangeiros que porventura viessem até o Maranhão, pontilhado apenas de poucas vilas e de aldeias missionárias, o que podemos conjecturar que fizesse o rei ordenar que apenas missionários portugueses da Companhia pudessem missionar no Maranhão e não estrangeiros³⁹ – o que leva a pensar no temor, mas ainda assim, principalmente dos franceses. Os missionários eram uma das formas que o Estado português encontrou de salvar a sua fronteira. Sendo que, no caso dos missionários a fronteira noroeste é emblemática, já que basicamente vão ser as missões jesuítas – e depois as carmelitanas – que vão servir de lastro ao império português, sendo assim, é normal que o rei tenha

³⁸ “Carta régia ao Capitão-mor do Pará, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre se mandar construir as fortalezas no Cabo do Norte”. 23/03/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 95-96.

³⁹ “Carta régia ao governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrade, sobre se admitir apenas padres portugueses nas aldeias da Companhia de Jesus”. 24/11/1686. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 73.

passado carta régia ordenando que os missionários fossem protegidos em seu nome para o bem do Maranhão⁴⁰, como já tratei no capítulo anterior da missão como instituição de fronteira.

Antes de passar as questões envolvendo o noroeste amazônico em si, gostaria de primeiro registrar o caso da presença de holandeses no Maranhão. Em carta régia ao governador do Maranhão, de março de 1698, encontramos a informação que alguns holandeses foram identificados no Estado do Maranhão; o monarca é bem claro em não permitir que os mesmos mantenham estadia nesta conquista, sob o risco de enormes prejuízos que podiam causar. O rei solicita ao governador que faça com os holandeses o mesmo que já havia sido feito aos franceses encontrados resgatando escravos no Maranhão, ou seja, a sua deportação imediata, não aplicando a pena capital⁴¹.

Alguns anos depois, desta feita, em 1700, encontramos um ofício do ex-governador Gomes Freire de Andrade, endereçado ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre. O ofício versa sobre o parecer do ex-governador a respeito de uma carta do então governador do Maranhão, que tratava a respeito da chegada de quatro holandeses, oriundos do Suriname, ao porto de Belém. Segundo consta, os holandeses traziam uma carta do governador do Suriname às autoridades portuguesas, oferecendo comércio entre as conquistas e aliança nas guerras contra os franceses. O parecer de Gomes de Freire de Andrade se inclinava a recusar os termos, mas também solicitava que as informações sejam repassadas também ao corregedor do reino⁴².

Não podemos ir além da conjectura sobre o desfecho da comitiva holandesa no Maranhão, assim como, sobre o parecer final do Conselho a respeito das propostas do governador do Suriname. Acredito que as proposições foram rejeitadas, pois, como informa Alírio Cardoso, os holandeses foram durante muito tempo os grandes inimigos dos portugueses, tendo chegado ao ponto de tomar várias praças portuguesas, incluindo a tomada de São Luís no primeiro quartel do século XVII. Evidentemente podemos

⁴⁰ “Carta régia ao governador do Maranhão, Arthur de Sá e Meneses, sobre a proteção, em nome do rei, dos missionários da Companhia de Jesus”. 23/03/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 93-94.

⁴¹ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre não permitir a estadia de holandeses no Maranhão” Lisboa, 04/03/1698. *AHU*, cód. 268, f. 433.

⁴² “Ofício do ex-governador, Gomes Freire de Andrade, ao secretário do Conselho Ultramarino, André Lopes de Lavre, sobre a chegada de holandeses ao porto do Pará”. 08/10/1700. *AHU*, Pará, cx. 4, doc. 360.

associar também a situação aos acordos de paz estabelecidos entre as duas nações que cessaram as hostilidades, mas, além disso, Cardoso rememora outro fator que impossibilitava as aproximações entre o Maranhão e o Suriname, o fato dos holandeses serem protestantes, considerados como hereges pela igreja católica romana⁴³. O que leva a crer que muito além de problemas de fronteira, o impasse religioso era preponderante para afastar os holandeses. Outra informação interessante, é que novamente os franceses de Caiena apareceram como inimigos, seja dos portugueses ou dos holandeses, sobretudo, após o ataque ao forte de Macapá no final dos anos de 1690.

Conflitos no noroeste amazônico

Tratei a pouco que a preocupação ante as fronteiras do noroeste amazônico, que compreendiam a “fronteira-zona” com Castela, só se objetivaram a partir dos anos de 1690. Evidentemente os problemas com a Espanha são anteriores, sobretudo se pensarmos que Portugal esteve sob o jugo castelhano durante a vigência da União Ibérica⁴⁴, sendo o fim dessa e a aclamação do rei D. João IV comemorado com entusiasmo por muitos portugueses “como a das graças q dávamos de nos remir milagrosamente do jugo de Castela”⁴⁵. Tratei anteriormente também, sobre como a estabilidade e os acordos de paz propiciados durante o reinado de D. Pedro II podem ter aquietado os temores com relação a investidas espanholas, mesmo que os espanhóis continuassem a ser vistos com desconfiança pelos portugueses.

Sobre essa situação temos uma consulta do Conselho Ultramarino sobre a proposta de nomeação para o posto de capitão-mor da ilha grande de Joanes. A proposta foi apresentada pelo próprio donatário da capitania, o Barão de Joanes, que solicitava que o cargo de capitão-mor fosse passado a Henrique Borja. O Conselho Ultramarino nega o pedido feito pelo donatário, alegando que Henrique Borja é espanhol, não naturalizado português, portanto, absolutamente inadequado para um cargo em uma

⁴³ CARDOSO, Alírio. “Notícias do Norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII)”. In: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, vol. 8, 2008, pp. 43-70.

⁴⁴ Sobre a posição do Maranhão durante a União Ibérica, ver: CARDOSO, Alírio. *Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese de doutorado, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, 2012.

⁴⁵ “Carta do Governador, Francisco de Sá e Meneses, ao rei D. Pedro II, sobre a ausência das solenidades habituais na festa de aclamação de D. João IV”. 02/12/1683. *AHU*, Pará, cx. 3, doc. 217.

posição estratégica⁴⁶. Algo natural, em se tratando de um potencial vizinho indesejado que pode tramar investida na boca do Amazonas. Tudo indica que os espanhóis não são vistos com bons olhos. Todavia, apenas nos anos de 1690 que o temor com a fronteira noroeste eclodiu, como também indica Bombardi, só após terem notícias da intensa atividade missionária entre os Omágua em 1691, os portugueses vão reiteradamente olhar para o território⁴⁷.

Passemos então, ao estopim das preocupações lusas com o noroeste amazônico. No ano de 1689, em virtude de uma das maiores cheias que o rio Amazonas já havia presenciado, em finais de janeiro, o padre Samuel Fritz baixou da cabeça da missão dos Omágua em “*San Joachim*”, para procurar abrigo entre os Yurimagua. Segundo conta o jesuíta, ele acreditava que estaria seguro da cheia entre os Yurimagua, como já havia acontecido em anos anteriores, no entanto, nesse ano de 1689, a cheia foi tão grande que até nos pontos mais altos da aldeia – onde ficavam a casa e a igreja do padre – a água subiu mais de uma “vara”⁴⁸.

Durante a sua estada entre os Yurimagua, o padre Fritz acabou ficando doente com “*achaques*⁴⁹”, que durariam um espaço de três meses, com um dos sintomas clássicos da malária que é o alívio durante o dia e a febre alta com tremores na parte da noite⁵⁰. Durante a sua estadia entre os Yurimagua, o missionário teve contato com os grupos Maneve e Ibanoma, que vinham comerciar com as demais nações. Foi através dos Ibanoma que Samuel Fritz teve notícia de uma tropa de portugueses vindos de Belém, que estavam subindo até os Cuchivara em busca de Salsaparrilha. Samuel Fritz decidiu encontrar os portugueses em busca de algum remédio para sua saúde, isso ocorrendo em julho de 1689⁵¹. O encontro do padre Fritz com os portugueses pode ser considerado o marco das preocupações lusitanas com os castelhanos.

⁴⁶ “CCU-Pedro II”. 21/08/1686. *AHU*, Maranhão, cx. 7, doc. 742.

⁴⁷ BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 71.

⁴⁸ FRITZ, Samuel. “Diario de la bajada del P. Samuel Fritz, misionero de la Corona de Castilla, en el rio Marañon, desde San Joachim de Omaguas hasta la ciudad del Gran Pará, por el año de 1689; y vuelta del mismo Padre desde dicha ciudad hasta el pueblo de La Laguna, cabeza de las misiones de Mainas, por el año de 1691”. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañon (1738)*. Iquitos: IAP-CETA, 1988, p. 313.

⁴⁹ Provavelmente se trata de Malária.

⁵⁰ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 314.

⁵¹ *Ibidem*, pp. 315-316.

Da mesma forma que o padre Samuel Fritz descia o rio Amazonas ao encontro da tropa portuguesa, os lusos avançavam desde Belém. Apesar de descrita por Fritz como uma tropa portuguesa em busca de salsaparrilha, na verdade, esse não era o único objetivo da tropa. A tropa em questão era capitaneada por André Pinheiro de Lacerda e havia sido a primeira a partir de Belém após a promulgação do alvará que instituiu a prática dos resgates financiados pela fazenda real em 1688⁵². Esta tropa havia sido montada com o intuito de resgatar índios para serem vendidos a praça de Belém. Era a tropa anual que o alvará permitia, sendo a primeira desde que a lei havia sido editada e estava incumbida de levar muito mais o que salsaparrilha, cativos até Belém.

O encontro entre o padre Samuel Fritz e a tropa, chefiada por André Pinheiro de Lacerda se deu em 5 de agosto de 1689, na aldeia do rio Urubu em que era missionário o Teodósio da Veiga⁵³. A estada do padre Samuel nesta aldeia foi em torno de quinze dias, período em que o seu estado de saúde piorou bastante e o capitão André Pinheiro de Lacerda resolveu enviar o jesuíta até Belém para ter um tratamento melhor. Fora escolhido como Cabo para guiar a canoa até Belém, o soldado José da Silva⁵⁴. O padre chegou à cidade de Belém em 11 de setembro “más muerto que vivo⁵⁵”, nas suas próprias palavras. O período de convalescência do padre no colégio de Santo Alexandre foi de mais dois meses⁵⁶.

As informações acima são importantes, pois, ao longo dos anos, muito se tem discutido acerca das motivações que levaram o padre Fritz a buscar guarida entre os portugueses – notadamente, o religioso é reconhecido como crítico a colonização lusa – do que entre os seus colegas da Audiência de Quito. A explicação mais simples é passada pelo próprio padre Fritz, que alerta que com as cheias, a viagem até Quito levaria no mínimo três meses, enquanto a sua descida até Belém durou mais ou menos um mês. Apesar da explicação do padre, desde a sua chegada a Belém, os motivos de sua viagem suscitam discussões; onde quem teve a felicidade de sintetizar de melhor modo foi Janaina Camilo em sua tese de doutorado.

⁵² “Alvará régio, sobre a instituição dos resgates e o seu proceder”. 28/04/1688. *ABN*, vol. 66 (1948), pp. 98-101.

⁵³ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 316-317.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 317.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 318.

⁵⁶ *Idem*.

Segundo a autora, historiadores como Jorge Juan e Antônio Ulla, identificam na narrativa os mesmos motivos apresentados por Fritz com relação a sua saúde combalida, que necessitando de auxílio compreendeu a viagem até Belém. Para Chantre y Herrera – cronista jesuíta do século XVIII – e ainda segundo Camilo, o padre Samuel Fritz teria descido até Belém para pedir explicações das autoridades lusitanas a respeito dos constantes apresamentos de índios em sua missão. Camilo ainda apresenta a visão de Dionísio de Alsedo, que acreditava que a motivação do padre em empreender a viagem era puramente cartográfica – no que daria fim ao mapa já apresentado no primeiro capítulo. Por fim, Camilo apresenta a posição do padre jesuíta, João Filipe Bettendorff, contemporâneo de Fritz, tendo convivido com ele diretamente no colégio da Companhia em Belém. Para Bettendorff, o missionário castelhano realmente se dirigiu ao Pará devido o seu debilitado estado de saúde, sendo Belém – rio a baixo – mais próxima que a vila de Laguna, cabeça de sua missão – rio acima – o padre decidiu procurar ajuda dos portugueses⁵⁷.

Particularmente, acredito que o padre estava tanto muito debilitado de saúde, de tal forma que seria deveras ariscado subir o rio em um período de cheia, quanto o seu ímpeto, a partir do seu “cárcere” em Belém, foi inflamado em lutar a favor de sua missão e contra a escravização dos seus catecúmenos. Sobre o mapa, como já frisei no primeiro capítulo, tenho convicção que ele seja o estopim e representação cartográfica dos seus anseios com respeito à Amazônia, assim como, foi a forma como o jesuíta encontrou de traduzir as suas queixas frente ao avanço português de modo que todos pudessem compartilhar. Fato é que, a partir da estada do missionário em Belém e de suas constantes reclamações a respeito da linha demarcatória entre os dois estados, a administração lusitana começa a dar mais importância ao noroeste amazônico, como começa a surgir na documentação.

Así como llegué aquella ciudad, el gobernador que era á la sazón, Arcturo Sá de Meneses, y demas portugueses, no dejaron de ver que el único motivo de mi bajada no habia sido otro que la precisa necesidad de buscar algun alivio á mis achques; sin embargo, como la consciéncia no deja de ser admonitor inquieto, sabendo cuánto se habian adelantado con sus conquistas en el territorio del Rey Católico, contra la compactado con autoridade

⁵⁷ CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII-XVIII)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 110.

potífica entre las dos Coronas, empezaron á sospechar no fuese yo espía perdido enviado del gobernador del Marañon por parte de Castilla, para explorar sus adelantamientos; y hecha entre sí una junta sobre este assunto, enviaron um oidor, llamado Miguel Rosa, al P. Rector Orlandini, intimándole me tuviese como preso en aquel Colegio, y en sanando de mis achques, no me dejase volver á mi misionhasta que tuviesen respuesta de su rey, á quien darían cuenta de mi bajada; porque tenian por muy probable, que las tierras de mi mision tocaban á la Corona de Portugal, cuya conquista, decian, se extiende siquiera hasta la provincia de la Grande Omagua.⁵⁸

O extrato que destaquei é o ponto chave dos acontecimentos que se desenrolaram no noroeste amazônico. A partir do momento que a junta é formada para avaliar a situação do padre, os temores dos luso-maranhenses toma forma. Sobretudo, pelas reiteradas criticas que o padre Samuel Fritz faz a colonização portuguesa, escrevendo uma série de cartas durante o seu período de cárcere, cartas que eram enviadas tanto para Lisboa, quanto para Madri, na sanha de conseguir apoio a sua causa e fazer retroceder os interesses lusitanos no noroeste amazônico, sobretudo, sobre os seus catecúmenos.

Infelizmente, não pude encontrar a carta original do governador, Arthur de Sá e Meneses, ao rei D. Pedro II, dando conta da chegada do religioso castelhano e das suspeitas que pairavam sobre ele. Todavia, encontrei a carta do sucessor de Arthur de Sá e Meneses, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que em março de 1691, escrevia ao monarca sobre a estadia do missionário jesuíta. O documento se encontra em péssimo estado, por isso, não foi possível inferir muitas informações de sua análise, exceto, que a carta foi escrita depois da comunicação do rei para devolver o jesuíta até a sua missão, assim como, o governador faz queixas das reiteradas assertivas de Fritz com relação aos limites das fronteiras⁵⁹.

A primeira vista, e pelo caminho levantado aqui sobre o início das preocupações lusas com o mundo castelhano a partir desse momento, pode parecer que o cárcere do padre Samuel Fritz foi um momento ímpar entre os portugueses, quando na verdade, a situação é bem diferente. Durante o ano de 1696, em uma consulta do Conselho Ultramarino, referente a vários particulares que a Junta das Missões havia enviado,

⁵⁸ FRTIZ, Op. Cit. 1988, p. 318.

⁵⁹ “Carta do Governador, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, ao rei D. Pedro II, sobre a estadia em Belém de um missionário jesuíta vindo de Quito”. 08/03/1691. AHU, Pará, cx. 3, doc. 292.

encontramos uma informação bastante interessante. Um missionário francês havia sido encontrado no Maranhão e sob as mesmas suspeitas e alegações que caíam sob o padre Fritz, também foi preso. Ao Conselho pareceu indicar ao rei que enviasse comunicação urgente ao governador do Maranhão para que todos os meios de contato do francês fossem cortados, tendo em vista os muitos prejuízos que ele podia levar se fosse um espião, sobretudo, sobre as defesas da cidade de Belém⁶⁰.

Da consulta tratada anteriormente derivou uma carta régia, datada de três dias depois da consulta – sendo notável a brevidade com que o conselho agiu, juntamente com o próprio monarca. Na missiva real, D. Pedro II, trata sobre a presença de dois missionários franceses que foram encontradas em Belém – sendo um deles padre da Companhia de Jesus. O rei ordena ao governador que esses missionários sejam imediatamente isolados para preservar qualquer notícia sobre as defesas do Estado⁶¹. Sobre essas informações, é importante salientar que parece ser usual manter isolados, em cárcere, pessoas estranhas ao mundo português, ou seja, pessoas que estão em constante movimento por essa zona de fronteira. Outro detalhe, enquanto o padre Fritz foi detido pelas autoridades locais, os padres franceses foram detidos a mando do rei. O que isso pode sugerir? Talvez, que os poderes locais estavam mais preocupados com o manancial de mão-de-obra indígena que o padre Fritz denunciava o apresamento, enquanto a monarquia estava preocupada com a presença de um vizinho incômodo que podia conquistar a colônia.

Ao sair de Belém, no meio do ano de 1691, o padre Samuel Fritz foi acompanhado pelo cabo Antônio de Miranda e Noronha e mais alguns soldados. Segundo consta no diário de Fritz, dentro da comitiva que o acompanhava de volta a sua missão, apenas dois eram portugueses brancos, o cirurgião e o soldado Francisco Palheta, todos os demais são caracterizados como mulatos ou mamelucos – o que incluía o próprio Cabo da tropa⁶². Em sua tese de doutorado, Almir Diniz de Carvalho Júnior aponta como emblemático esse retorno do padre Fritz as suas missões, pois, segundo o autor temos um quadro de desolação e abandono das aldeias indígenas no caminho trilhado. Almir Diniz aponta que em diversos trechos como os compreendidos

⁶⁰ “CCU-Pedro II”. 15/03/1696. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 920.

⁶¹ “Carta régia ao governador do Maranhão, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, sobre a presença de dois franceses no Maranhão”. 18/03/1696. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 161.

⁶² FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 319-320.

entre o Tapajós e Tupinambarana, não havia um índio sequer, assim como as próprias aldeias erigidas por Fritz estavam igualmente abandonadas⁶³.

Na visão do autor, esse estado de penúria pode ser reflexo do avanço português após a instituição dos resgates em 1688, combinado com a ausência do missionário. De toda forma, Almir Diniz aponta que esse desmantelamento das relações sociais indígenas, propiciou que os antigos grupos nativos que eram subjugados pelas grandes nações – como os Omágua – acabaram tomando o lugar destas no mundo colonial, seja em condições de seus territórios ancestrais, seja como nas lacunas das redes de comércio, mudando drasticamente o cenário indígena da região⁶⁴. O autor também aponta um processo de “tupinização” entre alguns grupos nativos. Processo no qual os grupos indígenas vão se tornando “tupis” ao se encaixarem nessas lacunas deixadas pela ação das monções e se tornando “tupis”⁶⁵. Esse processo pode ser bem exemplificado pelos Omágua, que enquanto estiveram em choque com os lusos, entrando em conflito, foram deixando lacunas que podiam ser preenchidas pelos genéricos “Solimões” ou outros grupos nativos que se tornavam os Omágua das fontes e faziam o seu papel.

A jornada do padre Fritz com a comitiva do cabo Antônio de Miranda teve fim em 20 de outubro de 1691, quando após subirem até o coração da missão dos Omágua, Antônio de Miranda declarou as ordens que havia recebido do governador do Maranhão:

Á 20 octubre, estando la tropa para salir de vuelta para abajo, el cabo [Antônio de Miranda] me manifesto como el motivo de querer passar á los Omaguas habia sido para tomar posesion de aquellas tierras, segun el orden tácito que llevaba de su gobernador; y que desde luego me intimaba de que me retirasse de aquellas províncias, por ser de la Corona de Portugal⁶⁶

A partir do fragmento encontramos uma suposta ordem do governador com relação a tomar posse das terras dos Omágua em favor da coroa de Portugal. Segundo parece, ao enviar a tropa de escolta – sob as ordens de Antônio de Miranda – o governador havia decidido alargar oficialmente a sua fronteira, que apesar de tentar se

⁶³ CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios da Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005, pp. 131-140.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Ibidem, pp. 145-150.

⁶⁶ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 324.

apoiar no marco de Pedro Teixeira – que ninguém sabia ao certo onde ficava – o governador tomou a decisão de uma conquista por proclamação de um sertanejo habituado com o trato dos índios. O governador, talvez, estivesse temeroso do avanço espanhol e da nulidade de um marco territorial que não se podia identificar, portanto, nada melhor que uma segunda tomada do território, desta vez por parte de Antônio de Miranda, hábil sertanejo do sertão do rio Tapajós⁶⁷. Sem mencionar que o que estava em jogo, além da terra propriamente dita, era a posse sobre os inúmeros grupos indígenas sob a tutela de Fritz.

Voltando a separação entre Fritz e Antônio de Miranda, chama atenção que no diálogo entre os dois, o jesuíta estranha muito a atitude do Cabo, pois desconhecia de tais intentos na missiva do rei português⁶⁸. Confesso que não tive acesso nem a carta régia que ordenava ao governador a reintegração de Fritz a sua missão, como também não tive acesso às ordens passadas por Antônio de Albuquerque ao Cabo de tropa. No entanto, estamos tratando de um hábil administrador colonial acostumado com a vida no sertão. Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho não é apenas um fidalgo real, mas alguém experimentado na vida amazônica. Que ainda menino esteve no Maranhão acompanhando o seu pai e homônimo durante o governo deste no Maranhão, entre os anos de 1667-1671, assim como, a partir de 1680, de volta ao Maranhão, foi o responsável pelas capitânicas da família, iniciando a sua trajetória no sertão do Estado do Maranhão⁶⁹. A trajetória de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho é reconhecidamente de um hábil administrador e sertanejo, como atestam as missivas dos oficiais das câmaras de São Luís e Belém, como também é reconhecido pelo Conselho Ultramarino, que após o fim do seu período no Maranhão, nomeia o militar como governador do Rio de Janeiro e posteriormente governador de São Paulo e Minas de Ouro, atestando a sua habilidade com o sertão português⁷⁰.

Não me surpreenderia que a ordem de tomar posse daqueles sertões – repletos de gentios – tivesse partido das hábeis maquinações do governador, sem a devida aprovação do Conselho Ultramarino. Principalmente, se pensarmos no caminho que tenho percorrido até agora, valorizando as relações locais do Maranhão e de quem

⁶⁷ “CCU-Pedro II”. 23/01/1696. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 910.

⁶⁸ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 324-325.

⁶⁹ PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, pp. 35-37.

⁷⁰ *Ibidem*, pp. 35-50.

entendia do trato do viver amazônico. Lembrando sempre, que segundo o padre Fritz, após discutir com o cabo, a tropa portuguesa foi embora sem tomar a devida posse do local⁷¹, o que não deixa de ser estranho, dada a superioridade numérica dos portugueses contra um único missionário.

Depois do disposto com relação à descida do padre Samuel Fritz até Belém e o seu retorno a sua missão, a situação na fronteira noroeste muda drasticamente de ares. Em uma relação escrita pelo soldado Tomás Dias, que acompanhou a viagem de volta do padre Fritz, contam algumas informações interessantes. O soldado relata que quando o rei ordenou que o governador mandasse de volta até a cidade de Quito, o missionário castelhano, algumas pessoas foram nomeadas pelo governador para acompanhar o inaciano e colher informações que pudessem ser úteis ao serviço de Sua Majestade, sendo a diligencia do soldado Dias, a respeito desse interim. No relato do soldado, consta que em conversas com o missionário, o mesmo revelou a ele que os Omágua estavam em comunicação e comércio com um gentio muito numero chamado de Gibaro (Jebero) que vivia em abundancia de ouro. O padre também revelou que apesar da correnteza levar rio a baixo, os ventos ajudam a subir o rio, o que não impede a ida e vinda ao Amazonas⁷².

O soldado também sugere que seria possível aos portugueses construir vilas naquela região, não muito distantes da cidade de Borja, ou mesmo da cidade de Quito, com o intuito de manter relações comerciais, sobretudo, porque através desse comércio se poderia criar uma rota Maranhão-Cádiz-Quito-Possessões francesas, algo que poderia ser vantajoso ao Maranhão – sendo que esse comércio citado é basicamente por roupas. Outra informação interessante é que o sal produzido nas salinas do Pará poderia facilmente, segundo o soldado, ser trocado por ouro e prata com os índios sob a jurisdição de Castela. O soldado Dias ainda diz que, essa ideia da rota entre o Maranhão e Quito não é nova, tendo sido bastante usual durante a União Ibérica, mas que após a “feliz aclamação de D. João IV a ideia foi abandonada”⁷³. Como podemos ver através da relação de um dos membros da comitiva que acompanhou Fritz, existem bons motivos para os poderes locais do Maranhão se interessarem pela fronteira noroeste.

⁷¹ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 325.

⁷² “CCU-Pedro II”. 13/01/1696. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 907.

⁷³ *Idem*.

Se até alguns anos antes a documentação só tratava dos franceses, a partir desse momento vamos ver o temor dos lusitanos com relação a qualquer investida castelhana, inclusive, as reações que os portugueses demonstraram sob esse temor. Após a separação com a tropa de Antônio de Miranda, o diário do padre Fritz conta que ele passou até Quito e Lima com o interesse de denunciar os avanços lusitanos no território de Castela, para as autoridades competentes⁷⁴. Para o nosso interesse o mais importante é o que vai se desenrolar a partir do ano de 1695, quando novamente a missão dos Omágua entre em choque os portugueses.

Em uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 20 de dezembro de 1695, encontramos uma carta – de 9 de julho do mesmo ano – de autoria do governador do Maranhão, Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho. Na missiva consta que o governador, através de notícias, soube que os castelhanos estavam andando pelo território dos Omágua na cabeceira do rio Amazonas, dentro dos limites do que se acreditava ser o Estado do Maranhão⁷⁵. Um fato interessante é que o governador sabia dos castelhanos andando entre os Omágua, pelo menos, desde a prisão do padre Samuel Fritz em Belém, em 1690, mas aguardou cinco anos para remeter a informação ao Conselho Ultramarino.

Continua a consulta tratando sobre a carta do governador, dizendo que:

Nomeara e despedira tão com a brevidade (...) que podia ao capitão reformado Antônio de Miranda, soldado antigo de grande experiência dos sertões e muy amado dos gentios, a informasse do referido e nomeando lhe também nas diligencias do serviço de sua majestade e que neste particular obrara⁷⁶

Mais uma vez o governador escolhera a Antônio de Miranda para incorrer nas diligencias junto aos Omágua. Algo natural se pensarmos que ele escoltou o padre Fritz até aquela missão poucos anos antes, assim como consta na própria consulta. A consulta se delonga passando as informações que foram prestadas por Gomes Freire de Andrade com relação à situação. O ex-governador salienta que desde o período do seu governo já vinha alertando sobre os perigos daquela fronteira, assim como, dos perigos das fronteiras com a França; surgindo também que os papeis acerca da fronteira entre

⁷⁴ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 327-332.

⁷⁵ "CCU-Pedro II". 20/12/1695. AHU, Maranhão, cx. 8, doc. 901.

⁷⁶ "CCU-Pedro II". 20/12/1695. AHU, Maranhão, cx. 8, doc. 901.

Portugal e Espanha na Amazônia deveriam constar na secretaria do Estado, já que, os limites foram colocados na floresta no período da União Ibérica pelos próprios reis de Castela, portanto, deveriam ser validos⁷⁷.

Vai ser da tinta de Gomes Freire que vamos ter a informação de que o castelhano que vem causando problemas na fronteira noroeste é realmente o padre Samuel Fritz, a quem o ex-governador aponta como o missionário que o rei havia mandado por de volta na sua missão, mas que se mostrava ingrato e continuava a adentrar nos limites dos domínios de Portugal⁷⁸. Outro fato interessante a respeito das palavras de Gomes Freire de Andrade, é que vai ser o ex-governador que vai sugerir a implementação de uma missão naquela fronteira, exclusivamente com padres portugueses⁷⁹, que possivelmente viria se tornar a missão carmelitana no rio Solimões. Vale a pena ter em mente que a própria consulta, que é gerada pela carta do governador, que tratava da criação de fortificações, acaba caracterizando apenas um personagem castelhano entre os Omágua, que seria o padre Samuel Fritz. Difícil imaginar um missionário da Companhia de Jesus construindo fortificações no rio Solimões.

A própria inexistência de fortificações vai ser atestada por Antônio de Miranda, como veremos. Entre os anexos da consulta consta a própria relação escrita pelo capitão Antônio de Miranda, relatando tudo que sucedeu em sua missão. O sertanejo informa que esteve entre os principais indígenas, primeiro do rio Negro, que relataram ao capitão nunca terem sequer visto qualquer espanhol por ali, mas que como os Omágua viviam distantes do rio Negro, estes dificilmente saberiam o que se passava entre as suas aldeias. Ao se aproximar das aldeias dos Omágua, Antônio de Miranda teve notícia da presença de missionário espanhol entre eles, ou seja, novamente a única presença do padre Samuel⁸⁰, desmistificando a ideia de exércitos e fortificações no Solimões.

Não obstante, o capitão Antônio de Miranda não foi o único que relatou essa situação. O padre Samuel Fritz também anotou em seu diário o corrido, naturalmente, sob outro ponto de vista. Segundo o relato do jesuíta, ele soube através dos índios da presença de uma tropa portuguesa próxima aos Yurimagua – algumas léguas rio abaixo da missão dos Omágua – e que a tropa estava resgatando índios e tomando *drogas*. O

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ "CCU-Pedro II". 20/12/1695. AHU, Maranhão, cx. 8, doc. 901.

relato do padre continua, afirmando que quatro dias antes de encontrar a tropa, eles partiram rio abaixo levando consigo o cacau coletado e alguns escravos. No entanto, o padre soube através dos Yurimagua e dos Aizuaque que os índios haviam contado a tropa sobre a presença do jesuíta castelhano como seu missionário⁸¹.

Se não houve encontro, como posso afirmar que se trata da mesma tropa? Pois bem, como já frisei no capítulo anterior, uma tropa que viajava até o sertão sempre fazia às vezes de muitas outras finalidades e um capitão tão experiente como Antônio de Miranda, não deixaria de ir ao sertão e não voltar com escravos e *drogas*. Mas, além disso, as datas de fevereiro, março e abril de 1695 e o território Yurimagua próximo aos Omágua, não deixam dúvidas que se tratava da mesma tropa, sobretudo, por levar informações a respeito da conduta do padre Fritz, relatando aos índios que aquela paragem não pertencia aos espanhóis, mas sim ao governador português, a quem eles deviam obediência⁸². Essa situação com a nova investida de Antônio de Miranda, segundo as palavras do padre Fritz, fez com que vários dos Yurimagua e Aizuaque subissem o rio em direção da missão dos Omágua, ainda mais que os índios Ibanoma citaram textualmente o nome de Antônio de Miranda como o capitão da tropa que matou e escravizou vários deles naquela oportunidade⁸³. A perda das aldeias que se deslocavam certamente irritou o governo maranhense.

A consulta tratada anteriormente gerou uma carta régia ao governador do Maranhão. Nela, o rei afirmava que tinha obrado bem o governador em mandar o capitão Antônio de Miranda para fazer averiguações; o rei ordena que o governador envie novamente o dito capitão com o intuito de manter os Omágua na jurisdição de Portugal, assim como, o rei ordena que os índios sejam aldeados por missionários portugueses para que se mantenham fieis vassallos seus⁸⁴. A carta régia é uma expressão do que fora reunido pelo Conselho Ultramarino, como a opinião de Gomes Freire de Andrade com relação à aldear os índios por missionários portugueses. Sobre essa nova entrada de Antônio de Miranda após a carta do rei, o padre Fritz aponta que em 1696 teve notícias das entradas de Antônio de Miranda entre os Ibanoma e Yurimagua, fazendo escravos e recolhendo cacau, no entanto, um dado interessante sobre essa

⁸¹ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 336.

⁸² Idem.

⁸³ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 336-337.

⁸⁴ "Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a notícia que deu conta o governador ao rei, de que havia castelhanos andando entre os Cambebas" Lisboa, 06/02/1696. AHU, cód. 268, f. 416.

investida é que segundo o padre, os índios devolveram várias das ferramentas que haviam recebido dos portugueses em troca de escravos, salientando que o missionário deles – Samuel Fritz – havia proibido que eles fizessem tal negócio⁸⁵.

A situação de conflito acabou levando o próprio governador, com uma grande comitiva composta pelas principais figuras do Estado do Maranhão, a fazer uma viagem de reconhecimento até o rio Negro, tendo, entre outras coisas, o objetivo de averiguar a situação da fronteira noroeste, assim como, sobre a fidelidade dos índios ao rei português. A tropa que seguiu o governador era tão expressiva, que vários excessos foram cometidos por particulares, irmãos da Santa Casa de Misericórdia e até o seu procurador. Excessos que o Provedor da Fazenda Real, José Puga de Antas, associa diretamente a ausência das principais autoridades portuguesas nas cidades de São Luís e Belém, que seguiram junto com o governador até o rio Negro, causando grande prejuízo à administração pública do Maranhão⁸⁶.

A tropa comandando pelo governador naturalmente tinha muitas pretensões no sertão, além de garantir a posse daquelas terras a favor da coroa portuguesa. Para nossa análise, importa sobremaneira o momento em que o frei Manoel da Esperança se separa do grupo principal para ir até as missões carmelitanas no Solimões, justamente o espaço de contato entre a missão dos Omágua e os carmelitas portugueses. Segundo apontamentos de Roberto Zahluth, apesar de ainda ser obscura a decisão de alocar os carmelitas nas missões do rio Negro e do Solimões em detrimento de outras ordens maiores e mais bem preparadas para a missão, existem alguns fatores que são passíveis de resposta para o acontecido. Um dos fatores apontados por Zahluth é o diminuto número de missionários entre os jesuítas, impedindo que estes fossem os responsáveis por uma faixa de terra tão extensa. Ainda sobre os jesuítas, pesa o fato de ficarem contíguos aos seus irmãos espanhóis, sendo que talvez, os mesmos se recusassem a entrar em conflito contra outros jesuítas⁸⁷.

Outro apontamento levantado por Zahluth diz respeito aos mercedários. A Ordem das Mercês já tinha uma experiência com missões tanto no rio Negro, quanto no rio Urubu e depois dos jesuítas seriam os nomes mais indicados para assumirem a

⁸⁵ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 338.

⁸⁶ “CCU-Pedro II”. 08/01/1698. AHU, Pará, cx. 4, doc. 341.

⁸⁷ CARVALHO JR, Roberto Zahluth. “*Dominar homens ferozes*”: missionários carmelitas no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015, p. 48.

missão do Negro e do Solimões, no entanto, como já alertei anteriormente baseado nas palavras de Gomes Freire de Andrade, o Conselho Ultramarino ordenava que os missionários daquela região fossem portugueses, o que descreditava os mercedários, que eram uma ordem espanhola, justamente, a nacionalidade que devia ser repelida⁸⁸. Em contrapartida, os carmelitas eram uma ordem portuguesa, onde os seus missionários tinham pouco ou nenhum contato com membros estrangeiros da Ordem, sendo assim, estando dentro do que era desejado pelo Conselho Ultramarino⁸⁹. Acredito na existência de mais um motivo o qual apresentarei mais à frente.

Voltando ao disposto na jornada do frei Manoel da Esperança, o mesmo teve um encontro com o padre Samuel Fritz logo após passar por muitas paragens e aldeias, onde segundo o relato do carmelita, obrou em favor dos índios os instruindo na fé e rezando missa⁹⁰. Do encontro entre os dois, existe uma breve discussão que parece ser interessante aqui. O padre Fritz aponta que já missionava entre aqueles índios a pelo menos oito anos, ao que o frei carmelita retruca em não ver nenhum sinal de catequese entre os índios, ainda afirmando que os próprios índios negam terem sido catequisados pelo jesuíta espanhol⁹¹.

A partir desse momento o padre Samuel se junta à comitiva do frei Manoel da Esperança, estando juntos catequisando os grupos nativos, sobretudo Yurimagua, que encontravam. A segunda discussão entre os dois se dá justamente em uma dessas aldeias Yurimagua, onde a comitiva encontra uma cruz erguida por Antônio de Miranda em 1691, quando dá tomada de posse ao acompanhar o padre Fritz até a sua missão. Segundo relata Manoel da Esperança, os índios teceram reclamações ao ocorrido, relatando que houveram muitos problemas decorrentes dessa situação entre Antônio de Miranda e o padre Fritz⁹².

Nessa mesma aldeia aconteceu o entendimento entre os dois religiosos, que cada um deveria sair daquela região ao mesmo tempo. Fritz subiria o rio, enquanto Manoel da Esperança desceria. Mas antes disso, o padre Fritz entregou ao cabo José Antunes da Fonseca, documento endereçado às autoridades do Maranhão, peticionando para que

⁸⁸ *Ibidem*, p. 49.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], ff. 120-122. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VII-27.

⁹¹ *Ibidem*, f. 122v.

⁹² *Ibidem*, ff. 122v-123.

não aconteça avanço lusitano na missão carmelitana, assim como avanço da missão dos Omágua, até que as cortes em Lisboa e Madri decidissem o futuro daquela fronteira, deixando nas mãos dos monarcas as questões referentes aos marcos daquela fronteira⁹³.

O que os diálogos entre os dois religiosos de nações distintas apontam, é a pressa em dar continuidade a expansão dos territórios. Desde a sua estada em Belém, Samuel Fritz tentou denunciar os abusos da colonização portuguesa na Amazônia, procurando apoio em Quito e Lima. Por outro lado, o missionário carmelita também é a resposta portuguesa aos movimentos do jesuíta. Segundo afirma Roberto Zahluth, a missão carmelitana é o primeiro empreendimento de vulto, do Estado português naquela região amazônica⁹⁴ que compreendia a fronteira noroeste. Zahluth destaca que a posse definitiva daquela região era preponderante aos desígnios lusitanos no Maranhão, pois, com o gradual esgotamento de mão-de-obra indígena nos arredores de Belém e São Luís, os rios Negro, Solimões e Madeira, se transformaram no principal acesso aos índios para a população portuguesa, por isso a sua pressa em estabilizar a posse daquela região⁹⁵, indo o próprio governador até os limites maranhenses para garantir isso.

Mostrei anteriormente o ponto de vista da relação do frei Manoel da Esperança, acerca dos problemas enfrentados no noroeste amazônico – sobretudo, na missão carmelitana – mas por outro lado, temos também a visão que o padre Samuel Fritz legou em seu diário sobre esse mesmo momento que parece ser sensivelmente diferente do que atestou o religioso português. O encontro entre os dois religiosos, que parece bastante fortuito na relação de Manoel da Esperança, ganha outro contorno no diário do padre castelhano. Segundo Fritz, ao chegar às aldeias dos Yurimagua, recebeu notícias que na aldeia *San Ignacio de los Aizuares*⁹⁶, estava retido um capitão português e sua tropa, desejosos de subir o rio. De posse da informação da presença de uma tropa, o padre se encaminha para o confronto direto com ela, mas ao chegar, encontra com o cabo José Antunes da Fonseca, seis soldados e o provincial da Ordem do Carmo, frei Manoel da Esperança⁹⁷.

⁹³ Ibidem, f. 123.

⁹⁴ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, pp. 51-52.

⁹⁵ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, p. 48.

⁹⁶ Ao que tudo indica, aos olhos dos portugueses, tanto os Yurimagua, Aizuares e Ibanoma eram reconhecidos pelo nome genérico de “Solimões”.

⁹⁷ FRITZ, Op. Cit. 1988, p. 342.

Na discussão travada entre os religiosos, o frei Manoel da Esperança atesta ao padre Fritz que fora tomar posse daquelas terras em favor da coroa de Portugal por ordem do governador do Maranhão e a pedido dos índios que ali habitavam. Naturalmente, como é o tom de todo o diário, o padre Fritz aproveita a explicação de que os índios desejavam os portugueses, para criticar a colonização portuguesa, lembrando que se havia algo que os índios não gostavam, era os portugueses, o que estranhava muito que os índios solicitassem missionário português⁹⁸.

Através do diário do padre Fritz, encontramos uma versão diferente sobre o desenrolar da situação. O missionário afirma que, ao chegar ao rio Negro, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, convocou todos os principais dos Yurimagua e dos Ibanoma, dentro os quais, apenas um chamado, Arimavana, compareceu. Em conversa com o governador, o dito principal atestou que já tinha padre que cuidava de sua aldeia, no entanto, reiterou que o padre ficava com os Omágua e descia esporadicamente, no que o governador lhe mandou um religioso que ficasse permanentemente na aldeia, que seria português⁹⁹.

A estratégia de Fritz em aumentar o território de Maynas estava intimamente imbricada em passagens volantes entre todas as aldeias. Sem dúvida, Fritz era o principal missionário da região e mantinha estritamente o costume de viajar entre as aldeias, ao contrário de permanecer morando com os índios, como já havia salientando Roberto Zahluth¹⁰⁰. Encontrando a fragilidade da aliança entre Fritz e as aldeias do Solimões, já que o missionário apenas passava por elas esporadicamente, o hábil governador decide intervir e colocar em ação a estratégia da missão como instituição de fronteira, mas desta vez, uma missão de religiosos exclusivamente portugueses.

O missionário castelhano continua a sua interjeição, afirmando que já faziam oito anos, ou mais, em que trabalhava naquelas missões sem nenhum prejuízo para a coroa de Portugal, inclusive, salientando que possuía cartas de Lisboa em que D. Pedro II afirma que não pretendia retirar o mesmo de suas missões, autorizando que ele obrasse naquele sertão. Ao contrário da narrativa do Provincial do Carmo, Fritz afirma que os portugueses tentaram impedir, com o uso da força que ele rezasse missa nas capelas dos Yurimagua, sendo que, depois dessa situação, o padre Fritz entrou em

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, pp. 51-68.

acordo com o cabo da tropa para se separarem ao mesmo tempo na aldeia, mantendo aquela região neutra, até as decisões finais dos reis de Portugal e Espanha¹⁰¹.

Eu havia mencionado anteriormente que deixaria para tratar mais tarde sobre uma possível motivação extra para os carmelitas serem deslocados até as missões no Negro e no Solimões. Pois bem, tanto Nádia Farage ao tratar do rio Branco¹⁰², quanto Roberto Zahluth, ao falar especificamente dos carmelitas¹⁰³, afirmam que os missionários carmelitas estavam envolvidos no tráfico de escravos indígenas em um grau bastante acentuado, estando imbricados com as redes de comércio de escravos por todo o Maranhão. Parece-me que a presença dos carmelitas – que já frisei anteriormente não eram os missionários institivamente ideais em um primeiro momento para aquele sertão – foi bastante influenciada pelas redes internas do Maranhão.

Os carmelitas foram designados para o principal repositório de mão-de-obra da região, se envolvendo em seguida de forma acentuada com o tráfico indígena, tendo sido durante o governo e a influência de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho o desenrolar dos acontecimentos, um reconhecido sertanejo com diversos negócios no sertão e de uma família com diversas propriedades, incluindo capitânicas privadas¹⁰⁴. Conjecturando as relações, é possível que os carmelitas tenham sido dispostos naquela região, justamente para propiciar e atender o tráfico com algumas redes que existiam no Maranhão da virada do século XVII para o XVIII.

De toda forma, no retorno do frei Manoel da Esperança até Gurupá, desta feita já novamente na companhia do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, outro conflito na fronteira chama a atenção da administração colonial. Ao chegarem a Gurupá, a comitiva teve a notícia de que o forte de Macapá havia caído nas mãos dos franceses, assim como, parte da fortificação do Parú havia sido destruída pelos inimigos no Cabo do Norte, fazendo com que os luso-maranhenses solicitassem auxílio da metrópole em soldados, armas e munições¹⁰⁵ para fazer frente ao perigo real que os franceses demonstravam ser, diferentemente da fronteira noroeste, que por mais que se

¹⁰¹ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 342-343.

¹⁰² FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986, pp. 86-139.

¹⁰³ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, pp. 188-189.

¹⁰⁴ PELEGRINO, Op. Cit. 2015.

¹⁰⁵ “Carta dos oficiais da Câmara de Belém, ao rei D. Pedro II, solicitando socorro devido as pressões que os franceses no Cabo do Norte”. 24/07/1697. AHU, Pará, cx. 4, doc. 338.

procurasse um estado de calamidade, como a presença de fortificações castelhanas, havia apenas missionários jesuítas.

Enquanto o Cabo do Norte era assolado pelas investidas francesas, na corte, o Conselho Ultramarino ponderava os acontecimentos envolvidos na jornada do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho até o rio Negro e, conseqüentemente, a jornada do frei Manoel da Esperança até os Solimões. Na consulta de novembro de 1697, consta que o padre Samuel Fritz estava aliciando os índios Omágua e Coxiguares a subirem até a sua missão. A consulta é baseada em informações prestadas pelo governador, que estando na região do rio Negro, mandou chamar os principais indígenas do sertão para reafirmar a sua vassalagem ao rei português. O governador aponta que os principais lhe deram a informação da presença entre eles do padre Samuel Fritz e que, estando junto do provincial do Carmo, frei Manoel da Esperança, solicitou que a ordem do Carmo assumisse aquela missão – sinal claro da influência do governador sobre a posição do Carmo¹⁰⁶. Na carta do governador, consta que o mesmo foi até bem próximo das aldeias dos Omágua, sendo que o padre Samuel teria ameaçado de que se o rio Negro fosse transposto pelo governador, tropas espanholas seriam acionadas para lutar. O governador também dá conta da importância daquela região, não só pela presença dos indígenas, mas também pela fartura de cacau¹⁰⁷, que muito interessa a coroa lusitana.

A consulta prossegue tratando do encontro entre o frei Manoel da Esperança e o padre Samuel Fritz, encontro destacado como perigoso e de risco a vida do religioso português. O que pode ser atestado pelo debilitado estado de saúde com o qual retornou da viagem. Mas o que mais chama a atenção na consulta, é que entre os seus anexos consta o requerimento enviado por Fritz, através do cabo José Antunes da Fonseca, sobre o seu trabalho missionário na região. No requerimento, Fritz reitera a sua posição como missionário naquele sertão desde 1688, tendo posse, inclusive, de uma carta de 1691, do rei D. Pedro II, permitindo que ele voltasse de Belém até aquele sertão para continuar como missionário. O jesuíta reafirma que os portugueses estavam invadindo o território de Castela ao se aproximar das aldeias dos Yurimagua e Ibanoma, principalmente, ao pensar em utilizar o marco de Pedro Teixeira, que par ao missionário

¹⁰⁶ "CCU-Pedro II". 12/11/1697. AHU, Pará, cx. 4, doc. 340.

¹⁰⁷ Idem.

era nulo. Desta feita o padre solicita a suspensão de qualquer incursão lusitana na região¹⁰⁸.

A consulta gerou duas cartas régias, uma em agradecimento ao provincial do Carmo pelo seu zelo em favor do rei português¹⁰⁹, enquanto a segunda, dirigida ao governador é bem mais interessante para a análise. Esta segunda carta régia, desta feita, endereçada ao governador, trata sobre agradecer ao governador e ao frei Manoel da Esperança pelo que obraram contra o padre Samuel Fritz, que estava reduzindo os gentios do território pertencente ao rei português. Para, além disso, o rei ordena ao governador que providencie imediatamente os marcos territórios entre as terras de Portugal e de Castela. Sem necessariamente dar um entendimento de onde estes deveriam ser fixados, deixando por conta da interpretação do próprio governador. A carta régia termina com a ordem do rei para que caso o padre Samuel Fritz seja encontrado novamente aliciando índios no território português, que seja preso e mandado a ferros para o reino¹¹⁰.

O encontro entre o padre Samuel Fritz e o frei Manoel da Esperança continuou rendendo discussões no Conselho Ultramarino mesmo em 1698. Em outra consulta para o rei D. Pedro II, desta feita, sobre a situação em que se encontravam as aldeias indígenas sob a jurisdição de Portugal no Maranhão, se volta a discutir a situação dos Solimões, divididos entre a missão dos jesuítas espanhóis e dos carmelitas portugueses. A saída novamente é reafirmar tanto ao governador do Estado, quanto ao provincial do Carmo, que encontrando o padre Fritz em território português, deve ser preso e remetido ao reino¹¹¹. O que mais me chama atenção nessa situação é a inexistência de outros missionários, ou de outros nomes ligados a Real Audiência de Quito. O único nome citado, o único que deve ser preso é o padre Samuel Fritz, seria quase o “exercito de um homem só”. Parece de certa forma injustificado todo o temor levantado pelas autoridades coloniais lusitanas a respeito de investidas castelhanas, quando apenas um homem trabalha em uma missão que corre do sopé dos Andes até o rio Negro.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ “Carta régia ao Provincial da Ordem do Carmo, pelo bom zelo com que obrou em favor do rei”. 10/12/1697. *ABN*, vol. 66 (1948), p. 174.

¹¹⁰ “Carta régia ao governador do Maranhão, sobre a notícia que recebeu o rei de que o padre Samuel Fritz estava de novo aliciando os índios seus vassallos” Lisboa, 12/12/1697. *AHU*, cód. 268, f. 430.

¹¹¹ “CCU-Pedro II”. 26/02/1698. *AHU*, Maranhão, cx. 9, doc. 962.

A consulta continua desta vez tratando de um tópico que parece muito mais perigoso aos lusitanos que é a amizade e o comércio que havia entre os índios vassallos de D. Pedro II, com os holandeses das Guianas. É conhecido, como já apontou Nádia Farage, a relação entre os índios do rio Branco com os holandeses¹¹², índios estes que em tese seriam vassallos do rei português. Ao que parece até aqui, desde o século XVII as autoridades luso-maranhenses já tinham conhecimento dessa proximidade e temiam bastante. O Conselho, inclusive, parece bem mais preocupado com os índios próximos aos holandeses do que com a missão do padre Samuel Fritz. A pergunta que caberia aqui seria por que parece que os holandeses são mais perigosos que os espanhóis? Pois bem, nessa mesma consulta que trata tanto de holandeses, quanto de espanhóis, todas as referências feitas aos holandeses é casada com exemplos referentes aos franceses no Cabo do Norte e dos prejuízos que eles causavam aos portugueses, diferente dos espanhóis onde só se trata apenas da prisão do padre Samuel Fritz¹¹³.

Existe um último caso que eu gostaria de trazer à tona, talvez o momento que fecha a cronologia desta pesquisa. O caso em questão é mais um encontro entre religiosos portugueses do Carmo e o missionário jesuíta Samuel Fritz. Durante os primeiros anos do século XVIII, o padre Samuel Fritz vai ver crescer em número e ímpeto as missões carmelitas na região¹¹⁴, o que também trouxe a crescente de encontros entre os dois grupos. O padre Fritz conta em seu diário da presença de certo frei João Guilherme, que por várias vezes tentou interpelar Fritz sobre a legalidade da sua missão em prol da coroa portuguesa. Em um desses encontros, por volta do ano de 1702, um corista carmelita que acompanhava o frei João Guilherme, de nome Antônio Andrade, juntamente com outros soldados, acabou montando uma emboscada ao padre Samuel Fritz, inclusive, alertando com várias ameaças ao padre, de que lhe colocaria preso em ferros no Pará¹¹⁵.

Após os incidentes com o frei João Guilherme, o novo Provincial da Ordem do Carmo, frei Vitoriano Pimentel, eleito para o cargo em 1701, decide ir ao encontro do padre Samuel Fritz no sertão para tentar sanar totalmente os litígios na fronteira. Segundo Roberto Zahluth, o objetivo da jornada do frei Pimentel é basicamente o mesmo da jornada do frei Manoel da Esperança, residindo na afirmação da posse dos

¹¹² FARAGE, Op. Cit. 1986.

¹¹³ "CCU-Pedro II". 26/02/1698. AHU, Maranhão, cx. 9, doc. 962.

¹¹⁴ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, pp. 69-70.

¹¹⁵ FRITZ, Op. Cit. 1988, pp. 351-352.

territórios para Portugal, sendo que, a diferença é que o frei Manoel da Esperança devia se afirmar perante um território novo, enquanto o frei Pimentel devia garantir a segurança da fronteira colonial e de uma missão em crescimento¹¹⁶.

A decisão da jornada do frei Vitoriano Pimentel se deu em 20 de outubro de 1702, durante reunião da Junta das Missões, onde foi resolvido também, que o missionário levaria consigo a carta régia que ordenava a prisão do padre Samuel Fritz, assim como, levaria uma cópia para ser entregue ao capitão da fortaleza do rio Negro, para que caso algum missionário um dia precisasse de ajuda contra Fritz, aquele capitão deveria acudir. Frei Vitoriano partiu de Belém em direção ao sertão dos Solimões em 23 de outubro do mesmo ano¹¹⁷.

O missionário relata que de sua viagem de Belém até o encontro com o padre Fritz, conseguiu reduzir muitas almas, sobretudo, do rio Negro em diante. Sempre utilizando a tática de presentear e vestir os principais indígenas em troca de sua amizade e da sua vassalagem ao rei português¹¹⁸. Interessante, que ao chegar à aldeia de Santo Ângelo, no dia 22 de dezembro, frei Pimentel relata que teve que vestir não só o principal, mais também um aliado seu, tendo em vista que ali as práticas danosas do padre Fritz tinham sido muito observadas¹¹⁹. Roberto Zahluth sugere que na visão do frei Pimentel, o padre Samuel Fritz era demais permissivo com os gentios, permitindo que os mesmos mantivessem várias práticas ancestrais, algo visto como danoso pelo religioso do Carmo¹²⁰. O que me remete ao que acontecia com outro jesuíta, que também missionou no Peru colonial. O jesuíta Blas Valera que, sendo mestiço, ao escrever sobre os costumes indígenas, também demonstrava certa permissividade¹²¹.

Após entrar na primeira aldeia dos Omágua, já missão do padre Samuel Fritz, frei Pimentel se depara com vários instrumentos portugueses, perguntando aos índios se tinham algo que fosse castelhano, tendo recebido resposta negativa dos índios. O missionário sugere aos índios que eles deveriam ser amigos dos portugueses, que viviam entre os portugueses e que todo aquele território era pertencente ao rei

¹¹⁶ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, p. 81.

¹¹⁷ "CCU-Pedro II". 14/11/1705. AHU, Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ CARVALHO JR, Op. Cit. 2015, p. 75.

¹²¹ VALERA, Blas. "Antiguas costumbres del Perú descritas por el jesuíta indígena Blas Valera [1580]". In: SUESS, Paulo (org.). *La conquista espiritual de la América Española: 200 documentos, siglo XVI*. Quito: Abya-Ayala, 2002, pp. 36-44.

português¹²². O encontro do frei Pimentel com o padre Fritz se deu na aldeia de *Santa Maria Mayor*, no dia 21 de fevereiro, quarta-feira de cinzas. No encontro com o jesuíta espanhol, frei Pimentel procurou demonstrar que as colocações de Fritz estavam equivocadas com relação à demarcação dos territórios, havendo, segundo o carmelita, bulas papais que favoreciam o território português muito além do que o padre Samuel apontava. Segundo frei Pimentel, além das bulas, havia o domínio de fato, que era atestado pela viagem de Pedro Teixeira em 1639, que tomou para Portugal a posse daqueles sertões¹²³.

A partir das afirmações do religioso carmelita, as missões de Fritz estariam muitas léguas dentro do que se acreditava ser o território português, local onde o frei Pimentel afirma que, as autoridades portuguesas só tem deixado o padre continuar sua obra, para não deixar sem remédio espiritual aqueles gentios. Pois, nas palavras do frei Pimentel “o fim que um missionário devia ter no seu ministério era reduzir almas para Deus, e não pregar os graus exercícios das demarcações”¹²⁴. Após as considerações, o provincial carmelita entrega as cartas régias a respeito da prisão de Fritz, assim como correspondência do superior jesuíta da missão do Maranhão, elencando os excessos que Fritz teria cometido contra os estatutos da Ordem. Frei Vitoriano Pimentel, em sua relação, considera como de muito sucesso o seu encontro com Fritz, ele atesta que os seus argumentos, junto com as missivas reais, deixaram o jesuíta receoso e que fazia algum tempo que não tinha notícia da atuação do mesmo – sendo que o encontro foi em 1703 e a relação escrita em 1705¹²⁵.

Infelizmente, o diário do padre Samuel Fritz silencia a respeito do que ocorre durante os anos de 1703 até 1707, deixando um vazio na explicação feita por Fritz, de próprio punho, do seu encontro com frei Pimentel. Certamente, o encontro entre os dois não cessou a atividade missionária do padre, que morreu em 1725 atuando ainda n missão dos Omágua¹²⁶. No entanto, segundo continua o relato do frei Pimentel, que trouxe consigo dois índios Omágua para o Pará, que receberam as patentes de Capitão e Ajudante, muitos Omágua desceram para serem aldeados pelos carmelitas após o seu encontro com Fritz, o que seria mais uma forma de demonstrar o sucesso do seu

¹²² “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. AHU, Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

¹²³ Idem.

¹²⁴ “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. AHU, Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

¹²⁵ Idem.

¹²⁶ MARONI, Op. Cit. 1988, pp. 366-370.

empreendimento¹²⁷, tanto que recebeu um agradecimento especial do rei D. Pedro II pelo bom trabalho que realizou junto ao padre Samuel Fritz¹²⁸.

Conclusão

O caminho que tentei trilhar neste capítulo, que trata basicamente de entreveros no noroeste amazônico, é bastante singular. A própria ideia de conflito é potencializada pelas fontes locais que tratam da região. A monarquia, na verdade, estava muito mais preocupada com o Cabo do Norte e uma eminente invasão francesa – que acabou acontecendo em Macapá – do que com as missões espanholas que tomavam folego.

Naturalmente, a configuração territorial da Amazônia está bastante imbricada com os acontecimentos do século XVII. Os princípios das discussões a respeito de fronteira foram no século XVII, pelo menos, desde que Pedro Teixeira empreendeu a sua viagem. Não obstante, tanto Portugal, quanto Espanha parecem demonstrar pouco interesse em ocupar a princípio a fronteira noroeste. A Espanha, maltratada pela sua situação peninsular, utiliza a missão como instituição de fronteira em prol de suas possessões amazônicas, legando aos jesuítas – no caso dessa pesquisa – a missão de manter os vassallos unidos à coroa e alargar o quanto fosse possível a fronteira.

Por outro lado, Portugal mostrava muito mais preocupação com a proximidade dos franceses belicosos e dos holandeses hereges. Afinal, então como se dá o movimento de alargamento do território? Ele é reflexo das monções, monções basicamente provocadas pelas necessidades internas da colônia e pelo fluxo interno que as redes coloniais vão proporcionar. Acredito que as redes de aliança no próprio Maranhão, em busca de escravos e de *drogas*, formas de afirmação perante o mundo colonial português, foram o estopim que levaram ao avanço em direção ao noroeste.

A ação, regulada por sertanejos hábeis como André Pinheiro de Lacerda, Hilário de Sousa de Azevedo, Antônio de Miranda e Noronha e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho é que vai dar o tom dessa expansão. Não é à toa que a

¹²⁷ “CCU-Pedro II”. 14/11/1705. AHU, Maranhão, cx. 10, doc. 1082.

¹²⁸ “Carta régia ao Frei Vitoriano Pimentel, sobre agradecimentos pela jornada de apaziguamento dos gentios, que o mesmo fez em contraponto ao padre Samuel Fritz”. 15/06/1706. ABN, vol. 66 (1948), p. 283.

documentação maranhense sobre a fronteira noroeste e os seus possíveis conflitos, aumenta quando este último se torna governador e, por outro fator, do conhecimento adquirido com a estadia do padre Samuel Fritz em Belém. Padre Samuel que se tornou o entrave para os negócios no noroeste amazônico. Acredito, assim como Rafael Chambouleyron, que o Maranhão necessita de entendimentos específicos com relação à questão da “centralidade” e “descentralização” da metrópole.

O Estado do Maranhão é uma conquista que enseja em muitos momentos uma intervenção maior do império português, como em várias medidas que podem ser descritas como um “pacote econômico” do rei D. Pedro II, assim como, existe uma descentralização do império referente a várias situações, entre elas, acredito que as políticas voltadas para a fronteira noroeste. Políticas desenvolvidas por homens experientes no sertão e homens que tiveram o contato mais próximo com o Maranhão colonial, como é o caso dos governadores Gomes Freire de Andrade e Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho; pessoas como os dois ex-governadores foram vitais nos entendimentos e nas políticas públicas que Portugal implementou no Maranhão, tendo sido vozes ativas nessa balança de interesses entre “centralizar” e “descentralização”¹²⁹.

A organização militar amazônica demonstra a insuficiência nas companhias e nas fortificações para defender um Estado tão vasto. No caso do noroeste amazônico, ainda mais emblemático que a última fortaleza, a da Barra do rio Negro, seja considerada em lugar inapropriado e serviria muito mais como base das monções que vão até o sertão, não fazendo frente aos inimigos castelhanos e holandeses que por ventura pudesse acontecer.

A tópica sempre presente de penúria das forças militares, que ano após ano se identifica na documentação, pode até ser considerada como figura de linguagem – assim como a miséria da economia maranhense – no entanto, é interessante notar que mesmo com envios – não tão regulares de soldados do reino ou das ilhas – a defesa ainda cairia sobre as tropas e monções que singravam o sertão e, dentro dessas, mais ainda pelo enorme contingente indígena que era mobilizado.

¹²⁹ CHAMBOULEYRON, Rafael. “O ‘zelo de um tão grande herói’. Os governadores e a política portuguesa para a Amazônia colonial (século XVII e princípios do século XVIII). In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa* hierarquias, poderes e governo (séculos XVI-XIX). Maceió: Edufal, no prelo.

Por último, os conflitos, que nem chegaram às vias de fato no noroeste amazônico – diferente do Cabo do Norte – parece ser muito mais uma disputa política pelo controle da mão-de-obra, o bem mais precioso do Maranhão. Em segundo lugar, principalmente, para o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a posse dos mananciais ricos em cacau, cravo e madeiras que o sertão onde os castelhanos estavam, era rico e podia dar bons frutos, sobretudo para alguém tão bem relacionado como um fidalgo da casa de Sua Majestade.

Considerações Finais

O quadro apresentado até aqui tenta demonstrar o quanto foi decisiva a influência dos indivíduos – na esfera do local – na construção da fronteira noroeste amazônica. Desde os estudos de Arthur Cezar Ferreira Reis¹, a fronteira amazônica tem sido focada no período pombalino, ou pós-Pombal, o que é absolutamente natural tendo em vista as comissões de demarcação que foram montadas, os tratados sobre os limites que foram celebrados na Europa durante o século XVIII e os conflitos decorrentes entre as nações europeias com o advento da crise do Antigo Sistema Colonial.

Em um rápido panorama, a situação do século XVIII – período que compreende também o pombalino – as políticas concernentes à fronteira são em grande medida resoluções do governo português em vistas de defender os mananciais de metais preciosos que desde o final do século XVII se encontrou no interior do Brasil, transferindo os esforços econômicos do litoral para os lugares mais afastados do sertão. Essa ideia que, está presente na formulação de Fernando Antônio Novais sobre a motivação das entradas e conquista do sertão no século XVIII², demonstra dois movimentos. O primeiro movimento é espontâneo, por parte dos moradores que, através de uma série de fatores e necessidades, precisaram adentrar no sertão e acabaram encontrando as jazidas de ouro e/ou diamantes. O segundo movimento é do governo português, em face da defesa do sertão – que fazia fronteira com Castela – precisou articular medidas de salvaguarda dos bens preciosos que se transferiam do litoral para o interior.

Voltando para o caso amazônico, temos o exemplo do Cabo do Norte, fronteira com o inimigo francês, onde a coroa estipula todo o sistema de medidas que devem ser adotadas para o controle da fronteira, medidas gestadas na metrópole com um grau de influência menor da colônia. No caso do noroeste amazônico, o espaço compreendido pelos rios Madeira, Solimões e partes do Negro constitui pontos de contato e de fluxo

¹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*. Belém: SECULT, 1993.

² NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

entre espanhóis, portugueses e índios. As medidas tomadas no período anterior ao governo pombalino são medidas gestadas principalmente pela experiência adquirida pelas monções, pelos sertanejos que conviveram com o interior mais recôndito do sertão. Um lugar em que as próprias fortificações eram construídas e entregues a particulares. Um espaço que apesar de reiteradas proibições metropolitanas para o livre acesso de estrangeiros e mamelucos, o fluxo nunca foi interrompido e podemos divisar a presença desses estrangeiros – tanto portugueses, quanto espanhóis – em trânsito nos espaços e juntamente com os grupos nativos.

É interessante perceber que as preocupações do Conselho Ultramarino, com relação às terras fronteiriças com Castela estavam basicamente centradas nas correspondências do governador Antônio Albuquerque Coelho de Carvalho, um dos mais famosos sertanejos, totalmente integrado às redes locais – como fica claro no pedido de sua recondução ao cargo de governador – até por ser de família dona de terras e capitânicas no Maranhão. E por sua vez, essa preocupação dos “homens bons” do Maranhão só vai eclodir após o contato com o padre Samuel Fritz entre os anos de 1689-1691. O interesse sempre crescente pelas *drogas* e pela mão-de-obra da região onde Fritz expandia a sua missão, provavelmente, alarmou as autoridades do Maranhão, que em resposta alocaram a Ordem do Carmo para se sobrepor às investidas do jesuíta espanhol. Ordem essa que é reconhecida por estar conectada e envolvida no tráfico naquela região, junto com colonos.

Foram as necessidades econômicas dos homens do Maranhão, a possibilidade de perder as suas alianças políticas com os grupos indígenas daquelas paragens, que ditaram as medidas a serem tomadas pela metrópole. O noroeste amazônico foi um ambiente de conflito mesmo antes da ascensão do governo pombalino e das comissões de demarcação, no entanto, esse conflito foi muito mais pelas alianças com os índios do que qualquer outro bem material – como o ouro em alguns lugares. Apesar das ordens para prender o jesuíta Samuel Fritz e dos diversos encontros que os portugueses tiveram com o padre, essas ordens nunca se concretizaram e só serviram de retórica aos lusitanos. O que me faz pensar que os “homens bons” do Pará tinham consciência que estavam vencendo a disputa por aquela região; se realmente a missão de Fritz fosse uma ameaça, se realmente ele estivesse ganhando terreno dos carmelitas, certamente que teria sido preso e remetido ao reino.

Aqueles homens sabiam que suas alianças com os índios lhe davam preponderância na região e pode ser que tenham usado o discurso de possíveis invasões espanholas, da construção de fortes espanhóis, justamente para conseguir mercês da coroa, já que o enfrentamento com os estrangeiros é uma boa justificativa para a ascensão social no mundo do Antigo Regime. Do mesmo modo que as monções definiram as estratégias portuguesas, também foram Fritz e os missionários em Maynas que deram o tom da colonização espanhola daquele sertão, sendo o ponto máximo de sua intervenção o mapa confeccionado em 1707. Desta feita, reforço a hipótese de que esses homens, ligados às redes locais, conectados aos poderes do reino, estão em constante trânsito, seriam como *passseurs* – na definição de Serge Gruzinski³ – e exatamente pela sua vivência entre vários mundos, como português, espanhol, indígena e colônia/metrópole vão determinar as políticas implementadas sobre a fronteira, tão permeável, quanto era o noroeste amazônico.

Esse momento também é propício para detalhar sobre o percurso da pesquisa. Chegando esse momento, podemos imaginar que uma das críticas que podem ser levantadas diz respeito a duas situações sobre o acervo documental. Primeiro, sobre a ausência de documentos provenientes da Audiência de Quito. É necessário salientar que o acervo documental de Quito não está disponível online, fazendo com que os interessados em pesquisar esse fundo tenham que se dirigir até a cidade de Quito no Equador. Levando em consideração que o historiador é filho do seu tempo e o seu trabalho também é um reflexo do período no qual ele vive, estive impossibilidade de me deslocar até Quito para fazer a referida pesquisa – que pretendo ainda realizar em um futuro não tão distante.

O segundo ponto é com relação à ausência da documentação pertencente ao Arquivo Público do Pará. Com relação a essa documentação, apesar da proximidade geográfica, a situação é um pouco mais difícil. Com a reforma do prédio que abriga o acervo do Arquivo Público do Pará, a documentação se tornou indisponível em partes, sendo que as partes disponíveis ou digitalizadas, pouco tem que referências ao período pesquisado, restando ao pesquisador aguardar o reestabelecimento do acervo em seu prédio de origem para tentar encontrar documentos que possam trazer novas

³ GRUZINSKI, Serge. “Passeurs y elites “católicas” en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)”. In: GODOY, Scarlett O’Phelan; SALAZAR-SOLER, Carmen (org.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo ibérico (siglos XVI-XIX)*. Lima: IFEA/Instituto Riva-Agüero, 2005, pp. 13-30.

informações. Desta feita, acredito que não houve prejuízo pela ausência da documentação do Arquivo Público do Pará.

Do mesmo modo que crônicas como as do padre Bettendorff e do ex-governador Bernardo Pereira de Berredo foram pouco utilizadas no decorrer da pesquisa, por acreditar que, muitas das situações explanadas nas obras já estavam delimitadas em outras fontes. Portanto, acredito que trabalhei com o maior acervo documental disponível sobre o período, que é o acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, compreendendo desde as ações da metrópole portuguesa, até a documentação dos sujeitos da colônia, como está presente em seus *Avulsos*. Por fim, acredito que a hipótese inicial, apresentada na introdução encontrou eco na pesquisa e posso fechar como satisfatório o resultado, tendo em mente que o trabalho do historiador é *work in progress* e que, enquanto historiadores, não podemos dar a palavra definitiva sobre qualquer temática, pois, sempre vão existir novas luzes que podem ser lançadas sobre a pesquisa histórica.

Fontes

Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino – Pará

- Caixas: 3, 4 e 5.

Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino – Maranhão

- Caixas: 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

Arquivo Histórico Ultramarino

- Códice 268.

Biblioteca da Ajuda

- “Relação da jornada que eu, Frei Manoel da Esperança, sendo vigário provincial fiz ao sertão a visitar a missão do Rio Negro” [1690], ff. 120-126v. Biblioteca da Ajuda. Códice 51-VII-27.

Biblioteca Pública de Évora

- El Gran rio Marañon, o Amazonas con la mission de la Compañia de Jesus, geograficamente delineado por el Pe. Samuel Fritz, missionero continuo en este rio. [1707]. Cartografia, Gav 2, Pasta D nº 3.

Fontes Impressas

- ACUÑA, Cristobal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- *Anais da Biblioteca Nacional* (Rio de Janeiro), Volume 26 (1904), 66 (1948).
- BARROS, João. De. *Décadas da Ásia*. Vol. 1. Lisboa: Régia Oficina Tipográfica, 1778.
- BARNUEVO, Rodrigo de. “Relacion apologética, del antiguo como nuevo descubrimiento del rio de las Amazonas ó Marañon, hecho por los religiosos de la Compañia de Jesus de Quito, y nuevamente adelantado por los de la seráfica religion de la misma provincia.”. In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.
- BERREDO, Bernardo Pereira de. “Regimento pelo qual o governador Bernardo Pereira de Berredo mandou descobrir o curso do rio Tocantins [1719]”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 46, Rio de Janeiro, 1883, pp. 177-181.

- BETTENDORFF, João Filipe. *Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.
- CHANTRE Y HERRERA, José. *Historia de las misiones de la Compañia de Jesús en el Marañón español 1637-1767*. Madri: Avrial, 1901.
- FIGUEROA, Francisco de. “Informe de las misiones de el Marañón, Gran Paráó rio de las Amazonas que haze el Pe. Francisco de Figueroa, visitador y rector de ellas, al Pe. Hernando Cabero, provincial de la Compañia de Jesús de la província del Nuevo Reyno y Quito. In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.
- FRITZ, Samuel. “Apuntes acerca de la línea de demarcación entre las conquistas de España y Portugal en el Rio Marañón” [1693]. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañón (1738)*. Iquitos: IIAP-CETA, 1988.
- FRITZ, Samuel. “Diário de la bajada del P. Samuel Fritz, misionero de la Corona de Cstilla, en el rio Marañón, desde San Joachim de Omaguas hasta la ciudad del Gran Pará, por el año de 1689”. In: MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del Famoso Rio Marañón [1738]*. Iquitos: IIAP-Ceta, 1988.
- LUZERO, Juan Lorenço. “De dos cartas escritas de un misionero, y del superior de las misiones de los Maynas, en el Rio Marañón, jurisdiccion de la Real Audiencia de Quito, avisando al padre vice-provincial de la Compañia de Jesvs, del Nuevo Reyno de Granada; El vno, El estado del pueblo en que assiste; y el outro, el que tiene parte de aquella gloriosa mission, que avia visitado el año pasado de 1681” In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas (1660-1684)*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.
- MARONI, Pablo. *Noticias Autenticas del famoso Rio Marañón (1738)*. Iquitos: IIAP-CETA, 1988.
- MENDOZA, Francisco Fernandez de. De dos cartas escritas de un misionero, y del superior de las misiones de los Maynas, en el Rio Marañón, jurisdiccion de la Real Audiencia de Quito, avisando al padre vice-provincial de la Compañia de Jesvs, del Nuevo Reyno de Granada; El vno, El estado del pueblo en que assiste; y el outro, el que tiene parte de aquella gloriosa mission, que avia visitado el año pasado de 1681” In: *Informes de Jesuitas en el Amazonas (1660-1684)*. Iquitos: IIAP-CETA, 1986.
- RODRIGUEZ, Manuel. *El Marañón y Amazonas*. História de los descubrimientos, entradas y reduccion de naciones. Trabajos malogrados de algunos conquistadores, y dichosos de otros, assi temporales, como espirituales en las dilatadas montañas y mayores rios de la America. Madri: Imprensa de Antônio Gonçalves de Reys, 1684.
- SALVADOR, Vicente do. *História do Brazil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889.
- SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação Sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste reino de Portugal*. 9ª Ed. São Luís: Edições AML, 2013.

- VALERA, Blas. “Antiguas costumbres del Perú descritas por el jesuíta indígena Blas Valera [1580]”. In: SUESS, Paulo (org.). *La conquista espiritual de la América Española: 200 documentos, siglo XVI*. Quito: Abya-Ayla, 2002, pp. 36-44.

Bibliografia

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e selvagens: a negociação da fé no encontro catequético-ritual americano-tupi (séc. XVI-XVII)*. São Paulo: Humanitas, 2007.

ALBUQUERQUE, Marcos. “Arqueologia da Fortaleza de São José de Macapá”. In: *Revista Da Cultura*, Rio de Janeiro, ano VIII, nº 14, Jun. 2008, p. 40-46.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV/FAPERJ, 2013.

ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik L. A. de. “‘Informação do Estado do Maranhão’: uma relação sobre a Amazônia portuguesa no fim do século XVII”. In: *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 175 (463), abr/jun. 2014.

BALÉE, William. “Transformação da paisagem e mudança da língua: Um estudo de caso em ecologia histórica amazônica”. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (orgs.). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

BALIBAR, Étienne. “Una mirada histórica, teórica e historiográfica sobre la frontera”. In: *Historia critica*, nº 59, Enero-Marzo 2016, pp. 13-18.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. *No limiar dos impérios: projetos, circulação e experiência na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (1780-1820)*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História Social. São Paulo, 2013.

BATTCKOCK, Clementina; GOTTA, Cláudia; MANAVELLA, Analía. “Frontera y poder: milícias y misiones en la jurisdicción de Santa Fe de la Vera Cruz, 1700-1780. Algunas reflexiones.” In: *Nueva Época*, vol. 11, n. 30, Jan-Abr 2004, Cidade do México.

BERTAZONI, Cristiana. “Andes e Amazônia: história e arqueologia Inca no baixo Rio Madre de Deus.”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 19, 2009.

BOLTON, Herbert. “The mission as a frontier institution in the Spanish-American colonies”. In: *The American Historical Review*, vol. 23, Nº 01, Out 1917.

BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONILLO, Pablo Ibáñez. “Desmontando a Amaro: una re-lectura de la rebelión tupinambá (1617-1621)”. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 16, nº 31, 2015, pp. 465-490.

BOXER, Charles. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOXER, Charles. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

BUSHNELL, Amy Turner. “Missions and moral judgment”. In: *OAH Magazine of History*, vol. 14, n. 4, 2000.

CALAINHO, Daniela Buono. “Cruzando mares: drogas medicinais do Brasil no Império português.”. In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. Rio de Janeiro: Alameda, 2009, pp. 255-272.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII-XVIII)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CARDOSO, Alírio. “Notícias do Norte: primeiros relatos da presença holandesa na Amazônia brasileira (século XVII)”. In: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, vol. 8, 2008, pp. 43-70.

CARDOSO, Alírio. “Outra Ásia para o Império: fórmulas para a integração do Maranhão à economia oceânica (1609-1656)”. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado. *T(r)ópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010, pp. 9-26

CARDOSO, Alírio. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no Antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

CARDOSO, Alírio. *Maranhão na monarquia hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Tese de doutorado, Faculdade de Geografia e História, Universidade de Salamanca, 2012.

CARVALHO JR, Roberto Zahluth. “*Dominar homens ferozes*”: missionários carmelitas no Estado d Maranhão e Grão-Pará (1686-1757). Tese de doutorado,

Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios da Amazônia portuguesa (1653-1769)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “‘Como se hace en Indias de Castilla’: El cacao entre la Amazonía portuguesa y las Indias de Castilla (siglos XVII y XVIII)”. In: *Revista Complutense de Historia da América*, v. 40, pp. 23-43, 2014.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “A prática dos sertões na Amazônia colonial (século XVII)”. In: *Outros Tempos*, vol. 10, nº 15, 2013, pp. 79-99.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “O ‘Regimento para Gomes Freire, governador do Maranhão’”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 169, nº 439, abr/jun 2008, pp. 403-433.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “O ‘senhor absoluto dos sertões’. O ‘capitão preto’ José Lopes, a Amazônia e Cabo Verde”. In: *Boletín Americanista*, ano 48, nº 58, Barcelona, 2008, pp. 33-49.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “O ‘zelo de um tão grande herói’. Os governadores e a política portuguesa para a Amazônia colonial (século XVII e princípios do século XVIII)”. In: CAETANO, Antônio Filipe Pereira (org.). *Dinâmicas sociais, políticas e judiciais na América Lusa: hierarquias, poderes e governo (séculos XVI-XIX)*. Maceió: Edufal, no prelo.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “O sertão dos Taconhapé. Cravo, Índios e guerras no Xingu seiscentista”. In: SOUZA, César Martins de; CARDOZO, Alírio (org.). *História do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Séculos XVII-XXI)*. Belém: EdUFPA, 2008, pp. 51-74.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Recrutamento e degredo na Amazônia seiscentista”. In: CARDOSO, Alírio; BASTOS, Carlos Augusto; NOGUEIRA, Shirley. (org.). *História militar da Amazônia: guerra e sociedade (Séculos XVII-XIX)*. Curitiba: Editora CRV, 2015, pp. 73-84.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açai, 2010.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas: vol. 2*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

CRUZ NETO, Raimundo Marques da. *Em busca das províncias grandiosas: As entradas espanholas quinhentistas na fronteira oriental dos Andes centrais (1538-1561)*.

Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DAVIDSON, David Michael. *River and Empire: The Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west (1738-1808)*. Tese de doutorado, Faculty of Graduate School, Yale University, New Heaven, 1970.

DENEVAN, William M. *Cultivated landscapes of native Amazonia and the Andes*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DESCOLA, Philippe. “Existen acaso paisajes amazónicos?”. In: ROSTAIN, Stéphen. (org.). *Amazonía: memorias de las conferencias magistrales del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: EIAA, 2014, pp. 19-30.

DIAS, Camila Loureiro. “Jesuit maps and political discourse: The Amazon river of father Samuel Fritz”. In: *The Americas*, v. 69, nº 1, 2012, pp. 95-116.

DIAS, Camila Loureiro. *L' Amazonie avant Pombal: Politique, Économie, Territoire*. Tese de doutorado, Histoire et Civilisations, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.

ESTENSSORO FUCHS, Juan Carlos. *Del paganismo a la Santidad: La incorporación de los indios del Perú al catolicismo. 1532-1750*. Lima: IFEA, 2003.

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

FEIO, David Salomão. *O nó da rede de “apaniguados”: oficiais das câmaras e poder político no Estado do Maranhão (primeira metade do século XVIII)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra nas sociedades Tupinambá*. 3ª Ed. São Paulo: Globo, 2006.

FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (org.). *O antigo regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GADELHA, Regina Maria d’Aquino. “Las misiones Guarani y el problema de las fronteras: 1610-1750”. In: VANGELISTA, Chiara (org.). *Fronteras, etnias, culturas: América Latina, siglos XVI-XX*. Quito: Abya-Yala, 1996, pp. 09-32.

GARCIA, Elisa Fruhauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

GONZALÉZ, Sebastián Gómez. *Frontera selvática: Españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Estudos Latinoamericanos, Universidad Nacional Autónoma do México, Cidade do México, 2008.

GRUZINSKI, Serge. “Passeurs y elites “católicas” en las Cuatro Partes del Mundo. Los inicios ibéricos de la mundialización (1580-1640)”. In: GODOY, Scarlett O’Phelan; SALAZAR-SOLER, Carmen (org.). *Passeurs, mediadores culturales y agentes de la primera globalización en el Mundo ibérico (siglos XVI-XIX)*. Lima: IFEA/Instituto Riva-Agüero, 2005, pp. 13-30.

GRUZINSKI, Serge. *A Amazônia e as origens da globalização: da história local à história global (Sécs. XVI-XVIII)*. Belém: Estudos Amazônicos, 2014.

GRUZINSKI, Serge. *A colonização do imaginário: Sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 33-40.

GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUZMÁN, Décio de Alencar. “Encontros circulares: guerra e comércio no rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII”. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 5, t. 1, 2006, pp. 141-243.

GUZMÁN, Juan David Montoya. “Mestizaje y frontera en las tierras del Pacífico del Nuevo Reino de Granada, siglos XVI y XVII”. In: *Historia crítica*, nº 59, Enero-Marzo 2016.

HESPANHA, António Manuel. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 163-188.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político em Portugal (século XVII)*. Lisboa: Almedina, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Expansão Paulista*; SOUZA, Laura de Mello e. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 4ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

KANTOR, Iris. “Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nº Sér. V. 17, n. 2. Jul-dez 2009, pp. 39-61.

MATOS, Frederik Luiz A. de. “Conflitos internos: tensões entre jesuítas e capuchos da Piedade no rio Xingu (séculos XVII-XVIII)”. In: OLIVEIRA, Anderson José M. de; MARTINS, William de Souza (org.). *Dimensões do catolicismo no Império português* (Séculos XVI-XIX). Rio de Janeiro: Garamond, 2014, pp. 79-108.

MELLO, Márcia. “O regimento das missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa”. In: *Clio*, nº 27, v. 1, 2009, pp. 46-75.

MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí* (primeira metade do século XVIII). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MÉTRAUX, Alfred. “Tribes of the middle and upper Amazon river”. In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

MÉTRAUX, Alfred. “Tribes of the Western Amazon Basin”. In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. Bauru/São Paulo/Lisboa: EDUSC/EdUNESP/Instituto Camões, 2000, pp. 127-148.

NORDMAN, Daniel. “La frontera: nociones y problemas en Francia, siglos XVI-XVIII”. In: *História Crítica*, nº 32, Bogotá: jul-dez 2006, pp. 154-171.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial* (1777-1808). 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. *Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista* (1621-1701). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Em tudo semelhante, em nada parecido: Uma análise comparativa dos planos urbanos das missões jesuíticas de Mojos, Chiquitos, Guarani e Maynas* (1607-1667). Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. *Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo, uma missão num espaço de fronteira* (1743-1769). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

POSSAMAI, Paulo. “A fortaleza dos Reis Magos na segunda metade do século XVII”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de História Militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012, pp. 225-231.

PRATT, André. *Notas históricas sobre as Missões Carmelitanas no extremo Norte do Brasil* (Séculos XVII e XVIII). Recife: Convento do Carmo, 1941.

PURPURA, Christian. *Formas de existência em áreas de fronteira. A política portuguesa do espaço e os espaços de poder no oeste amazônico (séculos XVII e XVIII)*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira: A fronteira com as Colônias Espanholas*. Belém: SECULT, 1993.

REZENDE, Tadeu. *A conquista e a ocupação da Amazônia no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

RICUPERO, Rodrigo. *A formação da elite colonial: Brasil c. 1530-c.1630*. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder, hierarquia e comunidades indígenas (Século XVII)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ROSA, Alexandre Coello de La. “Los jesuítas y las misiones de frontera del alto Perú: Santa Cruz de La Sierra (1587-1603)”. In: *Revista Complutense de Historia da América*, vol. 33, 2007, pp. 151-175.

RUSSELL-WOOD, John. “O governo local na América portuguesa: um estudo de divergência cultural”. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, pp. 303-366.

RUSSEL-WOOD, John. “A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime”. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (org.). *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII-XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, pp. 13-44.

RUSSEL-WOOD, John. “Fronteiras do Brasil colonial”. In: *Histórias do Atlântico português*. São Paulo: Ed. Unesp, 2014, pp. 279-302.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: Mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura Amazônica, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SCHAAN, Denise Paul. “A Amazônia em 1491”. In: *Especiaria – Cadernos de Ciências Humanas*, v. 11 e 12, n. 20 e 21, jul./dez. 2008 e jan./jul. 2009.

SOMMER, Barbara. “Colony of the sertão: Amazonian expeditions and the Indian slave trade”. In: *The Americas*, Nº 61, v. 3, Jan 2005, pp. 401-428.

SOUSA, Claudia Rocha de. “As práticas curativas na Amazônia colonial: da cura da alma à cura do corpo (1707-1750)”. In: *Amazônia, Revista de Antropologia*, nº 5 (2), 2013, pp. 362-384.

STEWART, Julian. “The tribes of the upper Marañon river”. In: *Handbook of South American Indians*: vol. 3, the tropical forest tribes. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

SWEET, David. *A rich realm of nature destroyed: The middle Amazon valley (1640-1750)*. Tese de doutorado, Faculty of History, University of Wisconsin-Madison, 1974.

TAYLOR, Anne Christine. “História pós-colombiana da alta Amazônia”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, Secretaria municipal de cultura: FAPESP, 1992, p. 213-238.

TEJA, Jesús F. de la. “A Spanish borderlands community: San Antonio”. In: *OAH Magazine of History*, vol. 14, Nº 4, 2000.

VIANA, Wania Alexandrino. *A “gente de guerra” na Amazônia colonial: composição e mobilização das tropas pagas na Capitania do Grão-Pará (primeira metade do Século XVIII)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

VIANA, Wania; POMPEU, André. “Ao longo do sertão: guerra, fronteira e espaço indígena na Amazônia colonial.”. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v. 13, nº 1, 2015, pp. 99-133.

WEBER, David J. “Turner, the Boltonians and the Borderlands”. In: *The American Historical Review*, vol. 91, Nº 1, 1986, pp. 66-81.